



RIO

PUC

Tese de Doutorado

Possibilidades e limites de ressignificação de trajetórias de vida:

Uma experiência de acompanhamento aos
adolescentes e jovens em cumprimento de
medidas socioeducativas em meio aberto no Rio
de Janeiro

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Departamento de Serviço Social

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Tese de Doutorado

Possibilidades e limites de ressignificação de trajetórias de vida:

Uma experiência de acompanhamento aos
adolescentes e jovens em cumprimento de
medidas socioeducativas em meio aberto no
Rio de Janeiro

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Orientação: Professora Irene Rizzini, D.Sc.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora
em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social, no
Departamento de Serviço Social.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Possibilidades e limites de ressignificação de trajetórias de vida:

Uma experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Rio de Janeiro

Mara Cristina Fernandes Barbosa

**Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutora em Serviço Social. Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:**

Professora Irene Rizzini, D.Sc.

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Professora Sindely Chahim de Avellar Alchorne, D.Sc.

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Professora Ariane Rego de Paiva, D.Sc.

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Professor Rodrigo Lima, D.Sc.

Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Rosana Morgado, D.Sc.

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Graduou-se em Serviço Social na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1995. Especializou-se em Administração Hospitalar no IMS/UERJ (Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2001. Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2012. É assistente social, servidora pública da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 2004, atua na Secretaria Municipal da Assistência Social, vinculada aos diversos serviços e programas de garantia de acesso aos direitos sociais. Gestora de CREAS desde outubro de 2012, com experiência no trabalho com adolescentes, adultos e famílias, e na gestão das equipes na interface entre assistência social e demais políticas sociais setoriais.

Ficha Catalográfica

Barbosa, Mara Cristina Fernandes

Possibilidades e limites de ressignificação de trajetórias de vida : uma experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Rio de Janeiro / Mara Cristina Fernandes Barbosa; orientação: Irene Rizzini. – 2025.

186 f.: il. color.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Adolescentes e jovens. 3. Medidas socioeducativas em meio aberto. 4. CREAS. 5. Ressignificação trajetórias de vida. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

A Deus, inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.

À minha família, meus maiores amores, que me permitem sentir amor, aconchego, parceria, suporte total e irrestrito todos os dias. Robson, meu amor há muitas décadas, companheiro de todas as horas, que topou se aventurar comigo pela vida.

Pedro e Joana, filhos amados, expressão maior de amor, afeto, gratidão, alegria. Sem dúvida, vocês são as melhores pessoas, que me conhecem como ninguém mais, me aceitam como sou e me inspiram a tentar ser uma pessoa melhor. Sem o apoio de vocês três, eu jamais teria concluído essa empreitada.

Agradeço ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela qualidade da formação oferecida e pela oportunidade de retornar à academia com as minhas inquietações do campo. Sempre faço questão de mencionar, que não conheço Universidade mais acolhedora para estudantes trabalhadoras, assim como eu. Isso fez toda a diferença. Simbolicamente, quero parabenizar à Prof.^a Valéria Bastos e à Prof.^a Arianne Paiva pela condução da direção do departamento e da coordenação da pós-graduação. Na equipe administrativa, registro um agradecimento especial, simbolicamente aqui representado pela querida Joana Maria Félix da Silva, que nunca poupou esforços em auxiliar nas nossas demandas.

À minha querida orientadora Irene Rizzini, por aceitar me orientar pela segunda vez, pela imensa paciência e generosidade comigo, pelo incentivo permanente, por não desistir de mim, sempre aumentando a minha crença na possibilidade de compartilhar ideias e sentimentos.

À PUC-Rio pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pelos ensinamentos e auxílio constantes.

Às queridas amigas Tânia Jardim e Isabel Paltrinieri, pela valiosa amizade que já passa de três décadas e incentivo e apoio constantes. Não teria chegado até aqui sem o apoio de vocês.

Aos queridos colegas da SMAS, principalmente dos três CREAS partícipes da pesquisa, pela acolhida, pela generosidade, pelo apoio, pelas trocas valiosas e por compartilharem diariamente o sonho de fazer a diferença na vida de alguém.

À Sexta Coordenadoria de Assistência Social por todo apoio recebido.

À minha querida equipe do CREAS João Hélio Fernandes Vieites, pela convivência diária, pelas trocas constantes, por serem muito mais que uma equipe de trabalho e por me sustentarem diariamente. Tenho muito orgulho de fazer parte desta equipe.

Aos adolescentes e jovens, principalmente os que, generosamente, compartilharam suas vozes, e todos aqueles que nos ensinam permanentemente a acreditar na vida, a ter fé no futuro e a reinventar a prática profissional.

À minha amada avó Leocádia (*in memoriam*), pelo amor compartilhado e por ter me sustentado nas fases mais difíceis da minha vida.

Aos meus queridos colegas de turma, pelas trocas, apoio, inspiração e parceria. Principalmente pelo desafio de realizar o doutorado durante o período da pandemia de Covid-19. Nossa turma não teve aulas presenciais, a partir de 2021 pelo isolamento necessário.

Agradeço à Gerência Municipal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, na pessoa da grande amiga Magna Soares Lopes, pela partilha de conhecimentos e pelas discussões, fundamentais para atualizar o pensamento, a crítica e o debate, reforçando nossos laços de amizade e afeto.

Agradeço às (aos) queridas (os) professoras (es) Ariane Paiva, Sindely Alchorne, Rodrigo Lima e Rosana Morgado, que compõem minha banca de avaliação, por suas contribuições valiosas, necessárias e importantes na construção desta tese. Gratidão enorme pela disponibilidade, generosidade, pela partilha do conhecimento e por iluminar o caminho.

Em janeiro de 2025, completei 30 anos de Serviço Social. 21 deles, como servidora pública da prefeitura do Rio. Anos de aprendizado, erros e acertos e a certeza de que sou constituída de cada companheira (o), de cada usuária (o), que esteve ao meu lado nesta jornada e de cada situação complexa enfrentada. Por isso, registro aqui meu agradecimento a cada profissional com quem tive a oportunidade de trabalhar, e a cada usuária (o), que me moveu a pensar na nossa intervenção frente aos desafios cotidianos!

Sigamos na boniteza de esperar...

Resumo

Barbosa, Mara Cristina Fernandes; Rizzini, Irene (Orientadora). **Possibilidades e limites de ressignificação de trajetórias de vida: uma experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2025. 186p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese tem como objetivo analisar, a partir das perspectivas de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, as possibilidades e os limites de ressignificação de diversas esferas de suas trajetórias de vida, através do acompanhamento realizado pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na cidade do Rio de Janeiro. Isso implica em compreender o papel do CREAS como articulador e a importância do território em suas diversas especificidades. A pesquisa visa, portanto, discutir o processo socioeducativo vivenciado pelos adolescentes e a sua incorporação à política de assistência social, cuja aplicação está vinculada ao funcionamento municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem, ainda, como um de seus eixos de análise compreender possíveis contradições entre as práticas consideradas de provimento de proteção social e efetivação de direitos, contidas na política pública de assistência social, que exponencia a dimensão protetiva e que se pretende libertária, em contraposição à política socioeducativa, que conjuga privação e/ou restrição de liberdade, forte presença do caráter punitivo no ideário e vida concreta desses jovens. Sob o ponto de vista metodológico, foi adotada metodologia qualitativa, com a realização de grupo focal com as equipes técnicas multidisciplinares e entrevistas individuais com os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, ou com a medida extinta. A pesquisa foi complementada com uma análise documental, que incluiu diversos instrumentais utilizados no CREAS no atendimento direto aos jovens, tais como entrevistas iniciais, folha de evolução, agendas, assentadas, relatórios e plano individual de atendimento, além das normativas pertinentes ao tema. O estudo teve como área de abrangência três CREAS, representando as zonas sul, norte e oeste da cidade, resultando em rico material para subsídio às políticas públicas. A pesquisa

demonstrou que a atuação das equipes, apesar de muitos limites impostos pela realidade de trabalho precarizada, contribui com os processos de ressignificação das trajetórias vivenciadas pelos adolescentes e jovens acompanhados. Espera-se que o conjunto de dados e análises desta tese possa contribuir com o debate sobre as possibilidades de ampliação da visão de mundo, não só dos adolescentes e jovens acompanhados, mas também das equipes multidisciplinares. E chama a atenção para a necessidade de reflexão sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do CREAS, ressaltando suas potencialidades diante de tantos desafios, tendo em vista a promoção e a defesa dos direitos conquistados.

Palavras-chave

Adolescentes e jovens; Medidas socioeducativas em meio aberto; CREAS; Ressignificação trajetórias de vida.

Abstrat

Barbosa, Mara Cristina Fernandes; Rizzini, Irene (Advisor). **Possibilities and limitations of resignification of life trajectories: an experience of monitoring young offenders serving socio-educational measures in open setting in Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2025. 186p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Based on the perspectives of adolescents and youthserving socio-educational measures in open setting, this dissertation aims to analyse the possibilities and limitations for resignifyingtheir life trajectories. The research was based on data provided by Specialized Reference Centers for Social Assistance (CREAS) in the city of Rio de Janeiro, whose activity is linked to the Unified Social Assistance System (SUAS). The study discusses socio-educational processes experienced by young people. In addition, how these processes are included in social assistance policies aiming to identify possible contradictions between social protection practices and the realization of rights. For instance, while social assistance policies exponentiates safeguarding, socio-educational policy combines deprivation and/or constraint of freedom, disclosing an ideologically punitive character with direct consequences on the lives of adolescents and youth. The research adopted a qualitative methodology including, focus groups with multidisciplinary personnel and individual interviews with adolescents and youth, either serving open socio-educational measures, or whose measures had been terminated. The study included an analysis of documents used by CREAS such as initial interviews, progress sheets, diaries, records, reports, and individual service plans, in addition to relevant regulations. Field work included three units of the CREAS, located in the southern, northern, and western areas of the city of Rio de Janeiro, considering the importance of the specificities of each territory. The research has demonstrated that despite the many limitations imposed by precarious work environments, initiatives developed by the centres assistin the processes of redefining the life trajectories of adolescents and youth. We hope that the results presented in this dissertation will contribute to debates for expanding the worldview of young people, and of the multidisciplinary teams. The study highlights the need for further reflection on the outcomes achieved

by CREAS in view of promoting and defending the rights of young people despite numerous challenges.

Keywords

Adolescents and Youth; Socio-Educational Measures in Open Settings; CREAS; Resignification of Life Trajectories

Sumário

1. Introdução	16
2. O paradigma da socioeducação	27
2.1. O processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro	36
2.2. A medida socioeducativa em meio aberto	39
2.3. O papel do CREAS	43
2.3.1. A importância do território	48
2.4. A medida já cumpriu a sua função pedagógica?	54
3. O papel do Estado na (in)visibilidade do socioeducando	57
3.1. De que adianta, se o sistema é capitalista?	65
3.2. O Estado garantidor ou violador de direitos	71
3.2.1. E a tal da incompletude institucional?	82
4. Proteção X Responsabilização: possibilidades e limites	87
4.1. Aportes e reflexões metodológicas	89
4.2. A trajetória dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto	95
4.3. O percurso dos profissionais: a dor e a delícia do acompanhamento multidisciplinar no CREAS	115
4.4. É possível ressignificar projetos de vida?	124
5. Considerações Finais	138

6. Referências bibliográficas	144
7. Apêndices	154
7.1. Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido para os responsáveis (TCLE)	154
7.2. Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido para os jovens (TCLE)	159
7.3. Apêndice 3 – Termo de assentimento livre e esclarecido	164
7.4. Apêndice 4 – Plano de Trabalho - Projeto Passo a Passo: Uma Nova Caminhada - 2025	167
8. Anexos	180
8.1. Anexo 1 – Reflexão	180
8.2. Anexo 2 – Formulário para elaboração do plano individual de atendimento - PIA	181

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das idades dos entrevistados atendidos nos CREAS das zonas Norte (CZN), Sul (CZS) e Oeste (CZO)	98
Gráfico 2 - Distribuição dos entrevistados segundo escolaridade e situação educacional nos diferentes CREAS	99
Gráfico 3 - Distribuição dos entrevistados segundo raça/cor nos diferentes CREAS	100
Gráfico 4 - Distribuição dos entrevistados segundo condição de moradia em áreas de comunidade	100
Gráfico 5 - Distribuição dos entrevistados em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSEMA), segundo o tipo de medida	101
Gráfico 6 - Distribuição dos entrevistados segundo a condição de paternidade (Sim/Não) em cada CREAS	102
Gráfico 7 - Distribuição dos adolescentes entrevistados quanto à inserção em programas de aprendizagem (Inscrito/Não Inscrito) em cada CREAS	102
Gráfico 8 - Distribuição dos adolescentes entrevistados quanto ao tipo de inserção no mercado de trabalho: Formal, Informal e Não Inserido, nos CREAS	103
Gráfico 9 - Distribuição dos adolescentes em relação a primeira Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSEMA) aplicada, nos CREAS	103
Gráfico 10 - Distribuição dos entrevistados segundo status de relacionamento, nos CREAS	104

Lista de abreviaturas e siglas

CAS – Coordenadoria de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FIA – Fundação para Infância e Adolescência

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

MSEMA – Medida Socioeducativa em Meio Aberto

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

VEMSE – Vara de Execução de Medidas Socioeducativas

VIJ – Vara de Infância e Juventude

*Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um
novo começo, qualquer um pode começar agora e
fazer um novo fim.*

Francisco Cândido Xavie

1

Introdução

[...] O mundo não é. O mundo está *sendo*. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História* mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência. [...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra (Freire, 2016/1997, p. 90).

A tese ora apresentada expõe os resultados obtidos em relação ao objeto de estudo que me propus a investigar—discutir o processo socioeducativo vivenciado por adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. E também a sua incorporação à política de assistência social, cuja aplicação está vinculada ao funcionamento municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizada na proteção social especial de média complexidade, executada nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na cidade do Rio de Janeiro.

A vinculação da MSE-MA ao funcionamento municipal do SUAS se deu por meio da aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Resolução n. 109, em 11 de novembro de 2009, relativa à Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Constou, na proteção especial de média complexidade, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC (...). (Rizzini et al., 2019, p. 58).

Assim, analiso as aparentes contradições entre as práticas consideradas de provimento de proteção social e efetivação de direitos destes adolescentes e jovens, contidas na política pública de assistência social, em contraposição à política socioeducativa. A análise foi realizada a partir das expectativas de adolescentes e jovens acompanhados pelos CREAS. Partimos do pressuposto de que a política de assistência social exponencia a dimensão protetiva e que se pretende libertária; em contraposição à política socioeducativa, que conjuga privação e/ou restrição de liberdade, com forte presença do caráter punitivo no ideário e vida concreta desses jovens.

Buscamos analisar possíveis mudanças causadas a partir do acompanhamento das equipes dos CREAS – e o alcance, ou não, do processo de ressignificação, de diversas esferas na vida destes adolescentes e jovens. E ainda que repercussões identificaram em diferentes esferas de sua vida (escolar, profissional), e de suas relações afetivas e sociais (familiares, namoro, amigos).

Além das possíveis mudanças provocadas pelo acompanhamento das equipes dos CREAS, no que diz respeito a uma ampliação de visão de mundo, a partir de suas próprias perspectivas.

Ao empreender essa análise, procuramos decifrar alguns aspectos ainda pouco conhecidos sobre esses sujeitos, em sua maioria, meninos, pretos e pardos, oriundos das camadas populares, permeadas de particularidades, cujo estigma de associação da criminalização à pobreza os acompanha desde muito cedo.

Consideramos que as práticas sociais e educativas fazem parte de um processo, construído socialmente, no qual se articulam imposições econômicas e simbólicas decorrentes da estrutura social. Cabe aos trabalhadores de CREAS, prover atenção socioassistencial e acompanhamento a estes adolescentes e jovens, cujas medidas socioeducativas em meio aberto, foram determinadas judicialmente.

Segundo Rizzini et al. (2019), essa interrelação da aplicação da medida socioeducativa em meio aberto com a política de assistência social acentuou, em sua dinâmica, os princípios de convivência familiar e comunitária e criou uma dupla dimensão, que não está suficientemente explícita, que é a dimensão protetiva no trabalho socioeducativo. O SUAS traz o processo protetivo do processo socioeducativo. Nosso objetivo foi apreender se realmente traz, e desvelar o que é a proteção social no trabalho socioeducativo. Com que ou quem o adolescente pode contar, em face das violações de direitos que surgem em seu cotidiano.

Trata-se de tema complexo, que precisa ser revisitado e aprofundado, uma vez que tem como cerne da questão, a tentativa de compreensão do fenômeno multifacetado da violência, que se expressa de forma extremamente significativa nas vidas destes jovens, de suas famílias e de seus territórios.

Neste capítulo inicial buscamos explicitar nosso interesse por esta temática, bem como o ponto de partida da construção de conhecimento, os aportes teóricos, a metodologia utilizada, os caminhos percorridos a fim de atender os requisitos acadêmicos, mas também de tornar o processo de leitura coerente e inteligível.

No capítulo 2, tratamos do tema central socioeducação, com a mudança de paradigma, construindo uma retrospectiva e análise do processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro, o papel dos CREAS, que perpassa indubitavelmente pela discussão do território e pelo cumprimento da função pedagógica das medidas socioeducativas.

A construção desta política pública executada pelos CREAS, na cidade do Rio de Janeiro, data de uma década e meia e pretendemos aqui avaliar a dinâmica de aplicação e execução desta medida, e discutir se, de fato, a socioeducação e a socioproteção estão promovendo a ressignificação do projeto de vida destes adolescentes e jovens, bem como estratégias de ação voltadas para sua promoção, proteção, defesa e garantia de direitos, conforme proposto no Plano Individual de Atendimento (PIA), pactuado no início do acompanhamento.

Os adolescentes e jovens apresentam-se no CREAS encaminhados pelas Vara de Medidas Socioeducativas (VEMSE) e Vara de Infância e Juventude (VIJ), em dia determinado e previamente acordado com o CREAS. A partir de então, passam ao acompanhamento, pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

O CREAS, ao longo do acompanhamento, e juntamente com o adolescente e sua família, deve ser capaz de cumprir uma série de prazos e tarefas periodicamente, algumas burocráticas, outras previstas nas normativas, e cobradas pelo Judiciário, tais quais a construção do PIA, envio de relatórios, sínteses, preenchimento de diversos instrumentos e planilhas.

Ao longo do tempo, viemos nos indagando se este fazer profissional tem ficado comprometido, diante da exaustão das equipes, frente às inúmeras demandas, advindas dos diversos programas e serviços atendidos pelos CREAS. Isso num contexto de precarização dos processos de trabalho, fragilidade dos vínculos dos trabalhadores e de desfinanciamento da política de assistência social com impactos na proteção social especial nos últimos anos, sobretudo porque o público atendido é um público diferenciado e historicamente invisibilizado (Delgado et al., 2022).

O objetivo geral da pesquisa diz respeito à atual realidade desses adolescentes e a apreensão dos efeitos que o acompanhamento realizado pela equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, pedagogo e advogado) teve sobre suas vidas, de maneira geral (material, afetivas e das suas relações sociais). Assim, para além de mapear a trajetória destes adolescentes e jovens, em acompanhamento pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), buscamos discutir a política pública. Por meio de uma atuação crítica, ao ouvir e respeitar as vozes desses sujeitos, suas opiniões e perspectivas, com base na fundamentação jurídica e normativa da mesma, bem como teóricas no campo científico. É urgente e relevante que a

academia, cada vez mais, ultrapasse seus *muros* e dialogue com quem está na ponta, executando os serviços. Da mesma forma, é tão necessário que os executores das diversas políticas públicas possam desenvolver pesquisas que contribuam com uma atuação crítica e de qualidade.

Entender as questões colocadas, a partir da voz dos próprios adolescentes e jovens, foi ao encontro do meu objetivo principal, que é desvelar se o processo de acompanhamento com a passagem pelo CREAS e acesso a direitos e bens culturais desses sujeitos influenciaram, de alguma forma, alterando sua realidade, visão de mundo e as perspectivas de vida concreta, além de expectativas em relação ao futuro.

Para tanto, revisitamos as normativas a fim de compreender como ocorreu o processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, num contexto de muitos retrocessos, ainda sob os efeitos, de um contexto ultraneoliberal e pós-pandêmico.

Já os objetivos específicos da pesquisa são representados pela busca em decifrar os principais processos de acompanhamento multidisciplinar (assistente social, psicóloga, advogada e pedagoga), e a produção de sentido tanto para as equipes, como para os adolescentes e jovens. No decorrer da pesquisa, pareceu-nos importante analisar as contradições entre as práticas consideradas de provimento de proteção social, contidas na política pública de assistência social, em contraposição à política socioeducativa.

Diante disso, discutir o papel do CREAS como articulador e a importância do território em suas diversas especificidades, também é questão central quando tratamos do meio aberto. E por fim, analisar o paradigma da socioeducação e o cumprimento da função pedagógica da medida socioeducativa em meio aberto, foi questão determinante para entender os processos vivenciados pelos adolescentes e jovens, bem como as equipes.

O meu interesse inicial pela temática da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa surgiu a partir de minha prática profissional como assistente social, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, localizado na zona norte, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no período de julho de 2008 a julho de 2010, período no qual atuei como referência técnica exclusivamente neste Serviço. Esta inserção se deu àquela época, em concomitância ao processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto e da discussão original para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

E desde 2012, estando no lugar de gestora de CREAS, orientando as equipes e interagindo, ainda que mais indiretamente com os adolescentes e suas famílias, um determinado diálogo tornou-se recorrente em minha vivência e de certo modo delimitou o percurso que desenvolvi, desde a dissertação de mestrado pela PUC-Rio, orientada pela Prof. Dra. Irene Rizzini, cuja tema foi “*A questão da socioeducação e o descompasso entre a política e a prática na efetivação dos direitos de adolescentes com comprometimentos mentais*” (2012), levando-me ao desejo pessoal e profissional de aprofundar as análises do cotidiano, a fim de aprimorá-lo.

Ao discutir as trajetórias desses adolescentes e jovens, nos dias atuais, volto-me para a minha própria trajetória profissional e acadêmica, uma vez que um dos marcos dessa trajetória tem sido a observação das contradições enfrentadas no dia a dia, desde o início do processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto (MSEMA). Hoje agravadas pela intensa e recente crise humanitária e sanitária, cujas consequências ainda assolam a população brasileira mais vulnerável.

Segundo Rizzini et al. (2019), foi correto eliminar a cultura da institucionalização, no trato com o adolescente. Todavia isso não implicou no amadurecimento na maneira de atuar com as diversas características territoriais brasileiras, tanto na atenção às medidas socioeducativas em meio fechado quanto em meio aberto. O trato tem sido tímido ou de baixa apropriação, embora tenha se passado uma década e meia de municipalização.

A aplicação da MSEMA envolve a condição de não apartar o adolescente de suas condições concretas de vida cotidiana. Entretanto, isso exige uma maior articulação entre as autoridades municipais e públicas, que não deve prescindir de uma leitura das condições territoriais onde se atua. É fundamental que os profissionais que atuam com estes adolescentes tenham vivência e conhecimento do território, para que seja ampliada a oferta de condições de desenvolvimento e proteção social. Esse lugar da vida cotidiana deve ser incluído como campo de intervenção ao adolescente e, por extensão, a sua família.

Contudo, observamos a incidência de territórios sem condições e recursos adequados que venham a incidir na efetiva melhoria da qualidade de vida desses usuários. O adolescente não pode ser culpabilizado pela falta de recursos do território onde vive. Não raro, observamos o descompasso entre as condições de vida do adolescente, a partir de seu bairro ou do seu território de convivência, em face da determinação judicial. Somadas a estas questões, temos observado cotidianamente o agravamento da violência que atravessa essas vidas.

Rizzini et al. (2019) defendem que três fatores concorrem para dar visibilidade às condições de vida do adolescente: a localização territorial de sua família; a proximidade com sua parentela e amigos e a nova institucionalidade que se instalou, municipalizou e incorporou o Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de MSEMA, na gestão do SUAS. Essa proximidade que deve haver entre as equipes do CREAS e o adolescente e suas famílias. E ela é primordial no processo de construção de vínculos e de sentido para que a MSEMA cumpra efetivamente a sua função pedagógica.

Essa discussão deve estar alinhada à reflexão crítica sobre a prática do assistente social e seus rebatimentos diante da questão social, sobretudo num contexto recente de intensa crise sanitária, econômica, social e, porque não dizer, humanitária. São imensos os desafios para efetivar as políticas públicas das quais são destinatários os adolescentes, e de forma muito mais invisibilizada e estigmatizada, os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

A prática profissional me tem suscitado algumas questões, tais como se há relação entre a prática de atos infracionais e algumas das mais importantes expressões da questão social, tais como a pobreza, o desemprego e as características de base territorial. Bem como se algum fator torna estes adolescentes mais vulneráveis a cometer um ato infracional; e quais fatores dificultam o cumprimento da medida socioeducativa. Para aprofundamento dessa conjuntura, discutimos no capítulo 3, o papel dúbio do Estado como garantidor, mas também como violador de direitos, a partir da lógica excludente do sistema capitalista e dos preceitos neoliberais. Abordamos ainda neste capítulo a incompletude institucional, bem como as dificuldades cotidianas para o atendimento a este público.

Perguntei-me ainda, como os profissionais, podem atuar de forma a minimizar o descompasso entre o que preconiza a lei e a prática diária que indica uma precariedade de recursos de toda a ordem na efetivação dos direitos dos adolescentes. E, até que ponto o processo de municipalização tem contribuído com o esforço dos profissionais em realizar um trabalho sério, de qualidade e de efetiva garantia de direitos para esses adolescentes.

Por fim, no capítulo 4, apresentamos a pesquisa em si mesma, carregada de sentido e sentimentos, sem perder de vista o rigor metodológico que o trabalho acadêmico pressupõe, dando visibilidade às vozes dos adolescentes e jovens, e das equipes técnicas multidisciplinares, trazendo as possibilidades e limites impostos na vivência cotidiana de ressignificação de trajetórias de vida desses sujeitos.

Para realização da pesquisa, elegemos três CREAS de diferentes regiões da cidade, a saber: zonas sul, norte e oeste, a fim de apreender as semelhanças e diferenças de base territorial, dada a complexidade de uma metrópole como a capital do Rio de Janeiro. Também tomamos por base inicial o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal¹, e complementamos mais recentemente com o Índice de Progresso Social², para observar não somente as diferentes características de cada território, bem como as condições de vida concreta desses adolescentes e jovens e suas famílias.

Para alcançar os objetivos do estudo proposto e com base nas pistas dadas pela realidade do campo empírico, aponta-se a realização de uma pesquisa de natureza qualitativa com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro. Acompanhados no período que compreende os anos de 2019 a 2025, correspondentes ao período bastante consolidado de acompanhamento, uma vez que o início do processo de municipalização do atendimento se deu em 2008. E também por ter sido parte de um período bastante desafiador, pela pandemia da Covid-19.

Para fins de aprofundamento teórico, realizamos pesquisa bibliográfica adicional, tendo como foco, as categorias analíticas que envolvem adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa, a política socioeducativa, a política pública de assistência social, o papel do Estado e a noção de território e que serviram para formar uma massa crítica de conhecimentos sobre o tema. Complementamos com uma pesquisa documental, que constou da leitura de instrumentais utilizados no CREAS, no atendimento direto aos adolescentes, tais como entrevistas, folha de evolução, agendas, assentadas, relatórios e plano individual de atendimento, além das normativas pertinentes ao tema.

Dada a inviabilidade de se traçar um panorama único nas diversas realidades encontradas no município, destacou-se, neste estudo, a área de

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida que avalia o nível de desenvolvimento humano de um município, utilizando indicadores de longevidade, educação e renda, de forma similar ao IDH global da ONU, mas com ajustes para a realidade brasileira. O índice varia de 0 a 1, onde um valor mais próximo de 1 indica maior desenvolvimento humano na localidade. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162028/analise_idhm_rio_v4_compur.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

² O Índice de Progresso Social é composto por indicadores socioambientais de resultado, de modo que não utiliza variáveis econômicas ou intermediárias. Isto se dá porque o desenvolvimento humano ou progresso social se diferencia de crescimento econômico, e, portanto, é mensurado multidimensionalmente por meio de variáveis socioambientais. Este marco teórico fundamenta a estrutura das dimensões e componentes do IPS. Disponível em: <<https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/>>. Acesso em: 09 set. 2025.

abrangência de três CREAS, representando as zonas sul, norte e oeste da cidade. A saber, o CREAS zona sul, que abrange a área programática da zonal sul da cidade, cujos 19 (dezenove) de seus 20 (vinte) bairros compõem os cartões postais da cidade e apresentam as maiores taxas de Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) com exceção de uma grande comunidade. Para fins de contraste, a pesquisa focalizou o CREAS zona norte, cujos 2 (dois) de seus 6 (seis) bairros são limítrofes com outros municípios e apresentam as menores taxas de IDH da cidade. E para complementar, o CREAS zona oeste, responsável pelo acompanhamento a dez bairros da cidade, com características muito próprias, com regiões bastante militarizadas.

Os três CREAS são localizados em extremidades opostas da cidade e com realidades bastante distintas. Optamos pelos três equipamentos, não por um quantitativo progressivo de usuários para acompanhamento, inclusive, porque o número de encaminhamentos veio aumentando muito gradativamente, após o período de pandemia da Covid-19, mas principalmente pelo fato da metodologia de acompanhamento ser executada de forma diferenciada umas das outras. Isso nos permitiu dar a conhecer um panorama de extremos da cidade; bem como apreender as diferentes metodologias utilizadas, e suas diferentes nuances; e os impactos no acompanhamento. Especialmente se observarmos as diretrizes únicas do Plano de Trabalho da Gerência de Medidas Socioeducativas, que pretendem cumprir metas e orientações do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado em 2014.

Após a aprovação, tanto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, quanto da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente – GDEP da Secretaria Municipal de Assistência Social para realização da pesquisa, partimos para o campo com muitas expectativas, acadêmicas, profissionais e porque não dizer, pessoais também. Iniciamos apresentando a pesquisa para as direções dos CREAS participantes, onde, em um, fui atendida prontamente; no outro, somente quando assumiu uma direção nova, que não mediu esforços para prestar-me o necessário auxílio. E no terceiro CREAS, temos a prerrogativa da atuação diária.

A primeira etapa, a revisão bibliográfica, além de subsidiar a construção do referencial teórico, objetivou situar o debate em torno de categorias já identificadas como centrais para este estudo: adolescentes e jovens, medidas socioeducativas em meio aberto, CREAS, a política pública de assistência social, território e ressignificação trajetórias de vida, além de outras que a estas se inter-relacionam.

Foi realizada a pesquisa qualitativa, por meio de grupos focais, com as equipes técnicas e entrevistas semiestruturadas com 13 (treze) adolescentes e/ou

jovens, que foram participantes ativos desta pesquisa, segundo os critérios e etapas que serão abordadas mais adiante. As equipes técnicas (assistente social, psicóloga, advogada e pedagoga, e mais recentemente a figura de um(a) tutor(a)), também foram partícipes da pesquisa, publicizando as metodologias de acompanhamento dos adolescentes e suas famílias.

A estratégia de aplicação de entrevistas semiestruturadas³, com o objetivo de colher depoimentos, identificar percepções acerca da trajetória de vida dos adolescentes e jovens, durante o processo de acompanhamento das MSEMA e aprofundamento do estudo. E a identificação e análise da trajetória dos adolescentes, constituiu-se na segunda estratégia de coleta de dados do campo empírico.

Quanto ao roteiro de entrevista com os adolescentes/jovens, a ser utilizado, pretendeu-se preliminarmente que ele contemplasse as seguintes perspectivas: apreender o contato com a equipe dos CREAS, considerando-se como pertinentes os seguintes temas: apresentação no CREAS; trajetória e vivências significativas no CREAS e no acesso à cidade, no que diz respeito à incorporação de capital cultural e social. Ou seja, aprendizados, relacionamento CREAS, ao grupo familiar, escola formal e a comunidade, percepções acerca da importância dessa experiência em suas vidas, contrastando com as três realidades distintas dos territórios abordados.

Pretendeu-se ainda relacionar as vivências passadas com o momento presente da trajetória de cada um para perceber a extensão e contextos das possibilidades e limites de mudança, em relação ao processo de ressignificação de seu projeto de vida. No deslocamento do antes para o depois, abordamos o momento e o contexto de saída do acompanhamento do CREAS, dado o processo de extinção da medida socioeducativa aplicada ao adolescente, em três diferentes regiões da cidade. Embora 11 (onze) dos 13 (treze) entrevistados, ainda estivessem em cumprimento da MSEMA, quando participaram da pesquisa.

O material empírico foi transcrito e codificado, e realizada análise de conteúdo, sistematizado e analisado a partir das categorias analíticas indicadas neste projeto. À luz do referencial teórico sistematizado destacam-se as categorias “adolescência em conflito com a lei”, “a socioeducação”, “a política

³ As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas por se constituírem numa conversação informal, alimentada por perguntas abertas, a partir de um roteiro prévio e por proporcionarem uma maior liberdade ao informante. Elas foram gravadas, após serem assegurados os direitos dos entrevistados, tal como previsto para as pesquisas com seres humanos. As entrevistas foram transcritas e necessário o uso de software para organizar dados e, agilizar a análise temática e/ou de conteúdo.

pública de assistência social”, “o papel do Estado” e a noção de “território”. As quais serviram de base para correlacionar dados coletados na pesquisa documental, a fala e as percepções dos entrevistados acerca de sua trajetória de vida.

Cabe ressaltar que o interesse pelas trajetórias de vida deriva da dialética que estas conferem ao processo de investigação social, ou seja, o fato de permitirem ver homogeneidade e heterogeneidade, singularidade e pluralidade, o individual e o social imbricados nos percursos narrados pelos indivíduos. Na impossibilidade de realização plena da observação direta, dada a dificuldade de “seguir” uma pessoa, em diferentes situações da sua vida, resta ao pesquisador o trabalho com as entrevistas e registros que podem revelar contradições e heterogeneidades, aproximações e semelhanças, nas práticas sociais do mesmo indivíduo, não só na passagem de um contexto social a outro, mas também no mesmo contexto (Lahire, 2003).

Talvez tenha se configurado no maior desafio dessa pesquisa pensar uma abordagem capaz de ouvir aquilo que o profissional não diz e que jamais diria em uma entrevista tradicional a um pesquisador que também é gestor. Apesar de comprovadamente árdua, tal missão se configurou como uma incessante e estimulante busca pelo melhor método, que fosse, ao mesmo tempo, eficiente e significativo e proporcionasse uma experiência prazerosa de descoberta e de inovação, tanto para a pesquisadora, quanto para o usuário e para o profissional informante. O fato de estar inserida na gestão de um CREAS, antes de ser um desafio, tornou-se um elemento facilitador, na medida em que podíamos ter acesso aos instrumentos, usuários⁴ e aos profissionais, e viemos ao longo do tempo realizando uma observação participante juntamente a este público.

Outro princípio que merece destaque é aquele que se ampara na noção de território. Este conceito diz respeito ao lugar psicossocial ocupado pelo sujeito. E este é construído pelas instâncias pessoais e profissionais que englobam a experiência o sujeito. Pode ser entendido como um campo que ultrapassa os recortes geográficos pré-definidos, o que, no entanto, também importa no território (Brasil, 2005a).

É de suma importância registrar que o território está longe de ser caracterizado como uma região homogênea, onde todos os seus habitantes apresentam as mesmas condições de vida. A configuração social de ocupação da área apresenta uma disposição altamente complexa, marcada por expressivas

⁴ Usuário na Assistência Social é a pessoa, família ou grupo que utiliza os serviços, programas, projetos ou benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

diferenças e contrastes socioeconômicos, embora dentro de um ambiente cujo denominador comum é a pobreza, indiscutivelmente e/ou a produção de risco. Esses moradores vivem em situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social concentrados em alguns bolsões de pobreza da cidade. No caso do CREAS da zona norte, cabe ressaltar que a maior experiência se refere a algumas grandes Comunidades, que carregam o estigma dos menores índices de desenvolvimento humano da cidade, por longos anos. Quanto aos territórios dos CREAS das zonas sul e oeste, procuramos desvelar as nuances do acompanhamento, diferenças e similitudes, a partir das vozes desses sujeitos.

2

O paradigma da socioeducação

Neste capítulo, pretendemos tratar do conceito de Socioeducação e da grande mudança que este vem trazer no trato ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional. Ainda que tímida no campo prático é muito simbólica no campo teórico.

Também fizemos uma recuperação histórica do processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro, considerando não só as medidas em si mesmas, mas o papel do CREAS dentro desse processo. Analisamos a importância do território para a execução dessas medidas, bem como do cumprimento (ou não) do seu caráter pedagógico.

O atendimento ao adolescente em conflito com a lei está inserido no Sistema de Garantia de Direitos - SGD, composto pelos seguintes sistemas: Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Sistema Único de Saúde - SUS; Sistema de Justiça e Segurança Pública; Sistema Educacional e pelo SINASE.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, (Lei 12594, de 18 de janeiro de 2012) reafirma a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa. Tal normativa constitui-se numa política pública e visa à efetivação de uma política que contemple os direitos humanos, buscando transformar a problemática realidade atual de violação destes direitos em oportunidade de mudança.

O estudo da (aparente) distância existente entre o que determinam as leis e as diretrizes de políticas, e como estas são postas em prática, parece-nos consistir em um importante ponto de partida rumo à garantia de direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias. A mudança de paradigma da doutrina da situação irregular para a socioeducação e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ampliou o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo.

Assim, assegurando aos adolescentes que infracionaram, uma oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei.

Segundo Rizzini et al. (2019) o conceito de socioeducação tem como base princípios oriundos da pedagogia social, trazidos à tona na década de 1980, que se opunham à ideia de mera penalização. Parte de uma concepção do adolescente como sujeito de direitos e não mais como objeto do Estado por meio de sanções. Em toda a literatura consultada sobre socioeducação, frequentemente se aponta a educação em contraposição à punição, ressaltando aspectos que vão além da educação formal (Julião & Oliveira, 2017 apud Rizzini et al., 2019). Os autores, afirmam que a socioeducação compreende ‘um conjunto de ações voltadas para o processo de ressignificação da vida e dos valores do adolescente autor de ato infracional’ (Franco et al., 2018 apud Rizzini et al., 2019).

Os autores evocam o posicionamento de Antonio Carlos Gomes da Costa, educador brasileiro, que participou do processo de construção das normativas (ECA e SINASE), e sempre defendeu os pressupostos revolucionários nelas contidos, do ponto de vista de conteúdo, método e gestão. Todavia buscou-se, à época, uma resposta conciliatória à questão da socioeducação, quando colocou-se que a medida socioeducativa deveria ser uma resposta punitiva da sociedade ao delito cometido pelo adolescente e, ao mesmo tempo, deveria contribuir para o seu desenvolvimento como pessoa e cidadão.

Segundo Santos (2020), a socioeducação nasce com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos anos 1990, marcados por avanços decorrentes de abertura política e democratização, mas também por recuos provocados pelo modelo neoliberal no Brasil. Antonio Carlos Gomes da Costa apresenta o conceito de socioeducação, extraído do *Poema Pedagógico*, de Anton Makarenko⁵, procurando ressaltar o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, na tentativa de romper com a lógica punitiva e de criminalização da pobreza, presente nos Códigos de Menores (1927 e 1979).

As medidas socioeducativas possuem duplo sentido, pois ao passo que são sancionatórias, também devem ser pedagógicas. Santos (2020, p. 188) relata que “(...) ao passo que responsabiliza o adolescente pelo ato praticado, procura

⁵ Pedagogo soviético (1888-1939) que trabalhou com jovens abandonados, principalmente os que viviam nas ruas e associados ao crime. Lutou ativamente pela implantação dos princípios democráticos, com forte inspiração marxista (Santos, 2020).

oferecer condições para a construção de autonomia e acesso a direitos sociais por meio de políticas públicas”. Segundo Filonov (2010 apud Santos, 2020), essa perspectiva crítica de Makarenko, tem suas bases na educação social e advém de uma concepção marxista. Todavia, esse ideal de uma pedagogia centrada na autonomia e construção da participação social como prática emancipatória, acaba por colidir com a nossa estrutura societária forjada pelo modo de produção capitalista.

Porém, ainda que na teoria, contemos com formulações modernas que priorizem os aspectos pedagógicos, e ainda que existam particularidades no Sistema de Justiça Juvenil. O que observamos, na prática, de uma maneira geral, são ações desprovidas de caráter educativo, sendo o mais importante a disciplina, a reprodução e uma atitude conformista (Malaguti Batista, 1998 apud Santos, 2020).

As últimas décadas foram o cenário para grandes mudanças, tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Borges (2005) pondera que, infelizmente, no percurso destas transformações, a humanidade está se destruindo por conta da própria desumanização do mundo do trabalho, da injustiça social, da fome, da miséria, da corrupção, da poluição do meio ambiente e dos desmandos políticos de toda ordem.

Os estudiosos que analisam estas transformações arquitetam diferentes teorias e identificam inúmeras causas para estes fenômenos. Entretanto, em meio a embates e conflitos teóricos, o ponto pacífico a que todos chegam é o de que se trata de um tempo de expectativas, de perplexidade e de crise de concepções e paradigmas. No desenrolar desta crise, que inclui transformações de condutas e de valores sociais, observa-se o surgimento das mais diversas expressões de violência associadas às mais variadas conjunturas sociais.

Desde a nossa dissertação de mestrado (Barbosa & Rizzini, 2012), já tratávamos que o ato infracional cometido pelo adolescente revela o contexto de violência e de transgressão do pacto social. Mas não se deve perder de vista que ele faz parte da sociedade e que a condição de cumprimento de uma medida socioeducativa não o exclui de um contexto maior de transformações sociais. Tal contexto também deve ser compreendido pela equipe de trabalho, na gênese de seu ato infracional, na forma como ele se relaciona com o mundo e em suas perspectivas futuras. E que as condições materiais de sua existência, embora seja mais complexo que isso, muito influenciam na própria prática do ato infracional.

Ainda assim, as práticas socioeducativas devem contemplar a dinâmica das instituições família, escola, trabalho, comunidade local, rede de serviços de

atendimento, ou o que o SINASE denomina como “grupo suporte”, ao mesmo tempo em que coloca o foco do trabalho no adolescente, em sua subjetividade e objetividade e na construção de um projeto de vida. O adolescente deve ser reconhecido como o protagonista deste cenário e como sujeito de direitos que é. Enquanto ele for visto apenas como problema, será excluído da possibilidade de canalizar construtivamente suas energias como agente de transformação pessoal e social.

Segundo o educador Antonio Carlos Gomes da Costa (1991), qualquer tipo de educação é, por natureza, eminentemente social. O conceito de socioeducação ou educação social, no entanto, destaca e privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica em uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo. Deve-se compreender que educação social é educar para o coletivo, no coletivo, com o coletivo. É uma tarefa que pressupõe um projeto social compartilhado, em que vários atores e instituições concorrem para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social de cada indivíduo.

Cabe assinalar que, de acordo com Gomes da Costa (1991), a socioeducação se bifurca, por sua vez, em duas grandes modalidades:

- a) uma de caráter protetivo, voltada para as crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, em razão da ameaça ou violação de seus direitos por ação ou omissão da família, da sociedade ou do Estado. Ou até mesmo da sua própria conduta, o que os leva a se envolver em situações que implicam em risco pessoal e social;
- b) e outra, voltada especificamente para o trabalho social e educativo, que tem como destinatários os adolescentes em conflito com a lei, em razão do cometimento de ato infracional.

Feita esta distinção, pode-se falar de uma socioeducação de caráter protetivo e outra de caráter socioeducativo. Esta última voltada para a preparação de adolescentes e jovens para o convívio social, de forma que atuem como cidadãos e futuros profissionais, que não reincidam na prática de atos infracionais, e assegurando-se, ao mesmo tempo, o respeito aos seus direitos fundamentais e a segurança dos demais cidadãos. O trabalho socioeducativo, neste sentido, é uma resposta às premissas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como às demandas sociais do mundo atual.

A socioeducação decorre de um pressuposto básico (2004): o de que o desenvolvimento humano deve se dar de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser. A opção por uma educação que vai além da escolar e

profissional está intimamente ligada a uma nova concepção que destaca e privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica em uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo.

Ainda segundo Gomes da Costa (1991), com a vinculação entre educador⁶e educando⁷, a indiferença deixa de existir e as pessoas vinculadas passam a pensar, a falar, a referir, a lembrar, a identificar, a refletir, a interessar, a complementar, a irritar, a discordar, a admirar, e a sonhar um com o outro ou com o grupo. O educador propõe uma metodologia que denomina como “Pedagogia da Presença”, desde que haja vontade sincera de ajuda e disposição interior para tanto, e que deve ser desenvolvida por parte do educador e entendida como o instrumental metodológico básico da socioeducação.

As bases da socioeducação permitem que o profissional que trabalha com o adolescente vá além dos aspectos negativos mostrados pelo educando, como impulsos agressivos, revoltas, inibições, intolerância, alheamento e indiferença com qualquer tipo de norma. O profissional competente reconhece que aí está o pedido de auxílio de alguém que, de forma confusa, se procura e se experimenta em um mundo hostil e ininteligível. Por outro lado, também, o educador evita colocar em risco sua ação educativa por meio de manipulações, chantagem afetiva, apego desmesurado, dependência descabida.

Este enfoque da Pedagogia da Presença articula o funcionamento teórico com propostas concretas de organização das atividades práticas, determinando as consequências para o tipo de adolescente que se deseja formar. De acordo com este enfoque, as atividades devem propiciar aos educandos oportunidades de conquistas por meio de pequenos e constantes sucessos, e buscar o fortalecimento de atitudes positivas, assim como o estímulo ao reconhecimento do esforço pessoal como um valor para a vida.

Neste processo, é importante desenvolver no educando a capacidade de resistir às adversidades, aproveitando todos os momentos para crescer, para superar-se. Como essas realizações não acontecem de forma unilateral, é necessário que a instituição esteja devidamente aparelhada e seus agentes preparados para prestar tal ajuda no redirecionamento da trajetória de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

⁶ Considerado como *educando*, o adolescente em conflito com a lei, na perspectiva do nosso atendimento.

⁷ Seguindo a mesma lógica, todo profissional que presta o atendimento ao adolescente em conflito com a lei como *educador*.

Gomes da Costa, baseado na sua Pedagogia da Presença, defende que nenhum recurso logístico, nenhum dispositivo político-institucional pode substituir o frescor e a imediatez da presença solidária, aberta e construtiva do “educador” junto ao “educando”. Nesse contexto, é importante considerar que o estabelecimento de vínculo é a base para a realização do trabalho junto ao nosso público. E sobre esse ponto, não podemos prescindir de uma reflexão mais ampla, que considere qual a socioeducação que desejamos e qual a que estamos praticando.

Segundo Santos (2020, p. 190), a política ainda está centrada numa função disciplinadora, ainda que não seja mais preponderante. Somos convocados, principalmente pela Justiça, ainda a práticas que nos remetem à ressocialização pela reinserção escolar, inserção em atividades laborativas, oficinas profissionalizantes. E não que não sejam elementos importantes para a vida dos adolescentes, a questão é: estamos contribuindo para a manutenção do controle de uma parcela muito bem delimitada da população ou estamos, de fato, diariamente contribuindo com o processo de autonomia e emancipação desses sujeitos?

De acordo com Rizzini et al. (2019), há dificuldade na literatura de encontrar definições específicas a respeito da natureza sociopedagógica das medidas socioeducativas:

A proposta pedagógica da medida socioeducativa parece estar relacionada a uma negação do aspecto puramente punitivo e a uma possibilidade emancipatória com base no interesse desses adolescentes e em atividades que proporcionem a convivência familiar e comunitária. Destacam-se, ainda, (...), a ampliação da rede de convivência e sociabilidade dos adolescentes, o exercício da cidadania e a promoção do protagonismo juvenil (Rizzini et al., 2019, p. 38).

Segundo Menezes e Ribeiro (2016), a socioeducação carece de maiores estudos no campo acadêmico brasileiro. É um tema relativamente novo, incorporado aos poucos ao vocabulário daqueles que estudam o fenômeno da juventude e seu envolvimento com a ilicitude. E a invisibilidade dele só aumenta os desafios enfrentados pelos próprios adolescentes, além de fomentar o preconceito.

Lima e Carloto (2009) também relatam que embora as ações socioeducativas estejam bastante difundidas no âmbito das políticas sociais e com a descrição metodológica sistematizada em documento do Ministério do Desenvolvimento Social, não há clareza de concepção teórica. Normalmente essas ações são descritas como um conjunto de atividades, sejam grupos e/ou campanhas socioeducativas; grupos de convivência ou desenvolvimento familiar;

grupos de desenvolvimento local das comunidades, e se dão conforme a vulnerabilidade das famílias ou necessidades locais.

O ponto de convergência é que essas ações fundamentem-se em uma visão participativa e dialógica. Neste sentido, é inevitável associar a construção do conceito à ideia de educação como prática de liberdade, de Paulo Freire. Embora em si mesmo, Freire nunca tenha utilizado o termo socioeducação, mas “ação cultural, que supõe atuação dos sujeitos trocando cultura, entendida por ele como tudo que o homem construiu em sua relação com a natureza” (Lima & Carloto, 2009, p. 128).

Segundo Freire (2016, p. 65), “a desproblematização do futuro, (...) é uma ruptura com a natureza humana, social e historicamente constituindo-se. O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo”. Assim, a transformação da sociedade precisa estar baseada na ética universal do ser humano e não na ética do mercado. Devemos lutar contra “a robustez do poder dos poderosos que a globalização intensificou, ao mesmo tempo que debilitou os fracos” (Freire, 2016, p. 65). Ainda segundo o autor, a intervenção é o contrário de adequação. E a adaptação é um momento apenas do processo de intervenção no mundo.

Paulo Freire (2016, p. 66) relata em sua “Segunda carta, do direito e do dever de mudar o mundo”, que a “educação jamais podendo ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas (...)”. Ainda segundo o mesmo autor, precisamos defender a capacidade das crianças, do ser humano, de avaliar, de comparar, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo. Os fatos sociais, econômicos, históricos ou não, não se dão, desta ou daquela maneira porque assim teriam de dar-se (Freire, 2016, p. 69).

Freire (2016, p. 87) indaga ainda “como fazer?”, “o que fazer?”, “como ‘saber’ para viabilizar os nossos primeiros encontros com pessoas cuja humanidade vem sendo negada, traída, cuja existência vem sendo esmagada?”. Também ressalta que é esta indignação que deve nos mover enquanto educadores, trabalhadores, que é preciso viver a história como tempo de possibilidade e não de determinação, que a legitimidade da raiva contra a docilidade fatalista diante da negação das gentes sempre esteve implícita em suas conversas.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), o autor afirma que ensinar exige respeito à autonomia do educando, que todos somos seres inconclusos e

que o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos faz seres éticos. E ainda que a dialogicidade verdadeira faz com que os sujeitos aprendam e cresçam na diferença, mediatizados pelo mundo. Segundo Lima e Carloto (2009, p. 133), para Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1974) “o diálogo com as massas populares é uma exigência radical de toda a revolução autêntica (...). A práxis revolucionária requer um agir em equipe, caracterizada por um processo de busca contínuo de transformação”.

Ainda de acordo com Lima e Carloto (2009), a autonomia para Freire, compreendida como o processo de amadurecimento que ocorre durante toda a vida, propiciando ao indivíduo a capacidade de decidir, mas também de arcar com as consequências dessa decisão, propiciando experiências respeitadas de liberdade. Para Freire (1987), a liberdade não constitui uma dádiva, mas um processo histórico e coletivo de construção, vinculado à capacidade humana de refletir criticamente sobre a realidade e transformá-la por meio da ação. Nesse sentido, a educação deve configurar-se como uma prática de liberdade, rompendo com modelos domesticadores e promovendo a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Conforme o autor destaca, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987, p. 47), ressaltando o caráter dialógico e solidário da liberdade. Assim, ao reconhecer o ser humano como inacabado e em permanente devir, Freire associa a liberdade ao exercício crítico da consciência e à responsabilidade ética de intervir no mundo, tornando-se sujeito de sua própria história e corresponsável pela transformação social.

Em sua obra *Educação como Prática de Liberdade* (2021), o autor afirma que se o *homem*⁸ fosse “um ser da acomodação ou do ajustamento, e a história e a cultura, domínios exclusivamente seus, não teriam sentido. Faltar-lhes-ia a marca da liberdade. Por isso, toda a vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado (...) e sacrifica sua capacidade criadora” (Freire, 2021, p. 59).

Segundo Freire (2021):

(...) toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta (...) e quando o oprimido legitimamente se levanta contra o opressor, em quem identifica a violência, é a ele quem se chama de violento, de bárbaro, de desumano, de frio. É que, entre os incontáveis direitos que se admite a si, a consciência dominadora tem mais estes: de definir a violência. O de caracterizá-la. O de localizá-la. E se este direito lhe assiste, com exclusividade, não será nela mesma que irá encontrar a violência. Não será a si própria que chamará de violenta. Na verdade, a

⁸ O termo *Homem* compreendido aqui como pessoa ou ser humano, em geral, independente de gênero.

violência do oprimido, ademais de ser mera resposta em que revela o intento de recuperar sua humanidade, é, no fundo, ainda, a lição que recebeu do opressor. Com ele, desde cedo, como salienta Fanon, é que o oprimido aprende a torturar. Com uma sutil diferença neste aprendizado _ o opressor aprende a torturar, torturando o oprimido. O oprimido sendo torturado pelo opressor” (Freire, 2021, p. 69).

Apesar de uma obra vasta e amorosa, e sua contribuição incontestável no campo das Ciências Sociais e Humanas, com reconhecimento internacional, o patrono da Educação brasileira não passou por este mundo incólume às críticas. Segundo Lima e Carloto (2009), seus críticos defendiam que Freire não fazia referência às classes sociais e que a luta de classes é o motor da história, que não reduzia o indivíduo a puro reflexo das estruturas socioeconômicas.

Para ele, a luta de classes não era o motor da história, mas certamente era um deles. Ele vai defender a relação dialética entre a objetividade e a subjetividade no processo de transformação da realidade. E que para chegar a um nível de diálogo, de pensar crítico, *esperançoso*, exista a participação do educando – educador, fazer com ele e não para ele. Por isso, o elemento central desta pesquisa é a escuta cuidadosa não só das equipes, mas principalmente dos adolescentes e jovens, que dão o verdadeiro sentido às ações socioeducativas.

De acordo com Martins (2002), o tema da autonomia emerge na última metade do século XX, na Comuna de Paris e nas primeiras décadas do século XX. Transformou-se em bandeira de luta de diversos operários, com formação de comitês de fábrica (Rússia), comunidades de trabalho (França) e pelo mundo à fora. O movimento internacional de trabalhadores, ao longo do século XX, promove a consolidação do termo “autonomia” no pensamento social e, por conseguinte, na educação.

Martins (2002) baseada nas ideias de Castoriadis, considera que, na história mais recente da humanidade, constituiu-se uma tensão entre os movimentos autônomos e o conjunto de instituições sociais cuja função tem sido as relações sociais de produção, a partir do advento da sociedade capitalista. E que neste sentido, as possibilidades e limites para o exercício da autonomia só pode ser dado, historicamente por um conjunto de fatores. Então, essa autonomia tem que ser concebida para todos, como um projeto coletivo.

Nessa perspectiva, em uma sociedade de alienação, a autonomia será sempre permeada das condições materiais de existência e por outros indivíduos. Visto que “a responsabilidade de cada um por sua [própria] vida pode facilmente se tornar *mistificação* se a separamos do contexto social e se a estabelecermos como resposta que basta a si mesma” (Martins, 2022, p. 220).

Diante disso, a reflexão que urge é: qual o tipo de socioeducação que vem sendo praticada nos CREAS? Estamos contribuindo com o processo de autonomia desses sujeitos?

O CREAS tem o papel crítico de problematizar limites e estimular e apresentar novas possibilidades aos jovens, entendendo-os como sujeitos históricos que são. Todavia, faz-se necessário refletir sobre a contradição que é exigir certo tipo de respostas e modelos de conduta dos adolescentes e jovens a quem se atribui autoria de ato infracional, sem análise de conjuntura e do que lhes foi ofertado ao longo de sua infância e adolescência, como condições dignas de vida, materiais e emocionais, não só de garantia de acesso a direitos sociais, bens e serviços, mas do seu desenvolvimento pleno como sujeitos.

E essa Pedagogia da Presença só poderá produzir respostas mais efetivas e plenas na medida em que ocorrem mudanças mais amplas. Mesmo assim não poderemos *cruzar os braços*. Segundo Freire (apud Costa, 1991, p. 30): “fazer hoje o possível de hoje, para fazer amanhã o impossível de hoje”.

Sendo assim, imperativo entendermos como se deu o processo de municipalização das medidas em meio aberto no Rio de Janeiro, para uma melhor análise de conjuntura.

2.1.

O processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro

A partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Brasil, 2005b) e da Norma Operacional Básica - NOB, o então Ministério do Desenvolvimento Social - MDS empreendeu esforços no sentido de implementá-la na direção da concretização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003.

A NOB estabelece níveis de gestão para que os municípios acessem aos recursos federais na perspectiva de associar gestão e financiamento, definindo requisitos, responsabilidades e incentivos para cada nível de gestão. O SUAS configura-se como o novo reordenamento da política de assistência social, na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura. Nesse sentido, a política de assistência social é organizada por tipo de

proteção social - básica e especial, conforme a natureza da proteção social e por níveis de complexidade do atendimento.

No SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica (voltada à prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos). E a Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social), tendo por base o território, de acordo com sua complexidade, respeitada a diversidade regional e local.

Nesse contexto, a proteção social especial tem por direção: a) proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais, de modo a que ampliem a sua capacidade para enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social; b) monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; c) desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais. Este campo de proteção na assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento determina seu padrão de atenção (Brasil, 2005b).

Cabe recuperar o histórico de municipalização do atendimento socioeducativo na cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu em 2008. A municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto foi implantada na cidade em 2008, por meio de projeto financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. Inicialmente a implantação foi executada em 03 (três) Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, os quais prestavam atendimento aos adolescentes e suas famílias.

Ainda em 2008, a cidade assume esse atendimento como política pública e, com isso, amplia para todos os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, favorecendo que a execução do trabalho ocorra de forma territorializada, em consonância com a diretriz do SUAS. De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012):

O significado da municipalização do atendimento no âmbito do sistema socioeducativo é que tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos (Brasil, 2012).

Em março de 2009, o programa inicia efetivamente o processo de descentralização e o atendimento é ampliado no decorrer do ano. Desta forma, ao

iniciar o ano de 2010, os demais 06 (seis) CREAS existentes naquela ocasião e 03 (três) equipes de média complexidade das então Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos – CASDH, que não possuíam CREAS, realizavam o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

As equipes de média complexidade foram criadas para que, temporariamente, enquanto não eram estruturados os demais CREAS, o atendimento ao público da média complexidade fosse garantido. O espaço físico para este atendimento era disponibilizado pela própria CASDH. Durante os anos de 2009 até meados de 2010, o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto era realizado por profissional, cedido de uma área à outra, até que foram se constituindo as equipes de média complexidade de cada território, culminando ainda em 2010, com a inauguração de vários outros CREAS pela cidade.

Ao encerrar o ano de 2010, o número de CREAS da cidade aumentou de 09 para 13 e o território da 9ª CASDH (Campo Grande) permaneceu com equipe de média complexidade, até a implantação da unidade de atendimento. Em 2011 a 9ª CASDH também implantou o seu CREAS, assim, a cidade do Rio de Janeiro possui atualmente 14 (quatorze) CREAS, que realizam a execução das Medidas Socioeducativas por meio do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

É importante ressaltar que, ainda em 2025, passados 14 (quatorze) anos, permanecemos com o mesmo número de CREAS, para atendimento a uma metrópole com 6.211.223 habitantes segundo o censo de 2022 do IBGE.

Segundo dados do próprio IBGE, a estimativa mais recente (2024-2025) na cidade do Rio de Janeiro, já contempla uma população em torno de 6.730.729 pessoas. E cada vez mais observamos um contexto de agravamento e maior complexidade dos casos atendidos e acompanhados pelas equipes, que se referem a toda sorte de violações de direitos. E lembremos que estamos falando de Direitos Humanos.

Indubitavelmente, ainda há um longo caminho a percorrer entre o que preconizam as leis e normativas e a sua efetivação prática. Passemos então, a uma compreensão maior sobre as medidas socioeducativas em meio aberto.

2.2.

A medida socioeducativa em meio aberto

As medidas socioeducativas constituem parte do sistema de responsabilização jurídica especial – que apresenta perspectivas diferenciadas do sistema criminal adulto, fundamentado na ideia de pena – aplicadas aos adolescentes sobre os quais se verificou a prática de ato infracional. Nelas estão presentes dois elementos que traduzem a sua finalidade: defesa social e intervenção educativa (Souza, 2008).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao reconhecer a liberdade, o respeito e a dignidade humana de crianças e adolescentes merecedores da proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, representou uma nova perspectiva de transformação em busca de uma efetiva concepção garantidora de direitos, situando-os em um quadro de garantias especiais. Referendando, neste sentido, as determinações emanadas na própria Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, art. 227).

Segundo Souza (2008, p. 31), o ECA não definiu um processo de execução da medida socioeducativa com procedimento próprio, preferindo utilizar os mecanismos de atendimento já existentes, que compõem o Sistema de Justiça Juvenil. Cabe ressaltar que, após a Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a ser reconhecida como direito e, logo depois, a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 constituem processos políticos que possibilitaram a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005.

Neste novo modelo socioassistencial brasileiro, a assistência social é concebida como política pública e passa a ser nomeada como um direito do cidadão e um dever do Estado. O que se contrapõe à noção da assistência como um conjunto de iniciativas de caráter assistencialista, dependente de uma prática histórica de concessão de favores e/ou de boa vontade, fora do campo do direito à cidadania.

A partir da aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Brasil, 2005b) e da Norma Operacional Básica – NOB, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) empreendeu esforços no sentido de implementá-la na direção da concretização do SUAS, conforme deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. A NOB estabelece níveis de gestão para que os municípios acessem a recursos federais na perspectiva de associar gestão e financiamento, definindo requisitos, responsabilidades e incentivos para cada nível de gestão.

O SUAS configura-se como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura. Neste sentido, a política de assistência social é organizada por tipo de proteção - básica e especial, conforme a natureza da proteção social e por níveis de complexidade do atendimento. No SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica (voltada à prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social), tendo por base o território, de acordo com sua complexidade, respeitada a diversidade regional e local.

Nesse contexto, a proteção social especial, que é o que nos cabe aqui, tem por direção:

a) proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais, de modo a que ampliem a sua capacidade para enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social; b) monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; c) desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais. Este campo de proteção na assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento determina seu padrão de atenção (Brasil, 2005b).

Ainda segundo a PNAS/2004 (Brasil, 2005b), a proteção social especial deve afiançar acolhimento e desenvolver atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos para possibilitar a reconstrução de vínculos sociais e conquistar maior grau de independência individual e social. Deve ainda, defender a dignidade e os direitos humanos, e monitorar a ocorrência dos riscos e do seu agravamento.

Os serviços de proteção social especial caracterizam-se por níveis de complexidade, hierarquizados de acordo com a especialização exigida na ação e se distinguem, respectivamente, entre serviços de proteção social especial de média complexidade e de alta complexidade. Os serviços de média e alta

complexidade devem ser oferecidos de forma continuada a cidadãos e famílias em situação de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais.

Dentro dessa lógica, entende-se o adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional e sua família como usuários da política de assistência social, por meio de um serviço tipificado, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (Resolução 109 de 11/11/2009).

Segundo Rizzini et al. (2019), no caso da Liberdade Assistida, ela já se destaca por si só, quando prevê que a ação socioeducativa seja centrada na vida social do adolescente, ou seja, na família, na escola, comunidade, em meios que possibilitem a profissionalização e a inserção profissional. O que pressupõe que este adolescente será assistido e protegido. Todavia, Girotto (2014 apud Rizzini et al., 2019) provocam uma reflexão sobre o significado de assistir, 'assistir a liberdade'. Para isso, é preciso romper com a prática do assistir associado ao vigiar, em que o adolescente precisa ser educado e corrigido, para pensar num assistir na forma de colocar-se junto, de estar presente. O que nos remete à *Pedagogia da Presença* de Gomes da Costa.

O meio aberto traz consigo muitos desafios, pois expressa-se pela heterogeneidade, diversidade e multiplicidade de ambientes. Nele nos deparamos com a vida concreta desses adolescentes e jovens e suas famílias. O ECA defendeu a correta orientação em eliminar a cultura da institucionalização, mas não indicou, nem por meio do SINASE, como atuar com as características de base territorial (Rizzini et al., 2019).

As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSEMA) demandam uma mobilização de diversos agentes, com ação territorializada. Como se trata da vida cotidiana, em si mesma, muitas vezes, esses múltiplos agentes podem atuar em direções mais divergentes do que convergentes. Uma vez que o Serviço de MSEMA está tipificado dentro do escopo da política de assistência social, comumente nos parece que as outras políticas sociais setoriais não se responsabilizam conjuntamente pela proteção integral desse adolescente.

A aplicação da MSEMA não pode deixar de levar em consideração as vivências desse adolescente e a leitura do território onde ele transita e possui referências. Não raro, observamos a aplicação de MSEMA incompatível com a possibilidade de cumprimento. Muitas vezes, o território onde o jovem vive, não reúne condições ou possibilidades concretas para o alcance do trabalho

socioeducativo. Temos observado adolescentes com questões de aparente transtorno mental, seja pelo uso abusivo ou não de álcool e outras drogas; também adolescentes que se encontram com grau de instrução nas séries do Ensino Fundamental II, sem sequer dominarem a leitura e a escrita. Geralmente, o território não oferece dispositivos próximos para estes atendimentos. E pensemos que o adolescente não pode ser culpabilizado pela falta de recursos do local onde vive.

Segundo Garcia e Pereira (2014) em seu texto afirmam que “Somos todos infratores”, pois embora o adolescente seja reconhecido pelo Estatuto como sujeito de direitos, ainda operamos com políticas públicas pouco efetivas para o exercício da cidadania e dos direitos humanos, com dificuldade de reconhecimento da singularidade da questão da adolescência em seu conjunto de políticas.

Garcia e Pereira (2014) acrescentam que muitos autores são unânimes em afirmar que essa multiplicidade e diversidade dos lugares gerados pela municipalidade, têm recebido trato tímido. É um tema pouco refletido e pouco debatido.

De acordo com Rizzini et al. (2019):

Trabalhar com o adolescente em meio aberto não se limita a uma ação dirigida a um adolescente, ou tão só ao espaço onde ocorre o serviço de atenção, ou onde funciona o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Antecede e segue, ao conteúdo do trabalho socioeducativo com o adolescente da MSEMA, a capacidade do profissional de decodificar o chão onde vive o adolescente e sua família, cuja dinâmica e cujas características são constituídas pela interferência de múltiplos agentes e condições (Rizzini et al., 2019, p. 58).

Concretamente, as equipes dos CREAS passaram a prestar este atendimento, como já mencionamos antes, porque de fato são, ou deveriam ser, equipes mais próximas, conforme preconiza o SINASE. Sobre esse aspecto, refletimos sobre a situação dos CREAS pesquisados, no momento da pesquisa. Considerando que só há um CREAS para atendimento a toda zona sul, que possui mais de 600 (seiscentos) mil habitantes (IBGE, 2022), sendo somente na Rocinha mais de 72 (setenta e duas) mil pessoas e abrange uma área territorial muito grande.

Obviamente que isso impacta na sobrecarga dos profissionais e na viabilidade de cumprimento da MSEMA, como mencionou o adolescente J.V., em nossa pesquisa de campo, de 15 anos, morador da Rocinha, que está cumprindo, pela segunda vez, porque descumpriu a primeira: *“É longe daqui, né? Bom se eles tivessem um CREAS mais perto, né? Ruim quando estou fazendo alguma coisa e*

tem que vir aqui (no CREAS). Ai já dá um desânimo” É um chão... Dá uma preguiça”.

O que dizer então do CREAS da zona oeste, que estava desalojado, com a equipe se esforçando para prestar atendimento no espaço de dois CRAS, sem seus recursos próprios? Este foi um CREAS que só consegui entrevistar 4 (quatro) adolescentes em virtude de desencontros, pela mudança de local.

No CREAS da zona norte, pela complexidade do território, também há dificuldades de deslocamento não só pelos adolescentes, mas pela equipe, em virtude de várias regiões conflagradas pelos intensos episódios de violência urbana. Recentemente, uma unidade de saúde básica precisou encerrar suas atividades dentro da comunidade e outra está com atividades suspensas, funcionando provisoriamente dentro de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, em virtude da violência que assola o território diariamente.

É nesse cenário que a medida socioeducativa deve ser individualizada; deve respeitar a condição de pessoa em desenvolvimento, ou seja, não deve ser imputada uma medida que o adolescente não tenha condições de cumprir. Deve ainda ter o caráter educativo preponderante ao sancionatório, ou seja, nenhuma atividade deve ser designada ao adolescente que viole ou ameace seus direitos fundamentais.

Passemos então no próximo tópico a refletir um pouco mais sobre o papel do CREAS em relação ao acompanhamento da MSEMA.

2.3. O papel do CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, como integrante do Sistema Único de Assistência Social, deve se constituir como polo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. Sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de **vínculos**.

Os CREAS constituem-se em unidades públicas estatais, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários. Isso

envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado e especializado.

Nesta perspectiva, o CREAS deve articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contrarreferência entre a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e movimentos sociais. Para tanto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação das ações, inclusive, as intersetoriais.

É importante ressaltar que nesse modelo, o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC) e sua família são definidos como usuários da política de assistência social. Isso tem grande significado em especial para o caso dos programas de atendimento ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional, que vão integrar os serviços da proteção social de média complexidade.

Portanto, o CREAS é o dispositivo responsável pelo atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes e pelo acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (LA e PSC), direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção a suas crianças e seus adolescentes.

O papel do CREAS e suas competências estão consubstanciados em um conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a política de assistência social e regulam o SUAS. Devem, portanto, ser compreendidos a partir da definição do SUAS, qual seja afiançar seguranças socioassistenciais, na perspectiva da proteção social.

O CREAS tem suas competências definidas pelo SUAS e que, de modo geral, incluem os seguintes serviços, nominados a seguir:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A oferta de trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a Unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada, em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários, torna-se fundamental para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso a direitos.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais⁹ do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2009) também indica como deve ser realizado o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Tendo assim, o trabalho da equipe voltado para a garantia de acesso a direitos; a reflexão sobre padrões violadores de direitos no interior da família; e a diminuição da reincidência de violações de direitos.

Outra normativa que dá base para tal temática, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse *nasce* da efervescência de movimentos sociais na década de 1980, em um cenário propício de abertura política e de reformas constitucionais, e representa um marco na história das políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência no país. Pois é nele que, pela primeira vez na história brasileira, se concebe crianças e adolescentes como cidadãos e *sujeitos de direitos* políticos, sociais e jurídicos, de modo que a noção de *Proteção Integral* se traduz na principal inspiração do ECA, que vai permear o SINASE, considerado como “coisa pública, portanto, pertencente à comunidade” (SINASE, 2006, p. 13).

Como alguns avanços importantes que o Estatuto proporcionou em relação à legislação anterior, parece-nos pertinente destacar, a noção de corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado, o que demanda a construção de um amplo pacto social, em torno do SINASE. Isto nos parece representar uma significativa mudança de paradigma, da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral.

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social. Então, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e

⁹ Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e que organiza os serviços da política de assistência social por níveis de proteção.

resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas que descrevemos a seguir:

- Matricialidade sócio-familiar;
- Descentralização político-administrativa e territorialização;
- Financiamento;
- Controle social;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário;
- A política de recursos humanos;
- A informação, o monitoramento, a avaliação (Brasil, 2005b, p. 42).

Passados 20 (vinte) anos de SUAS, não é possível afirmar que os equipamentos CREAS funcionam com todas as condições ideais para a plenitude da prestação de serviços a que se propõem. Muitas condições incidem no dia a dia, que acabam por influenciar o seu melhor funcionamento. Particularidades do território, tais como extensão, fronteiras, rede pré-existente, aspectos geográficos, regiões montanhosas com presença de barricadas e densidade populacional são algumas delas.

Também em função da incidência cada vez maior de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, e suas especificidades, há a necessidade permanente de mapeamento da rede de serviços, programas e projetos, que poderá ser articulada; falta de infraestrutura adequada e de localização estratégica. Mudanças de direcionamento, ou a falta de, na SMAS; a cada mudança de gestão, inclusive, no que se refere ao vínculo de trabalho dos profissionais, que pela ausência de concurso público, possui cada vez menos servidores efetivos nas Unidades. E isso contribui para o aumento da rotatividade e não favorece o fortalecimento do papel dos trabalhadores na relação com os usuários; a consolidação da equipe como referência no território; e a construção de vínculos, essencial na execução desse tipo de trabalho.

As situações acompanhadas pelo CREAS têm se apresentado cada vez mais complexas, envolvem necessariamente violações de direitos humanos, normalmente permeadas por diversas tensões familiares e/ou comunitárias, envolvendo fragilização ou até mesmo a ruptura de vínculos. Cada vez mais, a realidade exige das equipes intervenções mais complexas, que demandam conhecimentos e habilidades técnicas mais específicas, além de ações integradas com a rede (Brasil, 2011).

Os indivíduos e famílias atendidos no CREAS têm trazido vivências agravadas em função de diversos aspectos (contexto de vida, ciclo de vida,

acesso à rede e a direitos, a existência de pessoas com deficiência na composição familiar, falta de rede social de apoio, questões ligadas a gênero e orientação sexual, uso e abuso de álcool e outras drogas, condições materiais, etc.), o que significa que cada caso demandará ações específicas e singulares. Isso com a finalidade de orientar a construção de um plano de acompanhamento individual ou familiar.

No caso dos adolescentes em MSEMA, o instrumento PIA, plano individual de atendimento, é construído em conjunto com o adolescente, e a presença da família (geralmente). Nele, constam metas a serem alcançadas durante o cumprimento da MSEMA. Vale ressaltar que o PIA é um instrumento previsto no SINASE e cobrado pelo Judiciário.

Cabe enfatizar que a oferta de atenção especializada e a qualificação do atendimento podem vir a prevenir o agravamento das situações apresentadas. É bem verdade que as equipes conseguem muitas vezes interromper ciclos geracionais de perpetuação de violência, seja pelo acompanhamento e pela cessação de cumprimento da medida ou até mesmo pelo afastamento do adolescente de sua família, se essa for a estratégia mais adequada.

Mormente as equipes dos CREAS enfrentam o desgaste de clarificar a todo o tempo o seu papel e competências no SUAS. O CREAS não deve ocupar lacunas provenientes da ausência de outras políticas públicas e/ou de órgãos de defesa de direitos. Tampouco ter o papel de suas equipes confundido com o de outros atores da rede, como sistema de segurança pública (delegacias especializadas, unidades do sistema prisional), órgãos de defesa e responsabilização (poder judiciário, ministério público, defensoria pública e conselho tutelar) ou de outras políticas como por exemplo, a saúde mental, etc. (Brasil, 2011). Também não é papel do CREAS assumir a atribuição de investigação para a responsabilização dos autores de violência, tendo em vista que seu papel institucional é definido pelo escopo de competência do SUAS.

Embora o Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (Brasil, 2011), elaborado em 2011, pelo então MDS, seja muito claro nas atribuições, nos eixos norteadores e na metodologia de atendimento, o que se observa, na prática, é uma enxurrada diária de solicitações para atuação equivocada de toda ordem para os CREAS. O que ocorre desde a elaboração de pareceres de saúde, mediações de conflitos, comandos para visitas domiciliares (que são instrumentos técnicos e operativos de decisão das equipes), de caráter investigativo ou com vieses higienistas, demandando das equipes um posicionamento de bases teórico-metodológicas e ético-políticas frente às situações reportadas.

Em se tratando de LA e PSC, ou seja, medidas socioeducativas em meio aberto, há que se considerar que este adolescente em acompanhamento se encontra no território. E que este influencia na proteção social, ofertada pelo CREAS, entendendo que os direcionamentos das políticas públicas estão intrinsecamente vinculados à própria qualidade de vida dos cidadãos.

Neste sentido, importa-nos refletir, de forma mais atenta, sobre o território, que incide diretamente sobre a vida dos sujeitos acompanhados e das próprias equipes.

2.3.1. A importância do território

Um princípio que merece destaque é aquele que se ampara na noção de território. Este conceito diz respeito ao lugar psicossocial ocupado pelo sujeito, o qual é construído pelas instâncias pessoais e profissionais que englobam a experiência do sujeito. Pode ser entendido como um campo que ultrapassa os recortes geográficos pré-definidos, o que, no entanto, também importa no território (Brasil, 2005a).

O território no âmbito da política de assistência social não deixa de ser um lugar contraditório, pois ao mesmo tempo que é o lugar da produção e reprodução da exclusão e violência, é também o local onde se viabilizam oportunidades, no qual as famílias e a comunidade podem aglutinar forças e sinergia para o exercício da cidadania, na busca da efetivação dos seus direitos políticos e sociais. É uma visão que permite concebê-lo como lugar plural, que conjuga vulnerabilidades, como perdas, isolamentos, mas também potencialidades, como oportunidades, redes de solidariedades, movimentos sociais e organizações de cidadania, oriundas das iniciativas populares (Brasil, 2011).

Nesta perspectiva, é possível compreender que a forma que as relações sociais se dão, num determinado espaço, as oportunidades e a exposição a riscos, conformam potencialidades e vulnerabilidades próprias de determinado território. E as situações de risco pessoal e social, em decorrência de violação de direitos (razão de acompanhamento nos CREAS), vão se expressar diferentemente a partir das realidades sociais, econômicas, políticas, sociais e culturais de um determinado contexto (Brasil, 2011).

É de suma importância registrar que o território está longe de ser caracterizado como uma região homogênea, onde todos os seus habitantes

apresentam as mesmas condições de vida. A configuração social de ocupação das áreas pesquisadas apresenta uma disposição altamente complexa, marcada por expressivas diferenças e contrastes socioeconômicos, embora dentro de um ambiente cujo denominador comum é a pobreza, indiscutivelmente e/ou a produção de risco. Esses moradores vivem em situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social concentrados em alguns bolsões de pobreza da cidade.

No caso do CREAS da zona norte, cabe ressaltar que a maior experiência se refere a algumas grandes Comunidades, que carregam o estigma dos menores Índices de Desenvolvimento Humano da cidade, por longos anos. Quanto aos territórios do CREAS da zona sul, estes concentram os bairros de maiores Índices de Desenvolvimento Humano da cidade, com exceção da Rocinha, que é a área de moradia da maior parcela dos adolescentes entrevistados daquela região. Já o CREAS da zona oeste, este concentra áreas de grande vulnerabilidade, não só em função de áreas com presença do tráfico de drogas, mas também por característica áreas bastante militarizadas. Pretendemos desvelar as nuances do acompanhamento, diferenças e similitudes, a partir das vozes desses sujeitos.

Diante disso, faz-se importante a compreensão das dinâmicas internas de uma comunidade, pois isso pode contribuir para melhor planejamento do acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias. Muitas periferias são dominadas pelo tráfico de drogas ou milícias, o que impõe regras específicas de convivência, estabelecendo fronteiras e restringindo a mobilidade do território. Também os adolescentes são discriminados simplesmente por sua origem socioterritorial, sendo vítimas de preconceito devido a modos de falar, de se vestir e de se comportar, socialmente vistos como marcas dos territórios marginalizados. Sendo criados, a partir desse perfil, estereótipos diretamente relacionados ao mundo do crime (Brasil, 2016).

É preciso considerar que os territórios possuem potencialidades, para além das vulnerabilidades, como associações, grupos e equipamentos culturais, manifestações e eventos comunitários, espaços de esporte e lazer e projetos sociais. Obviamente que não de forma homogênea, a depender de como cada localidade foi se formando e se constituindo. Mas devem ser valorizadas a partir da sensibilização e da mobilização dos adolescentes e de suas famílias, como mecanismos de ampliação da integração comunitária e de ressignificação dos projetos de vida.

Sobre o território as três equipes entrevistadas acreditam ser o CREAS o grande articulador do território:

“Acho que sim. Acredito que a gente não tá nada sozinha né? Principalmente estando em rede. A gente vê os estudos, o que estão oferecendo, o que dá pra fazer com eles. Estamos vendo se dá pra fazer um projeto esportivo. A gente articula muito nas naveas do conhecimento. E com a saúde também é uma proposta de a gente estar mais perto e ver essa saúde integral deles... E políticas... Eu quero dizer o seguinte: não fosse o CREAS, essas outras políticas talvez não tivessem vindo tanto esses meninos. Não fôssemos nós, esses meninos seriam mais invisíveis do que são” (Técnica da zona oeste).

Complementa ainda:

“Embora o SINASE fale de um sistema que envolve saúde, segurança pública, e todas as demais políticas, e tem um comitê também no município, mas que no fundo a gente acaba vendo só a assistência mais envolvida, mais engajada com isso. Talvez porque o meio aberto esteja de fato dentro da política de assistência, a gente não veja um grande avanço com as demais políticas” (Técnica da zona oeste).

A equipe técnica da zona norte é unânime em afirmar o papel do CREAS como grande articulador do território: *“O CREAS cumpre sua função de articulador sim! Provoca né! É o papel, né? Aham, é o papel!”*(Técnica da zona norte).

Já quanto às características do território, os técnicos afirmam:

“Violento. A gente sabe que o IDH é o menor marcado. Muito pobre em relação a ONGs, a comunidades, a comandos... espaço de lazer, praças... Até shopping não tem. Não tem nada. Bem pra cá, tudo esquecido. Fala-se de um bairro, mas não tem grandes coisas lá não”.

“Teve um encontro aí pra fazer trabalho junto com shopping. Nós não fomos chamados porque não tem shopping no nosso território”

“É coisa pobre pra pobre. Então ele (o prefeito) faz aquele parque dentro da comunidade pra segregar a comunidade, dentro da comunidade. Pra que fiquem ali né? Para que não circulem...”. (Sobre um grande parque com Nave do Conhecimento inaugurado dentro e no alto de uma comunidade, impossibilitando a circulação e o uso dele por pessoas de fora da referida comunidade).

Quando indago se acreditam que o território influencia no processo de cumprimento dos “meninos”, a equipe zona norte afirma que sim:

“(...) eles saem daqui (do CREAS) e voltam para um lugar que tem mais conflitos, de guerra todo o dia”

“Essa diferença no território, de alguma forma vai repercutir na saúde mental desses jovens, dessa família, gente”

“A depressão, ela pode também ser... Ela pode vir de uma maneira agressiva. Como é que alguém mora naquele lugar? Ouvindo aqueles barulhos, né? Sempre”

Já o jovem M./CREAS zona norte fala da dificuldade de transitar pelo território:

“tenho um filha de meses que não consigo registrar, porque a mãe mudou pro outro lado” (referindo-se a um mesmo bairro dividido por uma linha de trem auxiliar, cujo domínio do tráfico de drogas é realizado por facções rivais). A equipe do CREAS mantém-se empenhada em solucionar esta questão (M./CREAS zona oeste).

Ainda no CREAS zona norte, quando indago sobre a percepção que tem do território onde mora, o jovem A., responde:

“Eu moro perto da comunidade. Na esquina já tá embarricado. Essas coisas, entendeu? Atrapalha sim... quando eu formava lá, era outra facção, entendeu? Hoje já mudou a facção lá. Aí tipo meu cunhado, meu cumpadre, chegou a desenrolar com os caras lá dentro, que eles conhecem pra poder me deixar tranquilo ali, entendeu? O menino tá trabalhando, isso e aquilo, mas assim, não é a mesma coisa, entendeu? Não é andar tranquilo pra cima e pra baixo” (A./CREAS zona norte).

Ainda acrescenta:

“Eu vou de casa pro trabalho, às vezes vou ao mercado, pra igreja, entendeu? Mas acho que ainda tem certo risco. Se pudesse sair de lá, sairia... não dá pra confiar, porque sempre tem um que ‘cavuca’ o troço” (o jovem divide o espaço físico da casa com o pai, com quem pouco fala e mora com a companheira e um filho pequeno de dois anos de idade. Foi pai aos dezessete anos e passou por cirurgia na cabeça, devido a projétil de arma de fogo e cumpriu MSEMA, por três ocasiões distintas no mesmo CREAS, até ter a extinção das mesmas)(A./CREAS zona norte).

Já no CREAS zona sul, são poucos os adolescentes em acompanhamento em relação a outras áreas da cidade, e tanto a equipe, quanto a maioria dos adolescentes vem da maior comunidade do território, e se queixam por ser um território muito extenso e muito longe para o acompanhamento da MSEMA. Uma vez que a maioria dos responsáveis trabalham formalmente, há uma certa falta de proximidade com os pais, que segundo a equipe tendem a banalizar o cometimento do ato infracional: *“foi só Nutella, nas Lojas Americanas...”* (como se este tipo de ato fosse algo mais naturalizado, simples e mais aceitável).

Sobre a percepção do território, o adolescente J.V., reclama da distância, dos engarrafamentos para chegar ao CREAS e relata: *“É uma favela bacana demais. É uma cidade, né? É uma cidade, né? Precisa nem sair de lá pra fazer nada. Mercado, 24 horas, mercadinho... Tem clínica, tem UPA, ruim só que demoram muito a atender” (J.V./ CREAS zonal sul).*

Diante desses relatos, o fortalecimento da rede de serviços faz-se cada vez mais necessário, pois essa se apresenta de forma fragmentada, o que muitas vezes fragiliza o potencial das instituições, inclusive as governamentais. Observa-se, em algumas regiões, um esvaziamento econômico em consequência de um território conflagrado pelo tráfico de drogas e pelas milícias, que contribuem para o esgarçamento das relações sociais e políticas. Em contrapartida, observa-se

uma maior concentração de instituições na área da zona sul. Também os locais de moradia dos adolescentes na zona sul, mesmo dentro de comunidade, são mais estruturados e de melhor qualidade do que de alguns da zona norte ou oeste, que ainda habitam em estruturas como barracos de madeira, com chão de terra batida.

A noção acerca do que vem a ser o território implica em outras duas outras noções, a saber: Intersetorialidade e Rede. A primeira refere-se à necessidade de que os serviços incluam, em suas ações e na perspectiva de um trabalho de território, os demais equipamentos e instâncias, que, de certo modo, estejam envolvidos na vida do sujeito em acompanhamento. Já a noção de rede, que se amplia para além da simples reunião de serviços que integram um determinado território, diz respeito a um novo modo de conceber e agir o cuidado que inclui um efetivo esforço de articulação entre as diferentes instâncias que se relacionam à vida do sujeito (Brasil, 2005a).

Tratamos aqui, portanto, de noções que requerem uma construção peculiar e delicada entre serviços de naturezas diferentes que compõem o *território* de um determinado sujeito, o que não significa que sob uma mesma subdivisão por área geográfica, o que por vezes torna este trabalho tão difícil quanto necessário.

Embora o CREAS da zona norte compartilhe o território com dois CRAS, para traçar estratégias de ações preventivas, envolvendo inclusive outros órgãos parceiros quando necessário, diversos fatores sinalizam a insuficiência de serviços dirigidos ao atendimento das necessidades básicas dessa população. Entre esses fatores, pode-se citar: desemprego; trabalho informal; renda per capita baixíssima; baixos indicadores de educação e saúde; baixa escolarização; índice de responsáveis legais reclusos, dependência química, violência doméstica, presença da desnutrição; gravidez na adolescência; péssimas condições de habitação, saneamento e ambiente; forte presença do narcotráfico no território; aumento de crianças e adolescentes no narcotráfico; insuficiência de espaços verdes, como parques arborizados; poluição de diversas origens; ausência de cursos profissionalizantes; baixa oferta de oportunidades culturais e de lazer; déficits da estrutura viária e o sistema de transporte público; crescimento desenfreado de ocupações irregulares nos imóveis empresariais; organização política local precária; ausência da segurança pública e carência de planejamento de sua expansão urbana.

O fortalecimento da rede de serviços cada vez mais faz-se necessário, pois essa antes se apresentava de forma mais fragmentada, o que muitas vezes fragilizava o potencial das instituições, inclusive, as governamentais. Observa-se,

em algumas regiões, um esvaziamento econômico em consequência de um território conflagrado pelo tráfico de drogas que contribui para o esgarçamento das relações sociais e políticas.

Apesar de um elevado índice de criminalidade encorpado pelo tráfico de drogas, a incidência de medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade não é tão alta, em comparação a outras regiões da cidade. Avalia-se que o foco da atuação policial seja diretamente a intervenção voltada para o extermínio do tráfico nas comunidades, havendo um número reduzido de busca por pequenos delitos e infrações.

Entendemos que o território não se restringe à delimitação espacial, mas constitui-se em um espaço humano, logo é uma localidade marcada por pessoas que ali convivem. O que abrange as relações de conhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham suas vidas em determinados locais.

Refletindo o contexto já relatado e as especificidades de cada território, um fator de extrema relevância do CREAS da zona norte, é o número baixo de instituições que compõem a rede socioassistencial local, o que dificulta a oferta de oportunidades de cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade. Alguns polos se fecharam e outro foi transferido de endereço central para dentro de uma Comunidade, o que restringiu ainda mais o encaminhamento de alguns adolescentes, devido à impossibilidade de transitar em determinadas regiões da cidade, em virtude de proibição real pelo poder paralelo.

Pensando a densidade populacional das grandes cidades, e no nosso caso específico, a metrópole que é o Rio de Janeiro, considerar o seu grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial, é uma vertente importante e necessária na Política Nacional de Assistência Social.

Conceitos importantes no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos, analisados pelo geógrafo Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos “atores que dela se utilizam” (Brasil, 2005b, p. 47).

Entretanto, estar no território, a depender de qual seja, de quais relações se estabeleçam ali, de que recursos se apresentem e possam contribuir (ou não) no processo de ressignificação da vida desses adolescentes e jovens, não é tarefa fácil. Não raro ocorre que o adolescente esteja cumprindo a(s) medida(s) socioeducativa(s) a ele imputada(s) e, em outros horários, esteja cooptado para o cometimento de novas ações ilícitas. Daí a importância da participação da família neste processo, mas também do apoio comunitário e da responsabilidade coletiva

na formação dos indivíduos, e do que o SINASE chama de “grupo suporte”. Conforme o provérbio africano: “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.

Todavia, segundo Rizzini et al. (2019), historicamente o sistema tutelar idealizado para a população infantil e juvenil, permitiu que se demandasse do Estado investimentos em medidas protetivas para as crianças pobres, muitas vezes, resultando no encaminhamento para instituições fechadas, e, por outro lado, fragilizando e destituindo suas famílias, sempre culpabilizadas, como incapazes e inadequadas para criarem seus filhos. Também a proposta educacional mostrou-se tímida: “aos pobres uma educação pobre. E aos menores com ‘aptidão para o crime’, a prática da educação pelo e para o trabalho”(Rizzini et al., 2019, p. 34).

Pensar na política pública a partir do território, exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que ali vive. A perspectiva de totalidade, de integração entre os setores, para uma efetiva ação pública e vontade política, de fazer valer a diversidade e a interrelação das políticas locais.

2.4.

A medida já cumpriu a sua função pedagógica?

“A medida já cumpriu sua função pedagógica?”. Essa é a principal reflexão que as equipes fazem, ao sugerir ou não, a extinção das MSEMA, nos relatórios encaminhados ao Judiciário. Essa é uma questão que traz ambiguidade, pois as medidas socioeducativas possuem, em sua concepção básica, um caráter sancionatório, pois responsabilizam judicialmente o adolescente, estabelecem restrições legais, mas também possuem uma natureza sociopedagógica, condicionada à garantia de direitos, desenvolvimento de ações que visem à formação de cidadania, conforme preconiza o próprio SINASE (2006).

Neste sentido, o próprio SINASE valida “cada vez mais os pressupostos contidos no ECA, ao afirmar a natureza, sobretudo, pedagógica das medidas, priorizando aquelas em meio aberto” (Bicalho & Lemos apud Rizzini et al., 2019, p. 38). Segundo os mesmos autores, não há definições específicas a respeito da natureza sociopedagógica das medidas socioeducativas. Somente uma ideia do que ela não deve ser: Negação do aspecto puramente punitivo e uma possibilidade emancipatória desse adolescente, a partir de experiências positivas

em atividades que proporcionem a convivência familiar e comunitária, ampliando sua rede de convivência e sociabilidade.

Na verdade o que se espera é que este adolescente possa crescer individualmente, exercitar sua cidadania, e como adolescente-cidadão possa ser protagonista da sua realidade e comprometido com a modificação do mundo que o cerca. O próprio Artigo 100 – ECA – indica a primazia de atendimento às necessidades pedagógicas: “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem os vínculos familiares e comunitários”. Ainda no ECA (1990), já havia uma perspectiva sancionadora, mas não punitiva, em seu artigo 117, que trata das medidas em meio aberto, de fato se configurando como possibilidade de ressignificação de trajetórias.

Assim, a medida socioeducativa de Liberdade Assistida tem algo muito caro e interessante, que é a proximidade geográfica e de conhecimento da realidade local por parte dos profissionais, dos adolescentes e de seus familiares. Inclusive, por ser o CREAS o dispositivo de proteção social *do* e *no* território, que possibilita a reflexão e serve como ponte para a construção de novas perspectivas de vida, o que materializa a natureza pedagógica da medida socioeducativa e a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na construção desse amplo pacto social em torno do SINASE.

Igualmente na medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, as equipes têm procurado fortalecer as redes sociais de apoio, para que os jovens possam cumprí-la, preferencialmente, em locais próximos de suas residências e simultaneamente vivenciar novos valores, sem perder de vista o princípio do:

(...) respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 1990, artigos 100, 112 § 1º e 112 § 3º).

Segundo o SINASE, com base no Paradigma do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

Toda pessoa nasce com um potencial e tem direito de desenvolvê-lo. Para desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidades. O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: as oportunidades que tem e as escolhas que fez. Além de ter oportunidades as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas. (Brasil, 2012, p. 61).

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção da sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas.

No que se refere à política de educação dos três territórios pesquisados, não há dificuldades de reinserção desses adolescentes nas unidades de ensino. O grande desafio que se coloca, diz respeito à permanência dos jovens nos bancos escolares e à adesão ao modelo de ensino que está posto. Alguns adolescentes afirmam não *“ter paciência para ficarem sentados horas seguidas”*, ou *“que não conseguem alcançar o que está sendo proposto”*.

Sendo assim, responder se a medida socioeducativa cumpriu sua função pedagógica implica em avaliar se os objetivos pactuados, durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, foram de alguma forma alcançados. Não só a inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais, mas se foram criadas condições para a ressignificação de projetos de vida que visem, de fato, à ruptura com a prática de ato infracional, a partir das possibilidades e limites do trabalho desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa. Assim, analisar se houve contribuição para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias, garantia de acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências, além de fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Favorecer a emancipação e o protagonismo do adolescente, por meio da organização de um projeto de vida, definindo objetivos e metas alcançáveis, tendo em vista a transformação de valores e atitudes, matéria-prima da prática socioeducativa.

3

O papel do Estado na (in)visibilidade do socioeducando

Pensar no papel do socioeducando é também sobre o papel de ambiguidade desse sujeito no cenário social brasileiro. Embora reconhecido juridicamente como portador de direitos fundamentais, e como pessoa em desenvolvimento, destinatário de políticas de proteção integral, também é reduzido a estigmas que o associam frequentemente à criminalidade e exclusão. Nesse contexto, o Estado tem papel central: ora como produtor de invisibilidade, quando negligencia direitos, pratica violência e perpetua práticas punitivas. Todavia, também precisa garantir condições dignas de vida e a efetividade das medidas socioeducativas. Refletir sobre esse processo é fundamental para compreender as possibilidades e limites das políticas públicas existentes e os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, ainda que sob a égide perversa do sistema capitalista. Para tanto, também refletiremos sobre a importância de convergência das diversas políticas públicas sociais para este público, uma vez que o próprio SINASE nos remete a refletir e tratar sobre a incompletude institucional.

Segundo Dupas (2005), este início de século tem nos colocado frente à frente com questões graves que nos indicam a necessidade de reflexão quanto a que tipo de sociedade nós queremos. Há uma desesperança existencial espalhada pelo mundo, que impõe a urgência destas reflexões.

Dupas (2005, p. 34) afirma que “o exercício da democracia é a luta permanente dos sujeitos contra a lógica permanente dos sistemas”, ou seja, o espaço de liberdade vem se reduzindo a um ato de consumo. A internacionalização das mídias, o rompimento do delicado equilíbrio entre Estado, sociedade civil e indivíduo faz com que a prática dessa liberdade se dissocie do compromisso que se deve ter com a sociedade e seu meio cultural, o que ameaça a democracia e privilegia o individualismo extremo, abandona a vida social aos aparelhos de gestão e aos mecanismos de mercado e a desagregação das sociedades política e civil.

De acordo com Demirovic (2006), o público e o privado foram entendidos de maneira essencialista como duas áreas separadas da sociedade moderna. Faz-se uma separação do lugar de moradia do lugar de trabalho, e também entre economia e política. Espaços como a fábrica, o escritório e a empresa são considerados privados, embora “públicos”. Só o Estado e a política são vistos

como espaço público. O público e o privado se dividem em quatro áreas: o lar da família; os negócios; a opinião pública organizada pelos partidos políticos e pela indústria cultural; e finalmente, a administração e a política governamentais. Mesmo o lar, sendo considerado o menos público, não chega a ser totalmente privado porque está sujeito à lógica das outras.

Historicamente, o Estado sempre monitorou o desenvolvimento demográfico, a disseminação de moléstias, os óbitos, sancionando um modo de vida normativo, dando a marca da exclusão aos “desviantes” físicos e mentais. O público desenvolveu ainda um interesse por práticas de saúde, reprodutiva inclusive, e uma prática higienista na cidade, que sobrepôs fortemente até a contemporaneidade. Tais modelos criam uma prática cultural coletiva e uma ordenação simbólica que organiza uma representação específica do espaço societal, onde as relações privadas acabam sendo reguladas publicamente. A burguesia desenvolve essas relações entre público e privado, como uma forma de sua hegemonia.

Neste sentido, ainda de acordo com Demirovic (2006, p. 84), o espaço público designa o lugar em que um ponto de vista bem fundamentado pode se formar a partir de um rumor. Organizado pela imprensa, o espaço público, como uma espécie de opinião passível de ser circunscrita, representa um domínio poderoso sobre a comunicação societal, que a passos largos leva à inquietação social. Onde o conhecimento pode ser monopolizado, observamos a fonte de poder de dominação das mídias, que diz respeito à dominação política.

Demirovic (2006) acrescenta que o poder do Estado reside na vantagem de conhecimento sobre os indivíduos, quer seja criada pela vigilância, pela polícia ou pelas agências de inteligência, que, por informação enganosa, vão transmitir expectativas falsas sobre o futuro. Por outro lado, temos a democracia representativa, que, ao contrário, é um mecanismo de coordenação política que torna a ação do Estado dependente da formação de opiniões no espaço público.

Como trabalhadores de CREAS, temos procurado captar, de forma cuidadosa, as opiniões domésticas, populares, as formas de comunicação social cotidiana em termos de um chamado “segundo espaço público”. No espaço público, encontram-se ideias como liberdade, democracia, racionalidade e universalidade, discussão e interação social, decisão, vontade e autoridade. Este tipo de exercício privado do poder existe não só na formação de compromissos corporativos, mas dentro da família e entre mulheres. E o caminho da emancipação é estabelecido. E percorre-se o eixo simbólico do privado para o público.

Contudo, temos observado bens públicos virando privados (transporte, comunicação, previdência social, campos da educação e da saúde, além das formas de trabalho precarizadas e privadas para prestação de serviços públicos: a imensa massa de trabalhadores dos CREAS tem chegado aos equipamentos de forma conveniada, por meio de contratos de trabalho precarizados e sem estabilidade, num tipo de serviço que tem a construção de vínculo como premissa primordial no processo de acompanhamento. No universo dos trabalhadores dos três CREAS pesquisados, somente quatro ingressaram por meio de concurso público na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Isso se afirma em Demirovic (2006, p. 89) “O espaço público político pode, naturalmente, desempenhar sua função de lidar com os problemas gerais apenas na medida em que ele próprio se forma a partir dos contextos comunicativos daqueles que são afetados”.

O espaço público torna-se a maneira como o público é concebido, tão circunscrito que no final é apenas uma ideia reguladora, uma virtualização, uma norma que passa a não alcançar sucesso no mundo real. Entretanto, precisa limitar-se, apesar de seu impulso à generalidade abrangente e desistir de incluir todas as áreas da sociedade e permitir ao Estado, assim como à economia – o público e o privado – operar independentemente: o que acarreta consequências desastrosas para os movimentos democráticos originários da sociedade civil, que acabam tendo que renunciar ao objetivo de uma sociedade auto-organizada, e ao objetivo que constituiu a base para a ideia marxista da revolução social.

Demirovic (apud Habermas, 2006), ressalta que o espaço público era um espaço de comunicação livre de dominação, onde os cidadãos poderiam refletir juntos sobre decisões sem a restrição de ter de agir imediatamente e, depois de considerar todos os argumentos, chegar a uma decisão. Contudo, como coisas demais precisam ser comunicadas simultaneamente, introduziram-se formas de limitar a comunicação: socialmente e temporalmente. Não se pode falar o tempo todo sobre tudo. A discussão pública é tal que se limita a influenciar o processo legislativo e programa a ação do governo. O Estado define a comunicação pública e constitui a esfera de decisão política. O que deveria ser feito por meio de uma discussão pública sempre chega tarde demais.

Sobre a criminalização das classes subalternas e privações de direitos na cidade, Dupas (2005), vai relatar que, durante a modernidade, tanto dominados quanto dominantes eram considerados cidadãos perante a legislação do Estado, ou coletivamente como povo perante a Constituição. Todavia, o que observamos na pós-modernidade e, ousado afirmar, na contemporaneidade, é a perda de uma identidade coletiva. No período de pós-modernidade, a sociedade civil é absorvida

pelo mercado e não pelo Estado. Nesse contexto, a ordem social implicou a superação de uma dinâmica de classes, mediante a criação de uma nova estrutura de castas: de um lado, os incluídos, de outro, os excluídos de todos os tipos. Surge então uma sociedade atomizada e uma classe dirigente tecnocrática e funcional, tanto no campo das orientações políticas quanto econômicas. E as massas recebem passivamente a produção de bens culturais que se confundem com publicidade.

Del Roio (2007) relata que para Gramsci, a vida fragmentada das classes subalternas era uma característica própria da situação social em que se encontravam esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão. Essa condição precisaria ser superada historicamente, pois à medida que essas classes deixam de ser subalternas e passam a disputar a hegemonia, ganham organicidade e a perspectiva da totalidade. Gramsci traz sua visão revolucionária, diferente do que incorre no culturalismo e pós-modernismo, limitados à defesa da identidade e dos direitos particulares. Como se forma uma vontade coletiva, como se unificam as classes subalternas. Como a cultura das classes subalternas se rompe e se transforma em vontade coletiva antagônica à das classes dominantes, rompendo-se assim com a subalternidade. O que demandaria uma reforma moral e intelectual, uma transformação cultural de grande envergadura histórica, que substituísse a cultura da velha classe dominante, além de materializar uma nova subjetividade, crítica e negativa da condição subalterna. Uma elaboração teórico-prática de um projeto de nova vida. Não um projeto em abstrato, mas construído segundo a condição possível do movimento do real e que partisse do acordo das vontades associadas.

Temos vivido um tempo de dificuldades para solucionar impasses contemporâneos, sobretudo em função da obscuridade do mercado, da competição selvagem, dos fluxos financeiros voláteis, o que tem causado um estranho paradoxo: um limite às liberdades individuais é tido como um passo para o totalitarismo, como se no individualismo estivesse o único caminho para o sucesso. Em contrapartida, justificado pelo sentimento de insegurança, impõe-se um controle rígido de imigração e “tolerância zero” contra a criminalidade, instituindo a “lei” e a “ordem” como bandeira dominante.

O mundo se tornou o espetáculo da mídia e a individualidade é cada vez mais exaltada e que também dita o critério do sucesso. Dupas (2005) afirma que o novo modo de regulação social passou a ser a produção da informação e não de significados compartilhados com a sociedade. Este constituiu-se em um cenário ideal para a explosão da violência. A mobilização passa a ser pela ordem

e não pela argumentação. É uma crise de civilidade e intensificação de um narcisismo que levam o indivíduo a uma aversão da esfera pública e sua consequente degradação. A cidadania é privatizada e a liberdade passa a ser percebida unicamente na esfera privada.

Neste mundo da interconexão, “estar ou não conectado” tende a resumir inclusão e exclusão. Dilui-se a distinção da vida privada com a vida profissional e a vigilância passa ser a base da governança. Como trabalhadores de CREAS, temos buscado desconstruir essa perversa lógica junto aos nossos usuários, refletindo com eles a viabilidade de construção de um projeto que os conecte com as suas verdadeiras aspirações, desejos e novas possibilidades de vida, apesar de todas as adversidades, como quando na teoria política clássica, o espaço público era equivalente ao espaço político dos cidadãos, no qual estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação, opondo-se ao espaço privado regido pela dominação do poder.

Ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma extraordinária capacidade técnica, estamos cada vez mais impotentes em resolver politicamente os problemas coletivos da humanidade como a desigualdade, a miséria, e a degradação do meio ambiente. Ainda segundo Dupas (2005), as novas competências de participação política passam a ter um tipo de solidariedade identificada com interesses particulares de determinadas organizações, que não mais se dirigem aos interesses da sociedade como um todo, mas sim, a demandas de intervenção tecnoburocráticas.

As Repúblicas democráticas modernas se fundaram na prática de declarar direitos, entretanto, não é óbvio para todos os seres humanos que eles são portadores ou sujeitos de direitos, não é óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A existência da divisão social de classes permite dizer que uns possuem direitos e outros não. Isso é tão perverso que a própria situação de desigualdade social não se apresenta como desigualdade porque a lei diz que somos todos iguais.

Analisar o Estado como agente ativo do processo socioeducativo, na perspectiva de compreender as contradições de suas facetas, em um processo que perpassa à atenção socioassistencial do adolescente com acusação de ato infracional, no mesmo contexto da reprodução de sua condição como parte da classe dominada, é tarefa imprescindível no movimento de buscar a essência do fenômeno socioeducativo e seus mecanismos reprodutivos a partir das bases que lhes são estruturantes.

Alguns dos adolescentes dos CREAS, acompanhados pela socioeducação em meio aberto, não possuem conexão, não só estamos aqui falando do acesso à rede de internet, como de acesso a aparelhos de celular, computadores e afins. Observamos jovens no ensino médio sem habilidade para manuseio de tais ferramentas.

Na intensa e recente crise humanitária, sanitária e civilizatória, tanto agravada pela pandemia da Covid-19, vimos que a assistência social ganhou contornos de serviço essencial à população junto aos atendimentos da saúde pública. Supôs-se, então, um maior investimento nesta política, o que não foi possível diante de um governo anterior neofascista e ultraneoliberal que se opôs ao combate às violações de direitos, às vulnerabilidades e ao risco social. O que há em contrapartida é um processo frequente de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, pela desregulamentação e expropriação dos direitos historicamente conquistados, exaltando um desfinanciamento dos recursos e dos investimentos de uma política tão necessária em tempos de pandemia.

Diante disso, faz-se importante analisarmos qual a importância das continuidades. Porque alguns conceitos e práticas se perpetuam ao longo do tempo e do espaço. Um dos pressupostos desta reflexão é que certos conceitos sobrevivem porque encontram uma nova dimensão e uma nova aplicação na contemporaneidade. O público atendido no CREAS traz consigo uma imagem ampliada da vulnerabilidade e violência que ocorrem no país. Entende-se, então, que este Estado, nascido da divisão social do trabalho, perfilado no uso da força e da violência dadas as suas condições estruturantes, passa a agregar, nas suas funções, a reprodução ideológica necessária à conformação da condição de classe explorada, como uma estratégia de dominação e preservação da apropriação do sobreproduto social pela classe dominante. Este Estado possui tanto uma função coercitiva e violenta, quanto uma função de reprodução de uma ideologia dominante capaz de sustentar a manutenção dos interesses de uma classe, e remetem a atualidade de suas intervenções, por meio de seus diferentes aparelhos de controle da classe dominada, na qual se insere a juventude negra, pobre, periférica e socioeducanda do Rio de Janeiro.

Estado este que aponta para diferentes recortes da violência física, mental, social, cultural e racial vivida no cotidiano por essa juventude tão cheia de predicados, bem como reproduz as ideologias que sustentam a condição de pobreza, de vivência periférica e socioeducativa. E também é um Estado devidamente aparelhado para manutenção das intenções de seu nascimento, com

continuidades adaptáveis ao contexto do desenvolvimento capitalista, provocativo de novos caminhos de acumulação, expropriações e dominação de classe.

De acordo com Santos (2020), o período de surgimento da “Socioeducação”, nos anos que compunham a década de 1990, foi o período em que o neoliberalismo avançava no Brasil de forma contundente, inaugurando o chamado “Estado Mínimo”, sendo um período de crise do “Estado Desenvolvimentista”. Por outro lado, não sem efeito, vemos uma progressiva redução do gasto social, sem grandes investimentos na rede de proteção social, para privilegiar o cumprimento de uma agenda estritamente econômica. É um período de expansão do programa “criminalizador”, com a consequente expansão acelerada do encarceramento. Assim, emerge um Estado Penal, em detrimento do que seria um incipiente Estado de Bem-Estar Social.

Ainda segundo Santos (2020), nesse cenário, se desenvolve a “doutrina de tolerância zero”, com perseguição irrestrita e agressiva à pequena delinquência, e portanto, aos miseráveis. Wacquant (2009 apud Santos, 2020), demonstra o quanto essa doutrina é seletiva, uma vez que esse encarceramento é direcionado majoritariamente a negros e imigrantes. Neste sentido o capitalismo avançado encontra, no Estado Penal, uma solução, ainda que provisória, para o excedente da força de trabalho, para uma parcela delimitada da população.

A ideologia da resignação da condição de classe se atualiza constantemente, quiçá, contemporaneamente, estamos retroalimentando-a a partir das ideologias de resiliência, fomentadoras do espírito empreendedor individual; das ideias de superação das dificuldades socioeconômicas pelas políticas sociais mínimas e focalizadas; da mistificação de que a “favela venceu” somente pela construção meritocrática do sucesso pessoalizado. Neste cenário insistente de reforço da ideologia dominante, que massacra diariamente uma juventude, herdeira das ausências de espaços de reflexões coletivas identitárias de classe, gênero e raça, torna-se desafiador o despertar da potência das ideologias revolucionárias, imprescindíveis para uma outra construção de sociedade. Uma vez considerado que o Estado é forjado nas relações de classes, com apreensão, manifestação e ações articuladas aos interesses das classes dominantes, toma por consideração que as alterações do modo de produção e, consequentemente do Estado, implicam em alterações nas lutas políticas, considerando as relações de classe.

Segundo Castelo (2021), o Estado tem uma atuação constante em todas as fases do modo de produção capitalista. Visto que, desde Marx e Engels, a crítica da economia política registra a centralidade da violência histórica entre modos de

produção e na consolidação e manutenção da ordem dominante nas sociedades de classe. Ainda a separação violenta dos produtores diretos do acesso às condições de produção e reprodução da vida levou a um intenso fluxo migratório do campo para as cidades, acarretando na mercantilização da natureza e do trabalho humano a patamares nunca vistos antes: proletarização, migração, desemprego e pauperismo em massa foram consequências duradouras desse processo. Era o início da longa marcha do modo de produção capitalista e sua hegemonia mundial. Historicamente, o Estado com seu arsenal de violência, centralizando o poder político, e a burguesia centralizando o poder econômico. A violência classista do Estado sempre esteve nas engrenagens da acumulação capitalista e nunca mais deixou de atuar.

Marx ([1859] 2008 apud Castelo, 2021) formula a categoria “violência”, por meio da abstração, como potência econômica, síntese de múltiplas determinações dos momentos históricos das expropriações dos meios de produção e de subsistência de povos e territórios periféricos, da exploração da força de trabalho livre, servil e escravizada, da dominação estatal e das opressões étnico-raciais, de gênero e de gerações.

Diante disso, pensemos que a vida monetarizada agrava as frustrações e os desejos das pessoas. Torna as mercadorias teoricamente acessíveis, mas na prática inatingíveis. Aumenta o nível das diferenças de riqueza e de desigualdade social, face à diferença de oportunidades na vida. Aqui penso no público dos CREAS (que são os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, população em situação de rua, pessoas vítimas de violência, negligência e abandono, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, egressos do sistema penal, usuários de álcool e outras drogas) e no papel da execução das políticas públicas, que sozinhas não darão conta de solucionar a questão. Observa-se que a violência, a violação e a opressão vão só ressurgindo, sendo repaginadas.

É interessante observar como a instabilidade das condições de vida material vão produzindo tensões e hostilidades nos grupos. Um quadro de desemprego crônico, violação de direitos, sensação de vulnerabilidade, também contribuem para as várias formas de violência observadas no país.

Temos, de alguma forma, procurado revelar o mundo em que as pessoas vivem, com angústias e desejos, e tentado buscar soluções para os problemas da vida cotidiana. Inclusive, como transformar um complexo ambiente cultural de violência, em força de mobilização e resistência? Há novos recursos para percepções populares e (re)configurações do espaço?

Então, urge refletir sobre as contradições que permeiam o campo da Socioeducação, que em teoria busca assegurar direitos, mas que na prática, encontra-se limitado pelas estruturas de desigualdade próprias do capitalismo.

3.1.

De que adianta, se o sistema é capitalista?

É clara a necessidade de uma reflexão mais profunda, uma vez que são questões complexas e que estão intimamente ligadas a processos históricos, decorrentes de uma longa tradição assistencial-repressiva, no âmbito do atendimento à criança e ao adolescente. Refletir sobre a Socioeducação tem sido uma grande motivação para pensar o papel do Estado, da sociedade e sobre a ação dos profissionais nessa esfera pública. Intencionando chamar a atenção para o fato do socioeducando ser exposto, de forma importante, às agruras da questão social; e ao papel das equipes, de maneira geral, nas possibilidades de enfrentamento a estas questões.

Segundo Santos (2020, p. 189), o ideal da educação social, como práxis voltada à autonomia e emancipação humana, colide com a estrutura societária forjada pelo modo de produção capitalista. Baseada nas ideias de Rusche e Kirchheimer, a autora afirma que “todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que sirvam às suas relações de produção”.

Sob a égide do capitalismo não há um interesse verdadeiro em ‘ter de volta’, indivíduos supostamente ‘recuperados’. Neste processo de refuncionalização, respondendo às demandas do modo de produção capitalista, o Estado assume a regulação da massa excedente, que já não chega mais a compor um exército industrial de reserva. Então, para efetivar tal regulação, o Estado precisa assumir a morte, em suas diversas faces, concreta e/ou simbólica. Segundo Agamben (2002 apud Santos, 2020, p. 193) “define-se quem não merece viver”. Trata-se de uma “vida indigna de ser vivida”. É a radicalização da tomada da morte como política de Estado.

Uma vez considerado que o Estado é forjado nas relações de classes, com apreensão, manifestação e ações articuladas aos interesses das classes dominantes, toma por consideração que para que ocorressem as alterações do modo de produção e, conseqüentemente do Estado, seriam necessárias alterações nas lutas políticas, considerando as relações de classe.

A apropriação dos debates em torno do capitalismo dependente, atravessado pela colonialidade estruturada na imposição da subjugação, daviolência, da exploração e do racismo do homem e da mulher branca contra o povo negro escravizado, engendra a abordagem histórica da/do adolescente preto, pobre, periférico e socioeducando, e explicita as contradições próprias de um Estado que lhes formam em uma subjetividade inferiorizada e, ideologicamente, lhes salvam na condição dos grandes promotores de novas oportunidades, nos marcos dos supostos princípios da igualdade.

Dessa forma, pensar as frações de classe exige o olhar para a sociedade burguesa, onde a disputa entre estas frações se refere às fragmentações da burguesia, que, apesar de manterem o interesse comum pertinente a sustentação do modo de produção capitalista, no qual o valor deve gerar mais valor pela exploração de força de trabalho, apresentam-se como uma unidade contraditória. O Estado burguês tem como função organizar as frações conflitantes da burguesia, conciliando os interesses divergentes para a manutenção da classe dominante, caracterizando seu papel orgânico nas lutas e na dominação. Em outro movimento, caberá ao Estado conciliação de interesses entre classe dominante e dominada.

Poulantzas (1980) afirma que são estas contradições definidoras do que estabeleceu como a função de condensação de forças entre classes e frações de classes. Ao atentar para estas considerações acerca das funções do Estado e sua estruturação orgânica às relações sociais de produção e, portanto, de classe, o mesmo autor traz à luz um melhor entendimento da mistificação quanto a sua condição protetiva igualitária, que ainda atua ideologicamente sobre as classes dominadas, para mantê-las nessa condição. Dessa mesma maneira, torna-se possível compreendermos a força conservadora do aparelho estatal por meio de suas diferentes instituições e o seu mandato enquanto operador das “funções econômicas ocultando das classes populares seu real conteúdo de classe” (Poulantzas, 1980, p. 212).

Essas compreensões revelam possibilidades de análise do cenário contemporâneo de dominação de classes no Estado capitalista, especialmente no caso brasileiro, ao pensarmos o enredo do controle da juventude pobre, negra e socioeducanda que se perpetua na condição de pobreza, em razão da continuidade deste mesmo modo de produção e, conseqüentemente, destas mesmas relações sociais inseparáveis da política de Estado.

Desta forma, Poulantzas (1980) presume que se o poder das classes populares no seio de um Estado capitalista inalterado é impossível, isso acontece

não apenas em razão da unidade do poder de Estado das classes dominantes, que deslocam o centro do poder real de um aparelho para outro tão logo a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas populares, mas também em razão do arcabouço material do Estado. Este arcabouço consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas.

Essas considerações reforçam as ponderações assertivas apresentadas quanto ao conservadorismo enquanto essência do Estado capitalista, que faz dele um instrumento eficaz para manutenção e defesa das relações de produção capitalistas.

Segundo Duriguetto (2017), no Brasil, a criminalização das classes subalternas é também subjacente às expressões da “questão social”, como a pobreza e a sua associação à noção de “classes perigosas”. Coimbra (2006 apud Duriguetto, 2017, p. 132), relata que desde o final do século XIX, as elites brasileiras construíram a noção da periculosidade com base na concepção de que, “dependendo de uma certa natureza (pobre, negro, semialfabetizado, morador de periferia etc.)”, o indivíduo poderia desenvolver atos perigosos e entrar para a criminalidade. Essas construções ideológicas sedimentaram, no final do século XIX e início do XX, o desenvolvimento do chamado Movimento Higienista, que pregava o aperfeiçoamento da raça, colocando-se abertamente contra negros e mestiços. O conjunto dessas teorias serviu de base para a construção de ações públicas segregacionistas do espaço urbano, em que os territórios de adensamento quantitativo de pobres e negros precisariam ser erradicados para longe da visibilidade urbana e “civilizada”, condição para a garantia da “ordem social”, da “segurança” e da “salubridade”.

Duriguetto (2017) destaca, de forma muito importante, no âmbito das mudanças na esfera produtiva, a precarização das condições e relações de trabalho, que têm na flexibilização da contratação, no uso e na dispensa da força de trabalho, bem como no fenômeno do desemprego estrutural, uma das suas faces mais expressivas. No que tange às políticas de ajuste neoliberais, destacamos as contrarreformas implementadas na área social, cujo foco é a redução dos recursos orçamentários, que compõem o fundo público para as políticas sociais e o fortalecimento da expansão das relações contratuais mercantis na sua oferta.

Como já mencionamos, no Brasil, esse receituário, implementado a partir da década de 1990, expressa-se, entre outras ações, no fomento e na indução à

privatização de políticas e serviços sociais, na expansão das parcerias público-privadas, das organizações sociais, das políticas compensatórias, em particular, as de transferência mínima de renda, que tem na assistencialização a sua expressão central. Compõe esse cenário regressivo as medidas punitivas e repressivas estatais, que vêm assumindo uma crescente e contínua predominância na administração das desigualdades e, também, das resistências que a elas são organizadas pelos trabalhadores.

O trabalho no campo da socioeducação exige uma pedagogia da presença, imediata e efetiva junto aos usuários, em consonância com os pressupostos contidos no projeto ético-político da profissão. Em contrapartida, o discurso ideológico do medo do outro fortalece o clamor popular pelo recrudescimento do controle punitivo do inimigo social — o jovem, pobre, negro e desempregado e cooptado pela economia ilegal do tráfico de drogas, que se transpõe nas ações diretas de extermínio executado ou não em nome da lei e/ou de discursos ideológicos que levam a conceber a pobreza como ameaça e a impregnar esses sentimentos com “conteúdos racistas, xenófobos, violentos, repressivos e autoritários”, como a defesa da política da tolerância zero, da redução da idade penal, das torturas em cárceres e delegacias, das batidas e detenções arbitrárias e da militarização dos territórios.

Um exemplo emblemático no caso do Rio de Janeiro é o chamado “Plano Verão”, que é o lugar social que se oferece a um jovem quando ele é impedido de seguir até a praia, por parecer perigoso, ou vulnerável. Não basta que a sociedade se ocupe das infrações por ele cometidas, mas também daquelas que poderão vir a acontecer, visto que a caminho da praia não são sujeitos de direitos. Dessa forma, a virtualidade desses jovens passa a ser mais importante que suas próprias existências. E o ente perigoso não é humano.

Em contrapartida temos observado uma espécie de novo assistencialismo. Uma política social dirigida aos excluídos, sem a pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar a penúria mais extrema, a indigência, a pobreza absoluta. Isto tem caracterizado os novos modelos de transferências de renda.

O caráter jurídico-político da criminalização dos movimentos sociais também se acentua no contexto de implementação das medidas ofensivas do capital para a sua valorização. É nesse contexto que ganha força um novo momento de criminalização da “questão social”, que toma forma na judicialização dos conflitos sociais e na criminalização dos processos de organização e de lutas das classes subalternas.

Em outras palavras, a judicialização dos conflitos e das lutas sociais é uma das formas que as frações das classes dominantes vêm utilizando, de maneira intensa, para ocultar a lógica conflitiva da luta de classes visibilizada, pública e politicamente, pelas classes subalternas e seus processos político-organizativos de lutas. Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento mormente usado para criminalizá-los é o da garantia legal do direito de propriedade. Nessas arenas, o Poder Judiciário exerce uma das suas principais funções, que é a de se constituir no instrumento de legitimação do exercício do poder coercitivo do Estado, utilizando-o para criminalizar e deslegitimar as lutas e os movimentos sociais.

Os CREAS têm sido demandados exaustivamente pelos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. E cabe aos profissionais posicionarem-se criticamente frente a essas demandas.

Consideramos ser difícil e complexo universalizar direitos numa sociedade dividida em classes sociais. Nas quais as necessidades mais básicas de grande parcela da população, por nós atendida, não tem sido satisfeitas. Mesmo as declarações de direitos afirmam mais (direitos) do que a ordem estabelecida permite e menos do que os direitos exigem.

Na cidade do Rio de Janeiro, temos observado a invasão de pessoas incapacitadas para o desempenho de determinadas funções públicas, inclusive em níveis de gestão; um número cada vez maior de funcionários contratados de forma terceirizada, contrapondo-se aos pressupostos da gestão pública de qualidade, esta que deveria prever a continuidade dos processos de trabalho. Como alguns desses exemplos, podemos citar uma abordagem à população em situação de rua pela cidade, com proposta claramente higienista, diferentemente do trabalho processual antes desempenhado pelos CREAS. Num passado recente, já houve até mesmo o lançamento de uma plataforma de trabalho voluntário, não como algo positivo trazido pelo voluntariado, mas aparentemente como perspectiva de suprir necessidades de mão de obra, que deveriam ser de responsabilidade da gestão pública. Diante disso, pode-se observar que só a política não garante direitos. Política deve compelir à formação e a formação compele a política.

Ainda segundo Duriguetto (2017), o Serviço Social precisa investir na produção de conhecimento; nas sistematizações interventivas de segmentos profissionais e nos posicionamentos político-interventivos das organizações da nossa categoria: combater apreensões setorializadas das desigualdades sociais que se expressam na chamada “questão urbana” — como a questão da moradia,

da saúde, do saneamento, do transporte etc., bem como a defesa de sua apreensão totalizante e tratamento transversal nas políticas públicas e na garantia dos direitos. Além disso, é preciso romper com uma visão moralizante e individualizante das expressões das desigualdades sociais e não compactuar com ações arbitrárias e ilegais como as remoções e intervenções forçadas.

Ainda se faz muito necessário enfatizar que é preciso intensificar a luta pela não subordinação do trabalho técnico social aos interesses econômicos; também enfatizar que a definição sobre o fazer profissional é ação privativa do Serviço Social, e não menos importante que urge contribuir com a solidariedade às vítimas imediatas desses processos de criminalização, pois lidamos, nos nossos espaços sócio-ocupacionais, com mulheres que perdem seus filhos pela ação do extermínio ou pelo encarceramento; jovens, particularmente negros e negras, que são espancados e/ou molestados sexualmente em abordagens policiais ou detidos de forma arbitrária; coletivos, movimentos e organizações comunitárias — como de mídia, de reivindicações de direitos ou de denúncia — que sofrem ameaças e perseguições para silenciar.

Temos que nos posicionar publicamente contra essas tentativas de deslegitimação das reivindicações e de invisibilização das opressões, por exemplo, junto a organizações que atuam na proteção e na promoção dos direitos humanos, nos meios de comunicação, defensoria pública, entre outros. Implementar ações profissionais junto aos sujeitos, alvo de nossas intervenções, na busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas necessidades e demandas, condição necessária para tencionar os procedimentos e políticas institucionais, a individualização e o apassivamento, contribuindo com a mobilização desses sujeitos e seu processo de autonomia e cidadania.

Conhecer, apoiar e nos articularmos às lutas dos movimentos sociais urbanos, tanto os que priorizam ações nas arenas institucionais quanto os que priorizam suas intervenções nos espaços extrainstitucionais, pois identificar as formas de organização e de resistência desses movimentos nos possibilita dar visibilidade às disputas e às contradições do processo de formulação e implementação das políticas sociais. É importante socializarmos, nesses espaços de organização, informações acerca das políticas em que atuamos, atribuindo transparência e visibilidade às situações de inexistência, oferta precária ou violação dos direitos.

Acreditamos que essas perspectivas de intervenção e de inserção política reforçam nossa condição de sujeitos profissionais, no sentido de atuarmos para além das políticas institucionais, tencionando seus limites, publicizando a

precariedade e/ou ausência de direitos e não compactuando com as estratégias de apassivamento, controle, criminalização e repressão das classes subalternas e de suas expressões organizativas de luta e resistência.

3.2. O Estado garantidor ou violador de direitos

Este início de século tem nos colocado diante de questões graves, que nos indicam a necessidade de reflexão quanto a que tipo de Estado e sociedade nós temos e que tipo nós queremos. Há uma desesperança existencial espalhada pelo mundo, que impõe a urgência destas reflexões.

Simionatto (2004) afirma que o estudo das relações entre Estado e sociedade civil sempre foi um tema onipresente na esfera do pensamento político. Desde o liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, tem se assentado no Estado mínimo, com a ausência de ações efetivas de intervenção social, ainda que tenha se transformado gradativamente no século XX, ampliando suas relações com a sociedade, como a implantação do sufrágio universal, o surgimento dos partidos políticos e dos sindicatos, abrindo espaço para a participação das classes trabalhadoras na defesa de seus direitos e na formação da esfera pública.

Ainda segundo Simionatto (2004), esse modelo de Estado consolidado no pós-Segunda guerra mundial, pelo *welfarestate*, proporcionou uma oferta de bens e serviços de natureza pública, mas sempre nos limites da democracia burguesa. Ao longo da crise estrutural do capitalismo, a partir dos anos 1970, esse Estado passa a ter seu papel de regulador e interventor questionado, apresentando-se, em certa medida, como um obstáculo ao livre desenvolvimento das forças de mercado, o que originou uma ampla revisão de suas funções, nos campos administrativo, econômico e ideológico. Essa revisão acarretou em mudanças na questão orçamentária, redução de gastos públicos, reformas tributárias, abertura comercial e introduziu uma lógica de iniciativa privada em todas as políticas sociais e reformas institucionais, reafirmando direitos de propriedade individual e erodindo os modelos de proteção social, construídos no âmbito do *welfarestate*.

Temos constatado, conforme Simionatto (2004), que a renúncia do Estado, como agente econômico-produtivo, tem favorecido a privatização de empresas estatais, a redução do setor público e de toda a máquina estatal. A modernização econômica exigiu essa profunda reforma privatizante e desregulamentadora.

No Brasil, essa reforma do Estado iniciou nos anos 1990, estabelecendo a ideia de um Estado-mínimo, denominado Estado social-liberal. É bem verdade que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição cidadã”, tivemos a promulgação e a implantação de normativas importantes e essenciais, como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Brasil, 2005b) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), todos conquistados com a luta das forças democráticas brasileiras, posto que nenhum direito humano é conquistado sem luta.

Contudo, mesmo com esses avanços, nunca deixou de ter pressupostos liberais e neoconservadores, porque priorizou uma lógica de mais controle do mercado, realizando os serviços sociais, por meio de organizações públicas não estatais, indicando a mercantilização dos serviços e não a sua defesa para o exercício da cidadania.

Dupas (2005) afirma que o espaço de liberdade vem se reduzindo a um ato de consumo. A internacionalização das mídias, o rompimento do delicado equilíbrio entre Estado, sociedade civil e indivíduo, faz com que a prática dessa liberdade se dissocie do compromisso que se deve ter com a sociedade e seu meio cultural, o que ameaça a democracia e privilegia o individualismo extremo, abandona a vida social aos aparelhos de gestão e aos mecanismos de mercado e a desagregação das sociedades política e civil. “As estratégias de desmonte das organizações coletivas são enfeixadas num discurso enganoso sobre a sociedade civil, remetendo-se a esta responsabilidade no encaminhamento de projetos, a fim de dar conta das novas manifestações da ‘questão social’” (Simionatto, 2005, p. 27).

Essas instituições, enquanto prestadoras de serviços comunitários, acabam sob a tutela do Estado e submetidas a questões de caráter ideológico, para obtenção de verbas, passando a constituir-se como instrumentos de poder. Muito recentemente, a atual gestão municipal vem repetindo práticas da gestão anterior, privilegiando o atendimento aos usuários de álcool e drogas pelas chamadas “Comunidades Terapêuticas” (organizações não governamentais, muitas vezes de caráter religioso), em detrimento da potencialização da política pública de saúde mental, para o acompanhamento qualificado dos sujeitos que necessitam dos serviços (Simionatto, 2004).

O que nos parece ser um enorme contrassenso, sobretudo em tempos em que o campo da política pública é um campo de intensas disputas e luta por hegemonia. Temos observado que o governo sempre irá representar os interesses

de uma classe, que tem o representante no poder. Entretanto, o Estado é muito mais que o governo, ainda que esteja cada vez mais sendo substituído por frações da sociedade civil, que tenta aglutinar seus interesses em projetos e políticas focalizadas, o que lhe confere uma hegemonia político-econômica assegurada pela *performance* do capitalismo (Simionatto, 2004).

O mundo se tornou o espetáculo da mídia e a individualidade é cada vez mais exaltada, e também dita o critério do sucesso. Dupas (2005) afirma que o novo modo de regulação social passou a ser a produção da informação e não de significados compartilhados com a sociedade. Este constituiu um cenário ideal para a explosão da violência. A mobilização passa a ser pela ordem e não pela argumentação. É uma crise de civilidade e intensificação de um narcisismo que levam o indivíduo a uma aversão da esfera pública e sua consequente degradação. A cidadania é privatizada e a liberdade passa a ser percebida unicamente na esfera privada.

Segundo Mauriel, a questão da pobreza veio sendo incorporada na agenda social do desenvolvimento da periferia capitalista:

(...) a visão antiestatista da Nova Direita foi um forte componente definidor de propostas da contrarreforma do Estado, incitando decisões supostamente despolitizadas e neutras... Criaram normas para que a atuação do Estado e das políticas sociais fossem paulatinamente deixando de ser um modo de conexão e de representação de interesses, e fossem se transformando em mera 'administração gerencial', esvaziando o conteúdo político das mesmas (Mauriel, 2013, p. 101).

Ainda de acordo com Mauriel (2013), o Estado passa a ser entendido como um mecanismo estratégico para a consolidação dos mercados nos países em desenvolvimento. Os mecanismos liberais de mercado passariam a ser fortalecidos pelo Estado e não ao contrário, como se defendia anteriormente. O que vai levar à necessidade de reforma do aparelho estatal, sob o discurso de fortalecer uma sociedade aberta, democrática e pluralista. Essa perspectiva conserva uma paradoxal utopia, que se apresenta com consenso na atualidade: a realização social do indivíduo livre, autorrealizado, auto-orientado, autodefinido, e responsável civil, econômica e ecologicamente (Mauriel, 2013).

Pensando no Serviço Social, a profissão nasce numa conjuntura histórica, onde o Estado tinha e tem o interesse de que sejamos ainda os profissionais apaziguadores das lutas de classe. E com o avanço da perspectiva de governos conservadores, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma extraordinária capacidade técnica, estamos cada vez mais impotentes em resolver politicamente os problemas coletivos da humanidade como a desigualdade, a miséria, e a degradação do meio ambiente.

As Repúblicas democráticas modernas se fundaram na prática de declarar direitos, entretanto, não é óbvio para todos os seres humanos que eles são portadores ou sujeitos de direitos; não é óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A existência da divisão social de classes permite dizer que uns possuem direitos e outros não. Isso é tão perverso que a própria situação de desigualdade social não se apresenta como desigualdade porque a lei diz que somos todos iguais. Temos relatos de adolescentes, que são abordados pelas forças de segurança, que deveriam protegê-los, no simples ir e vir ao CREAS para o acompanhamento. E sabemos que é porque esses adolescentes do sistema socioeducativo, são sobretudo negros e residentes das áreas periféricas e carregam consigo a marca perversa de serem *corpos matáveis*. Tanto pelos aparelhos repressivos e punitivos do Estado, quanto pelas organizações criminosas que diariamente disputam o domínio territorial para exploração de práticas criminosas.

De acordo com Mendonça (2007), o “estatismo” está impregnado na nossa formação social. E seu protagonismo se finca no colonialismo português. Como herança impõe normas e diretrizes de forma verticalizada, sempre coercitiva, distribuindo prebendas e benefícios, característicos do “patrimonialismo”. A fala no Brasil, claramente liberal, desqualifica a ação pública, marcada pelo desperdício, corrupção, pela hipertrofia dos organismos estatais. E essas “denúncias” extrapolam o meio empresarial, acadêmico, padronizando essas ideias de forma brutal, o que acaba por reificar o próprio Estado, além de criar e recriar a própria sociedade. Não podemos perder de vista que trata-se de situação complexa, inerente ao processo histórico que tem como pano de fundo a própria luta de classes.

Mendonça (2007), baseada na contribuição teórica de Antonio Gramsci, acrescenta que o Estado não pode ser tomado nem como sujeito, tampouco como objeto, enquanto uma condensação de relações sociais e atravessado pelo conjunto das relações de classe.

Ainda baseada em Gramsci, Mendonça (2007) relata que o Estado *guarda* também um espaço de consenso, para além da coerção, construído a partir dos sujeitos coletivos, organizados junto aos aparelhos privados de hegemonia. E a hegemonia remete à reflexão do Estado sobre a Cultura, uma vez que segundo Gramsci essa é inseparável da Política, que também será responsável pela difusão de uma determinada ideologia. Daí a importância de uma contínua complexificação da sociedade civil, por intermédio da multiplicação das vontades coletivas organizadas junto aos aparelhos de hegemonia, que disputam entre si o

tempo todo, a imposição de um dado projeto como hegemônico, e uma permanente tensão entre contra-hegemonias. Também é indispensável que cada sujeito coletivo, organizado junto a este ou aquele aparelho privado de hegemonia insira seus porta-vozes - os intelectuais. Essa ideia de Estado ampliado é altamente dinâmica e corresponde às lutas de classe, que atravessam tanto a sociedade quanto o Estado.

Mendonça (2007) avança, entendendo que estudar o Estado é investir na pesquisa de quais sujeitos coletivos, organizados na sociedade civil contam com representantes – intelectuais – junto a que organismos estatais. Verificar a que interesses, quase sempre conflitantes, as várias agências privilegiam, ao definir e perpetrar suas mais distintas políticas e quais aparelhos privados de hegemonia, contam com porta-vozes, ainda que em posição não hegemônica, junto a cada um dos “aparelhos” estatais. Estudar o Estado é estudar o conflito e não a homogeneidade.

Daí a importância de refletir sobre o intelectual orgânico, levando-me a esta reflexão enquanto profissional que vem tentando repensar a prática neste espaço da academia e ao mesmo tempo transformá-la.

Nossos usuários, em sua maioria, são pobres, pretos e periféricos. Por isso, essa discussão não pode prescindir de uma reflexão mais aprofundada sobre as relações de gênero, raça e etnicidade no Brasil.

Segundo Ortegá (2018), dentre os jovens assassinados no Brasil, 70% são negros. É imprescindível que haja estudos sobre dependência, colonialidade e diáspora, tendo a raça como um dos pilares epistemológicos. No Brasil há um racismo pessoal, internalizado; há o interpessoal; o institucional e o estrutural, todos atuam concomitante, gerando sentimentos, pensamentos, condutas pessoais e interpessoais, atuando também sobre processos e políticas institucionais.

De acordo com Assis (2013), os estudos denominados pós-coloniais, subalternos ou pós-ocidentais, realizados na África, Ásia e América Latina, entendidos não somente como espaços geográficos, mas como lugares que ativam o pensamento crítico emancipador, vêm articulando uma perspectiva que evidencia a faceta colonial da expansão capitalista e de seu projeto cultural.

Quijano (2005) argumenta que o neocolonialismo do final do século XIX, que promoveu a repartição da África e Ásia –, é vista, nessa abordagem, como condição *sinequa non* para a existência e a manutenção do capitalismo industrial. Por outro lado, a extinção do colonialismo histórico-político nas Américas, com a construção de nações independentes no século XIX, bem como na África e Ásia,

por intermédio da descolonização em meados do século XX, não foi condição necessária e suficiente para a emancipação político-econômica e cultural dos países periféricos. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

Quijano (2005 apud Assis, 2013) desenvolveu a ideia de colonialidade do poder, como um modelo de exercício da dominação especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento. Em outras palavras, a colonialidade do poder é a classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida.

Neste sentido perverso, Assis (2013) reflete que o mercado se apresenta travestido e mascarado pela aparência de uma estrutura de possibilidades, que encobre sua fisionomia de regime de dominação, criando a ilusão de que a ação humana é livre e não limitada, a marginalização, o desemprego e a pobreza aparecem como falhas individuais e coletivas, quando deveriam ser vistas como efeitos inevitáveis de uma violência estrutural. O correlato político dessa dominação econômica é uma recolonização da periferia, que se apoia na crescente associação das classes dominantes locais, com seus sócios do centro. Esse entrelaçamento tem como consequência a dependência financeira, a entrega dos recursos naturais e a privatização de setores estratégicos, o que temos acompanhado na atualidade.

Isso tem impactado negativamente os modos de vida e as formas de reprodução social de inúmeros grupos que são subalternizados pela lógica excludente da acumulação de capitais.

Segundo Santos (2014), a partir do século XVIII, o conceito de direitos substituiu e superou o conceito de utopia como uma política emancipadora. Enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram concebidos para vigorar apenas nas sociedades metropolitanas. Ele denomina “linha abissal” entre as ditas metrópoles e as “antigas” colônias. Coloco entre *aspas*, uma vez que observamos uma nova roupagem do colonialismo histórico, que permanece sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia, estado de exceção com

alegações terroristas, trabalhadores indocumentados, além das vítimas de políticas de austeridade do capital financeiro). Em seu surgimento tem um caráter revolucionário, influenciado pelas revoluções francesa e americana, que foram feitas em nome da lei e do direito. Mas que no fim das contas tem a ver com o individualismo burguês, que lutava pela hegemonia política, uma vez que tinha ganhado a hegemonia econômica.

Ao longo dos últimos duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico-políticas de muitos países e foram reconceitualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado e aplicados coercitivamente pelos tribunais: direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos e culturais. Mas a verdade é que a efetividade da proteção ampla dos direitos de cidadania foi sempre precária na grande maioria dos países. Com o neoliberalismo e o seu ataque ao Estado como garantidor dos direitos, em especial os direitos econômicos e sociais, a comunidade dos cidadãos dilui-se, descem ainda mais abaixo para a 'comunidade' dos sub-humanos (Santos, 2014).

O autor sustenta que a nova fase do capitalismo global é constituída pela globalização hegemônica, que se sustenta pela primazia do princípio de mercado, liberalização do comércio, privatização da economia, precariedade das relações de trabalho, degradação da proteção social, desregulação do capital financeiro, exploração irresponsável dos recursos naturais, especulação com produtos alimentares, mercantilização global da vida social.

Por um lado, a globalização hegemônica neoliberal (a nova fase do capitalismo global com suas normas políticas, legais e culturais, privatização de bens públicos, diminuição do poder do Estado, direitos humanos), representada por uma institucionalidade muito poderosa como os Estados centrais à União Européia; Banco Mundial; FMI; OMC e empresas multinacionais.

Por outro lado, há uma globalização contra-hegemônica, a partir de baixo, pois que nenhum direito humano jamais foi conquistado sem luta, que engloba os movimentos sociais e as organizações não governamentais, representada por ONGs; Fórum Social Mundial; Cúpula dos Povos; Assembléia Geral dos Movimentos Sociais; Movimentos de Indígenas e de Mulheres; redes de advocacia para temáticas específicas; que por meio de articulações locais, nacionais e transnacionais, lutam contra o capitalismo e a opressão colonialista, a desigualdade social e a discriminação, a destruição ambiental, e de modos de vida decorrentes da voracidade da extração de recursos naturais, a imposição das normas culturais ocidentais e a destruição das não ocidentais, causada ou agravada pela globalização hegemônica.

Aproximando essa discussão do trabalho do CREAS, voltado ao atendimento às diversas violações de direitos humanos, entendemos que se tratam de fenômenos multifacetados, complexos, que embora devam ser vistos na singularidade de cada território com sua dinâmica própria, precisam ser analisados dentro de um contexto histórico mais amplo. São territórios que precisariam ser reconfigurados, transformados, reorganizados. Como já abordamos antes, é consenso que o Estado deve garantir direitos humanos. Todavia este mesmo Estado também viola direitos humanos. De diversas formas, quando não oferta políticas de segurança alimentar, de trabalho e renda, de educação com qualidade, de saúde básica, de habitação, quando é um Estado que se faz presente mais fortemente no que tange às ações truculentas de segurança pública. Quando reduz e congela o orçamento de políticas essenciais.

Os profissionais de CREAS têm que, diariamente, lutar contra esse paradoxo, de representar e desconstruir esse Estado muitas vezes violador, para um Estado que emancipa e que caminha e ressignifica com os adolescentes e jovens o seu projeto de vida. Tem a ver com uma eticidade que busca exatamente essa potência das práticas que visam coordenar a vida e escolher a forma de vivê-la, marcada pela escuta das diferenças e pelo que estas produzem em nós. Permite-nos uma instrumentalidade que, para além das dificuldades cotidianas e não descolada da realidade, pois esse conhecimento apreende a realidade em seu movimento dialético e possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos por meio da intencionalidade profissional.

Santos (2014) relata que o colonialismo deixou marcas profundas, impôs lógicas monoculturais, produziu vastíssimo conjunto de populações, formas de ser de viver e de saber desclassificados por ser considerados, guardadas as devidas proporções, consoante os casos, ignorantes, inferiores, particulares, exóticos, perigosos, residuais ou improdutivos. Essas são ainda, muitas das classificações atribuídas aos nossos adolescentes e jovens, e porque não acrescentar ao público em geral atendido e acompanhado nos CREAS. O colonialismo político “acabou”, mas não rompeu com o colonialismo histórico.

Ainda segundo Santos (2014), grupos sociais cada vez mais vastos que são expulsos do contrato social (pós-contratualismo) ou que a ele não tem sequer acesso (pré-contratualismo) tornam-se populações descartáveis. Sem direitos mínimos de cidadania são, de fato, lançados num novo estado de natureza, a que chamo fascismo social. Perversamente, os indivíduos mais pressionados para serem autônomos são os que se encontram em piores condições para o serem.

Santos (2014) ressalta então que não podemos então perder nenhuma experiência social de gerar indignação genuína. Principalmente nessa conjuntura em que o espaço público está cada vez mais encolhido e em crise, de intensa erosão das políticas sociais, desinstitucionalização das relações entre trabalho e capital, aumento de autoritarismo por parte de atores estatais e não estatais, mediatização da política e a personalização do poder político e de privatização de serviços públicos. A vida coletiva acaba despolitizada.

Isso não significa que os direitos humanos devam ser descartados. Pelo contrário, nunca foi tão importante resistir. Só conhecendo as reais debilidades dos direitos humanos é possível construir novas práticas fortes de resistência, instrumento de luta e alternativa, mesmo que limitado.

Nas permutas interculturais que as equipes de CREAS fazem com os socioducandos, gera-se um sentido intensificado de partilha e presença que, se for colocado ao serviço das lutas de resistência e libertação da opressão, pode contribuir para fortalecer e radicalizar a vontade de transformação social. Não existe ativismo coletivo, sem ativismo individual. Tem que vir acompanhada de uma vontade política fortemente motivada. Pois as lutas contra-hegemônicas pelos direitos humanos são muitas vezes de alto risco, incluindo o risco de vida, uma vez que visam mudanças de estruturas sociais que são responsáveis pela produção de sistemática de sofrimento humano injusto. São lutas materiais uma vez que seu ímpeto político deve dirigir-se à economia política subjacente à produção e reprodução das relações sociais desiguais.

Destacamos a potência de pensar autonomia e emancipação como movimento e luta constante, como um processo de construção de articulações coletivas com vistas ao fortalecimento desses sujeitos.

A prática acadêmica pós-colonial deverá ter um papel construtivo na formação das identidades e subjetividades, bem como no do relacionamento entre os saberes e as práticas políticas. É preciso “falar com” e não “falar sobre...” – outros mundos e outros saberes.

Pensando nesse amplo pacto social que deve haver em torno da Socioeducação, Rizzini et al. (2019) relatam que temos no ECA, no SUAS e no SINASE, instrumentos jurídicos que caracterizam esse pacto social de garantia e proteção de direitos de todos os adolescentes brasileiros. Não podemos perder de vista que a adolescência é entendida como uma etapa especial do desenvolvimento humano e os sujeitos que a vivenciam precisam de suporte, apoio e orientação para que a usufruam de forma ampla e completa. Para que

num futuro próximo, possam exercer sua cidadania de forma realizada tanto pessoalmente, quanto na dimensão de sua responsabilidade coletiva e social.

Entretanto, o que temos visto e estudado é que em razão de um contexto de imensas desigualdades que caracterizam desde a sua constituição a sociedade brasileira, uma parcela significativa dessa população não tem tido garantidos um sem número de direitos fundamentais e indispensáveis ao pleno desenvolvimento que influenciará na possibilidade de escolhas e acarretará na desigualdade de oportunidades. “Existe uma histórica seletividade que preside as decisões tomadas no âmbito dos processos de responsabilização e dos mecanismos de repressão do Estado brasileiro” (Rizzini et al. 2019, p. 108).

Os adolescentes e jovens, que cumprem MSEMA, seguem sendo, majoritariamente, oriundos de áreas periféricas, onde há reduzido acesso a bens e serviços socialmente produzidos. São sujeitos cujos direitos básicos de cidadania não foram garantidos pelo Estado, a despeito do que preconizam as leis. Não raro, esses direitos só são garantidos quando os adolescentes chegam aos CREAS para o acompanhamento das MSEMA. Muitos chegam sem documentação civil, sem acesso à alimentação adequada, sem acesso à educação e à saúde básica e mental, em moradias sem condições de habitabilidade, famílias sem trabalho e renda e sem acesso a benefícios sociais, quando elegíveis. Muito menos ainda com acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e à circulação pela cidade.

Num estudo comparativo entre os três CREAS pesquisados, no período compreendido da pesquisa de campo (abril a junho/2025), o CREAS com menor quantitativo de adolescentes era o CREAS da zona sul, ainda que com uma área de abrangência muito ampla. E mesmo os adolescentes em cumprimento, eram majoritariamente moradores de comunidade. Será que os adolescentes oriundos das classes mais favorecidas não cometem atos infracionais? Esses comumente são considerados como casos de rebeldia típica de uma fase do desenvolvimento humano e entregues aos responsáveis, que são habilitados a conduzir seu processo educativo.

Então existe um determinado segmento de adolescentes a quem segue sendo atribuído o estigma de perigosos e outros que devem receber proteção.

Os operadores da Política de Segurança Pública, corporificada nas polícias, e o Sistema de Justiça constituem os agentes estatais responsáveis pela seletiva autoria de ato infracional. O mesmo Estado que se mostrou ausente na garantia de direitos, é presente nas forças de Segurança com o estrito cumprimento da lei.

E também é o mesmo Estado que acompanha este adolescente no cumprimento das MSEMA.

Portanto, voltemos a nossa questão inicial: o Estado garantidor ou violador de direitos.

Daí decorre a importância de socializarmos, nesses espaços de organização, informações acerca das políticas sociais em que atuamos, atribuindo transparência e visibilidade às situações de inexistência, oferta precária ou violação dos direitos. Observamos no nosso percurso, que a maioria das pessoas e instituições, conhece o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, todavia desconhece o CREAS.

Acreditamos que essas perspectivas de intervenção e de inserção política reforçam nossa condição de sujeitos profissionais, no sentido de atuarmos para além das políticas institucionais, tensionando seus limites, publicizando a precariedade e/ou ausência de direitos e não compactuando com as estratégias de apassivamento, controle, criminalização e repressão das classes subalternas e de suas expressões organizativas de luta e resistência. Esses são reflexos de sucessivas exclusões, de determinados grupos sociais aos quais têm sido negados seus direitos de cidadania. São velhas as novas questões que têm sido postas e precisam ser investigadas.

É necessário que se empreenda um estudo a respeito dos percursos desses adolescentes e jovens, das questões colocadas a partir de sua saída do cumprimento das medidas e de suas trajetórias de vida. Faz-se premente que analisemos seus impactos, os processos em curso, as novas questões que se apresentam, além de sua efetividade.

O presente estudo pretende, mesmo que minimamente, contribuir para tal discussão e sua grande motivação é a luta dos adolescentes, familiares e dos profissionais dos CREAS, por produção de um processo reflexivo e técnico-operativo, que acarrete em territórios mais inclusivos e menos desiguais para esse público.

No Brasil, o acesso deste segmento da população que, historicamente, esteve à margem do acesso aos direitos sociais é fato relativamente recente. A implementação de políticas públicas e o provimento de proteção social vem se materializando, preponderantemente, no campo da assistência social, embora ainda de forma tímida. Trata-se de matéria polêmica, que desperta o interesse da sociedade em geral e, no senso comum, o debate se polariza entre os que pregam a continuidade do encarceramento e defendem a redução da maioria penal, estigmatizando ainda mais adolescentes e jovens a quem se atribui autoria

de ato infracional. E há os que acreditam que tais políticas produzem mudanças na sociedade, e na vida desses jovens ao buscar romper com um ciclo perverso de sucessivas exclusões de determinados grupos sociais aos quais têm sido negados seus direitos de cidadania.

É preciso refletir se o acompanhamento no campo do traslado da Justiça para o da política pública estatal de assistência social tem incorporado, de fato, as condições de vida dos adolescentes e de suas famílias.

Após quinze anos, desde o início do processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro - quando os primeiros adolescentes vieram encaminhados do Sistema de Justiça e do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – é necessário que se empreenda um estudo a respeito das trajetórias desses adolescentes, do processo de acompanhamento sob a responsabilidade das equipes dos CREAS, das novas questões colocadas a partir de uma época de avanço do conservadorismo e de práticas neoliberais, embora na história muito recente, configure-se novamente a possibilidade de uma perspectiva de reafirmação pela democracia.

Portanto, os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nos CREAS são os principais sujeitos desta história, são a base de sustentação do Serviço. Sem eles, o Serviço não se concretizaria e não continuaria a existir.

Faz-se necessário, então, verificar como está hoje esse adolescente - que, não obstante às dificuldades iniciais com as quais se deparou, sofre com as dificuldades econômicas, de sociabilidade e com toda a sorte de preconceitos, que transformando a equipe do CREAS, transformou-se a si mesmo. Todavia, entendemos que trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, em que nenhuma política sozinha dará conta de empreender soluções para os enormes desafios que se apresentam na prática diária.

3.2.1. E a tal da incompletude institucional?

O acompanhamento desses adolescentes e de suas famílias constitui-se em um grande desafio para o Sistema de Garantia de Direitos, não sendo responsabilidade apenas dos CREAS.

O atendimento socioeducativo tem como premissa básica não estar isolado das demais políticas públicas, devendo ser articulado com os demais serviços e programas que visem a atender os direitos dos adolescentes (saúde, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, escolarização etc.). Para tanto, as demais políticas, principalmente as de caráter universal, devem ser prestadas com eficiência e de forma integrada e indiscriminada às crianças e adolescentes que tenham praticado ato infracional da mesma forma com que se atende aquelas que não estão em conflito com a lei. Um enorme desafio.

A articulação que deve haver entre as políticas setoriais, inviabiliza o desenvolvimento da ação isolada, reorientando toda intervenção para ações integradas, com base no reconhecimento da incompletude institucional. Adota-se, então, um novo enfoque no atendimento aos usuários, sobretudo com violação de direitos, que recupera e ressalta a responsabilidade da família, da comunidade e, principalmente, do Estado nesse processo.

É com base nos desafios apresentados na implementação deste paradigma, que pretendemos fundamentar esta proposta. Caracteriza-se como um esforço de pensar e de construir uma prática integrada em um movimento de traduzir o princípio da intersectorialidade e a socioeducação para uma experiência no interior da gestão pública municipal. Dada a especificidade de cada território da cidade do Rio de Janeiro, o fenômeno ora estudado é multifacetado, com as particularidades de cada área programática do município.

Todavia, ainda vivenciamos, senão uma total desarticulação das políticas sociais setoriais, na efetivação das medidas socioeducativas, mas ainda uma compreensão da execução da medida socioeducativa em meio aberto sob responsabilidade exclusiva da política de assistência social. Há ainda que se avançar na interlocução entre as instituições, órgãos e serviços que compõem a rede de atendimento e proteção.

Precisamos mencionar que o repasse de recursos cofinanciados são insuficientes para a ampliação de recursos humanos e da cobertura dos CREAS. Ausência da oferta de serviços de prevenção e proteção aos adolescentes e às suas famílias que sejam de fato atrativos e efetivos.

Cabe ressaltar, que apesar dos esforços da Gerência Municipal de MSEMA, ainda há, em algumas áreas, inclusive nas pesquisadas, dificuldades no estabelecimento de parcerias para ampliação das medidas de meio aberto, especialmente a PSC. Também mencionamos a insuficiência de políticas de inclusão que sejam atraentes para os adolescentes e jovens, a fim que evitem a reincidência. E ausência de práticas restaurativas que incluam a comunidade,

atendam às necessidades das vítimas e ressignifiquem a vivência dos adolescentes a quem se atribui a autoria do ato infracional. A incompletude institucional é um princípio adotado pelo SINASE, e deve ser um norte para a organização do Serviço de MSE no meio aberto dos municípios (Brasil, 2016).

Conforme consta no capítulo 3 (três) do Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Brasil, 2016), elaborado em 2016, pelo então MDS, o atendimento socioeducativo extrapola as competências de um único segmento institucional. As relações interinstitucionais do Sistema de Garantia de Direitos – SGD – são fundamentais para um atendimento que garanta a responsabilização e a devida proteção integral aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Esse texto dá destaque à relação com o Sistema de Justiça, em especial com os envolvidos com o processo judicial do adolescente a quem se atribuiu a autoria do ato infracional: juízes, promotores e defensores públicos. Ele indica que o órgão gestor municipal deve estabelecer fluxos e protocolos que oficializem a relação do atendimento do Serviço de MSEM com o Sistema de Justiça, considerando o percurso desde a aplicação até a execução da MSEM (Brasil, 2016).

Ainda no capítulo 3, orienta-se que seja estabelecida uma série de atividades conjuntas entre as equipes de CREAS e o Sistema de Justiça, tais como reuniões, capacitações, seminários, além de estudos de caso e compartilhamento de informações. E que sejam fixados protocolos e fluxos, evitando a descontinuidade das ações, em virtude da rotatividade de profissionais, e também “maior *controle* e qualificação da relação entre as instituições, permitindo assim, direcionamento para o planejamento técnico realizado pelas unidades CREAS e a execução da medida socioeducativa dos adolescentes autores de ato infracional” (Brasil, 2016, p. 37).

A intersetorialidade é fundamental para a execução do Serviço de MSEM. Prevista no SUAS e no SINASE, a articulação se concretiza nas intervenções conjuntas dos diversos profissionais do sistema socioeducativo e na oferta ampliada de serviços e ações das políticas setoriais para o adolescente em cumprimento de MSE e da sua família.

O ordenamento do SUAS estabelece que a política de assistência social deve atuar de forma integrada com as demais políticas setoriais, o que vai ao encontro da lei do SINASE, que fundamenta o atendimento socioeducativo na articulação entre as ações que compõem a intersetorialidade, ao adotar o princípio da incompletude institucional. A intervenção socioeducativa deve contar com um

conjunto articulado de ações das políticas setoriais responsáveis pela oferta de serviços que leve em consideração a especificidade do público do atendimento socioeducativo.

É importante que essa articulação intersetorial seja institucionalizada pelos órgãos gestores, senão ocorre o que mais temos visto: a responsabilidade recai exclusivamente sobre os operadores do sistema socioeducativo, ficando à mercê da descontinuidade e da pessoalidade das ações entre as políticas. Assim, as equipes terão maior ou menor respaldo para realizar as articulações institucionais, a depender da unificação ou não de orientações e procedimentos entre os órgãos gestores.

É necessário que as equipes tenham estabelecido fluxos e protocolos com outras equipes setoriais, envolvendo também o Sistema de Justiça. Também é necessária a elaboração Plano Municipal de Atendimento, que é renovado na cidade do Rio de Janeiro a cada dez anos.

Também está prevista a instalação da Comissão Intersectorial do Sistema Socioeducativo, composta por representantes das políticas setoriais e pelas instâncias de controle social. Na cidade do Rio de Janeiro, essa comissão acabou de ser instalada. Todavia, segundo Rizzini et al. (2019, p. 22), “a quase totalidade dos municípios (85%) afirma não ter sido instalada e, em contrapartida, 58% dos municípios possuem o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo”.

Segundo Sposati (2013), construir relações intersectoriais exige superar a perspectiva abstrata da direção intersectorial e caminhar para as suas condições objetivas e reais. Essa perspectiva, com base no real, exige o conhecimento da abrangência de cada serviço do território: escolas, creches, serviços de saúde. É necessário investir em articulação das dinâmicas e dimensões, para que essa relação estabelecida possa promover um processo de relações que promova pactuações a partir do conhecimento das demandas, aproximação com interlocutores da população, acarretando na possibilidade de uma gestão mais participativa, quem sabe até a criação de um tutorial do conjunto do serviços. Observando a concepção que a população, os serviços e os profissionais se manifestam uns sobre os outros.

O novo paradigma para a gestão pública articula a descentralização e a intersectorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território. Ou seja, em vez de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes

territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares. Para, assim, intervir por meio de políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover o impacto positivo nas condições de vida.

4

Proteção X Responsabilização: possibilidades e limites

O acompanhamento ao adolescente em cumprimento de MSEMA pressupõe uma dupla dimensão para sua execução: a proteção social e a responsabilização.

Como já mencionamos no capítulo 2, quando tratamos da Socioeducação, o ECA apresenta dois tipos de medidas que podem ser determinadas para crianças e adolescentes: as medidas protetivas e as medidas socioeducativas. As primeiras deverão ser aplicadas em caso de ocorrência de situação de ameaça ou violação de direitos, que é exatamente a razão de existir da unidade CREAS. No cerne do escopo de atendimento, estão as situações nas quais ocorram violações de direitos. As medidas de proteção deverão ser aplicadas pelas seguintes justificativas: “por ação ou omissão do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta” (Brasil, 2016).

Essas medidas estão diretamente relacionadas à proteção social, enquanto as medidas socioeducativas são aplicadas somente a adolescentes, e mesmo que imbuídas de um componente de proteção social, têm caráter coercitivo e sancionatório. Isso porque consistem na reação do Estado a uma conduta transgressora das normas, o que resulta na responsabilização do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.

A proteção integral de crianças e adolescentes é de responsabilidade do SGD, criado a partir do ECA e consolidado com a Resolução CONANDA nº113/2006. O SGD é integrado por ações do Estado, com suas políticas públicas, Sistema de Justiça e órgãos de defesa de direitos, além de organizações da sociedade civil. A atuação do SGD, por meio de seus três eixos (promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos), deve ocorrer de forma articulada para a concretização dos direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais) de crianças e adolescentes.

Nessa conjuntura, torna-se fundamental que as equipes que acompanham esses adolescentes considerem o histórico de violação de direitos e o contexto de vulnerabilidades. Pois esses aspectos têm grande impacto na vida desses jovens e normalmente se desdobram em questões como alto índice de evasão escolar ou baixa escolaridade, no precário acesso à rede de saúde, nas restritas possibilidades de acesso à cultura, à profissionalização, ao esporte e ao lazer.

Não é sem tensões a concretude deste acompanhamento pelas equipes dos CREAS. Há limites impostos entre a defesa de direitos e o processo de responsabilização pelo ato cometido, uma vez que essas duas dimensões devem se conciliar durante o acompanhamento, mas ao mesmo tempo se diferenciarem, na busca em si mesma do tão desejado processo de ressignificação do ato infracional, que objetiva levar o adolescente à reflexão e ao reconhecimento de sua responsabilidade, frente ao ato cometido. Ao passo que a ele, também deve ser garantida uma oferta de condições favoráveis, que mormente, nunca lhe foram apresentadas durante toda a vida. Nem aos seus familiares. Nem aos seus pais. Nem aos pais de seus pais.

É importante ressaltar que todas as equipes entrevistadas têm total clareza de que responsabilizar é bem diferente de punir ou constranger o adolescente. Da mesma forma, todos os adolescentes entrevistados, têm a clareza, em maior ou menor grau, mas têm, de que estão no CREAS cumprindo uma MSEMA, sendo responsabilizados por um ato infracional cometido. A partir do momento que o adolescente consegue fazer uma reflexão crítica sobre suas escolhas, e se permite projetar alternativas para além daquelas possíveis na trajetória infracional, aí se dá o processo de responsabilização e a ultrapassagem para uma nova perspectiva e ressignificação da sua trajetória de vida.

Refletindo sobre os limites desta atuação, lembramos do processo de municipalização das MSEMA, na cidade do Rio de Janeiro, já tratado no item 2.1. desta tese. O movimento de descentralização seguiu aqui um rumo mais estatal e unitário, centrado na precedência de funcionamento dos CREAS, conforme nos apontaram Rizzini et al. (2019).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto é mantido pela gestão municipal do SUAS. Sendo assim, os trabalhadores desse serviço não são subordinados ao Sistema de Justiça ou aos seus operadores; pertencem ao Executivo. Fica, portanto, uma questão aberta quanto à relação do SUAS, e desse serviço, com o Sistema de Justiça, sobretudo quanto à responsabilidade que cabe aos agentes municipais do SUAS.

De acordo com Rizzini et al. (2019),

O processo de instalação em uma nova institucionalidade da aplicação da MSEMA sob novo paradigma e sob abordagem territorial local tem sido lento. Pode-se afirmar, como insinuado anteriormente, que nem sempre se pode contar com plena adesão de agentes públicos e privados para se envolverem em novos compromissos e responsabilidades no âmbito social (Rizzini et al., 2019, p. 22).

Alguns dos limites enfrentados pelas equipes dizem respeito aos elementos em disputa na conceituação de judicialização, em especial no contexto de compreensão e das práticas referidas à atribuição de autoria de ato infracional a adolescentes. Também tem sido um enorme desafio conciliar tempos tão distintos entre os trâmites do Sistema de Justiça e suas múltiplas requisições ao Poder Executivo, como se este último fosse subordinado ao Sistema de Justiça.

Lembramos aqui que as equipes de CREAS atendem a todas as situações de risco e vulnerabilidade social por ocorrência de violação de direitos, incluídos todos os ciclos de vida, de forma interseccionalizada. Os casos têm sido encaminhados aos CREAS de formas variadas, pela rede das políticas sociais intersetoriais, outros por demanda espontânea diariamente, e muitas requisições do Sistema de Garantia de Direitos, um sem número de casos de forma já judicializada. Não raro são requisições equivocadas que fogem ao escopo de atuação ou de abrangência territorial dos CREAS, ou que os órgãos insistem em acreditar que à política de assistência social, cabe tudo.

As situações que as equipes se deparam têm se apresentado cada vez mais complexas, demandando dos profissionais cada vez mais um processo de atenção especializada, qualificação do atendimento, conhecimento do território de atuação, capacidade de trabalho em rede. O que nem sempre é tarefa fácil. Também se espera dessas equipes que possuam a capacidade de fomentar a mobilização e participação social dos usuários da política, além de realizar uma boa análise de conjuntura, pois entendemos que as situações são determinadas num contexto histórico-estrutural.

4.1.

Aportes e reflexões metodológicas

No presente item, constam as etapas percorridas para realização da pesquisa de campo, salvaguardando que o movimento de investigação não dispôs de etapas estanques. Visto que foi dinâmico, face ao constante processo de aproximação com a realidade estudada, sendo tais etapas, portanto, articuláveis entre si e orientadoras do processo.

Para alcançar os objetivos do estudo proposto e com base nas pistas dadas pela realidade do campo empírico, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro, acompanhados

pelos três CREAS, partícipes da pesquisa, que optamos por denominar *CREAS zona sul*, *CREAS zona norte* e *CREAS zona oeste*. Também empreendemos o processo metodológico, por meio da aplicação de grupo focal com as equipes técnicas dos três CREAS. Além de contatos e reuniões iniciais com as direções dos CREAS.

Antes de adentrar o trabalho de campo, propriamente dito, para fins de aprofundamento teórico, iniciamos com uma pesquisa bibliográfica. Tendo como foco as categorias analíticas que envolvem adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; a política socioeducativa; a política pública de assistência social; o papel do Estado e a noção de território, que serviram para formar uma massa crítica de conhecimentos sobre o tema.

Complementamos com uma pesquisa documental, que constou da leitura de instrumentais utilizados no CREAS, no atendimento direto aos adolescentes, tais como entrevistas, folhas de evolução, agendas, assentadas, relatórios e plano individual de atendimento, além das normativas pertinentes ao tema.

Dada a inviabilidade de se traçar um panorama único nas diversas realidades encontradas no município, destacamos inicialmente, neste estudo, a área de abrangência de dois CREAS, representando as zonas sul e norte da cidade. Todavia, fomos encorajadas pela Banca de Qualificação a incluir mais um CREAS, representando a zona oeste, para enriquecimento do estudo e maior grau de comparabilidade entre as realidades de cada território.

Optamos por não discriminar todos os bairros para evitar maior exposição, não só dos adolescentes, bem como das direções e das equipes técnicas. Resguardando, assim, o sigilo e lembrando que todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após submissão e aprovação da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio e também da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Obviamente que só há um CREAS para a cobertura de toda a área programática da zonal sul da cidade, em que 19 (dezenove) de seus 20 (vinte) bairros compõem os cartões postais da cidade e apresentam as maiores taxas de Índices de Desenvolvimento Humano - IDH (com exceção da Rocinha). Para fins de contraste, a pesquisa focalizou um dos CREAS da zona norte, na qual 2 (dois) de seus 6 (seis) bairros apresentam as menores taxas de IDH da cidade. O CREAS da zona oeste possui uma área de abrangência com 10 (dez) bairros e foi inserido por apresentar um território com bolsões de vulnerabilidade e ser uma

área bastante militarizada. Os 3 (três) CREAS estão localizados em extremidades opostas da cidade e com realidades bastante distintas.

Optamos por esses equipamentos, não por um quantitativo progressivo de usuários para acompanhamento, mas também pelo fato da metodologia de acompanhamento ser executada de formas diferenciadas umas das outras. Isso nos permitiu conhecer um panorama de extremos da cidade, bem como apreender as diferentes metodologias utilizadas, e suas diferentes nuances, e ainda os impactos no acompanhamento, especialmente se observarmos as diretrizes únicas do Plano de Trabalho da Gerência de Medidas Socioeducativas, que pretendem cumprir metas e orientações do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado em 2014.

Os adolescentes foram participantes ativos desta pesquisa, segundo os critérios e etapas que serão abordadas nesta seção. As equipes técnicas (assistente social, psicóloga, advogada, pedagoga e tutor(a), também foram partícipes da pesquisa, publicizando as metodologias de acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias.

Configurou-se no maior desafio desta pesquisa pensar uma abordagem que fosse capaz de ouvir aquilo que o profissional não diz e que jamais diria em uma entrevista tradicional à pesquisadora que também é gestora. Apesar de comprovadamente árdua, tal missão se configurou como uma incessante e estimulante busca pelo melhor método, que fosse, ao mesmo tempo, eficiente e significativo, e proporcionasse uma experiência prazerosa de descoberta e de inovação, tanto para a pesquisadora, quanto para os adolescentes e jovens, e para os profissionais informantes. O fato de estar inserida na gestão de um CREAS, antes de ser um desafio, tornou-se um elemento facilitador, na medida em que pudemos ter acesso aos instrumentos, aos adolescentes e aos profissionais, e viemos ao longo do tempo realizando uma observação participante juntamente a este público.

A ideia de criar espaços de discussão de grupo, portanto coletivas, não isentou nem excluiu a necessidade de tratar a temática com rigor metodológico. Ao contrário, reforçou ainda mais a indispensabilidade de um balizamento metodológico que pudesse, igualmente, ser capaz de conferir rigor científico ao trabalho e ser livre do “metodologismo”, característico da chamada “sociologia industrializada”, repetidamente denunciada por Kaufmann (2013).

Kaufmann (2013) nos estimula a pensar sobre o objeto e, a partir dele, reconquistar a capacidade criativa e autônoma do “artesão intelectual” que, cuidadosamente, elege e afia suas ferramentas. Tal definição colabora com a

ampliação de possibilidades quanto à metodologia dessa pesquisa, na tentativa de pensar os melhores instrumentos e abordagens considerando a singularidade do sujeito pesquisado.

O autor nos oferece a Entrevista Compreensiva, a qual indica que “o tom que se deve buscar é muito mais próximo de uma conversa entre dois indivíduos iguais do que aquele do questionário administrado de cima para baixo” (Kaufmann, 2013, p. 79). No tocante à empatia, o autor assinala que o pesquisador precisa apresentar postura receptiva e acolhedora ao que é dito pelo informante (Kaufmann, 2013).

O conceito de “pedagogia da presença” de Antônio Carlos Gomes da Costa nos leva pela mesma direção e ressalta a importância de uma aproximação efetiva, construtiva, solidária e identificada com a problemática vivenciada pelo adolescente, tornando possível a transição da solidão ao encontro (Costa, 1991).

Com base nestes princípios, a proposta metodológica para a pesquisa de campo foi dividida em algumas etapas, descritas a seguir. A primeira etapa objetivou a revisão bibliográfica, que além de subsidiar a construção do referencial teórico, situou o debate em torno de categorias já identificadas como centrais para este estudo: adolescência a quem se atribui autoria de ato infracional, a socioeducação, a política pública de assistência social, território, questão social e o papel do Estado, além de outras que a estas se inter-relacionam. Realizamos a revisão de alguns conceitos aqui apontados e o acompanhamento da literatura recente sobre o tema. O objetivo foi o de aprofundar o esforço já iniciado com este projeto, quanto à aproximação com o objeto de estudo e a formação do quadro teórico norteador da pesquisa.

Nessa fase, pretendeu-se a consolidação das aproximações iniciais com as categorias de análise. Numa outra investida, no campo da pesquisa bibliográfica, foram analisadas publicações mais recentes de autores que tomaram como objeto de preocupação a questão das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro. Nessa circunstância, o estudo esteve orientado para perceber melhor as contribuições destas produções e demarcar as publicações que mais de perto interessaram a esta investigação e também a como auxiliar no processo de aproximação e conhecimento da particularidade desta pesquisa.

Concomitantemente, e em prosseguimento ao trabalho de investigação sobre as condições de vida dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, passou-se à pesquisa documental. Essa fase disse respeito à consulta e à leitura de documentos. Abrangendo planos, planilhas, registros administrativos, estatutos e regulamentos, com o auxílio da Gerência de

Medidas Socioeducativas da SMAS-Rio de Janeiro, com relação ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Buscando atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa qualitativa que, conforme Denzin e Lincoln (2006) enfatizam, existe a capacidade do pesquisador de se aproximar da perspectiva do ator social, primordialmente por meio de entrevistas e observação direta. Para gerar os dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com treze adolescentes e/ou jovens acompanhados pelos CREAS. De acordo com Oliveira, Fonseca e Santos (2010), a entrevista semiestruturada proporciona um tipo de interlocução que se caracteriza pela sua flexibilidade, combinando perguntas abertas e fechadas com o objetivo de colher depoimentos, identificar percepções acerca da trajetória de vida dos entrevistados, durante o processo de acompanhamento das MSEMA.

Quanto ao roteiro de entrevista utilizado com os adolescentes/jovens, pretendeu-se preliminarmente que ele contemplasse as seguintes perspectivas. Apreender o contato com a equipe dos CREAS, considerando-se como pertinentes os seguintes temas: apresentação no CREAS; trajetória e vivências significativas no CREAS e no acesso à cidade, no que diz respeito à incorporação de capital cultural e social, ou seja, aprendizados, relacionamento do CREAS em face ao grupo familiar, escola formal e a comunidade; percepções acerca da importância dessa experiência em suas vidas, contrastando com as realidades distintas dos territórios abordados.

Intencionou-se ainda relacionar as vivências passadas com o momento presente da trajetória de cada um para perceber a extensão e os contextos das possibilidades e limites de mudança, em relação ao processo de resignificação de seu projeto de vida. No deslocamento do antes para o depois, pretendemos abordar o momento e o contexto de saída do acompanhamento do CREAS, dado o processo de extinção da medida socioeducativa a ele(a) aplicada, em diferentes regiões da cidade.

O material empírico foi codificado, sistematizado e analisado a partir das categorias de análise de conteúdo, bem como de outras que venham a surgir no decorrer do estudo, depreendidas da exploração do material colhido.

Após a transcrição das entrevistas, procedeu-se às etapas metodológicas de Análise de Conteúdo, à luz do referencial de Bardin (2016), percorrendo os seguintes passos: *a) pré-análise*, caracterizada pela leitura do conteúdo transcrito e pela pré-seleção dos aspectos mais relevantes aos objetivos da pesquisa; *b) exploração do material*, a partir da codificação e categorização do conteúdo

conforme as categorias de análise: família, escola, trabalho, e as percepções sobre o acompanhamento da medida socioeducativa pelos CREAS; c) *tratamento dos resultados e interpretação*, a partir da confrontação dos dados obtidos e o referencial teórico adotado no estudo.

À luz do referencial teórico sistematizado destacam-se as categorias adolescência em conflito com a lei, a socioeducação, a política pública de assistência social, o papel do Estado e a noção de território, as quais serviram de base para correlacionar dados coletados na pesquisa documental, a fala e as percepções dos entrevistados acerca de sua trajetória de vida.

Cabe ressaltar que o interesse pelas trajetórias deriva da dialética que estas conferem ao processo de investigação social, ou seja, o fato de permitirem ver homogeneidade e heterogeneidade, singularidade e pluralidade, o individual e o social imbricados nos percursos narrados pelos indivíduos. Na impossibilidade de realização plena da observação direta, dada a dificuldade de “seguir” uma pessoa em diferentes situações da sua vida, resta ao pesquisador o trabalho com as entrevistas e registros que podem revelar contradições e heterogeneidades, aproximações e semelhanças, nas práticas sociais do mesmo indivíduo não só na passagem de um contexto social a outro, mas também no mesmo contexto (Lahire, 2003).

Na etapa seguinte, foram realizadas reuniões com as direções dos CREAS participantes da pesquisa, para apresentar-lhes a proposta, para ter as primeiras noções da equipe técnica e para pedir-lhes que pensassem sobre os adolescentes que poderiam de livre espontânea vontade, obviamente com a anuência dos responsáveis para os menores de idade, participar da pesquisa.

Foram realizados grupos focais com as equipes, por entender, conforme Minayo (2014) que na pesquisa qualitativa, é uma ferramenta adequada para coletar dados através da interação de um grupo de participantes sobre um tema comum. Os grupos nos permitiram aprofundar percepções e significados acerca do processo de acompanhamento realizado.

Com os adolescentes e/ou jovens foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Inicialmente, intencionávamos entrevistar 5 (cinco) de cada um dos CREAS, o que nos daria um cabedal de 15 (quinze) entrevistas.

Todavia, como a vida é dinâmica e não estática, houve momentos de desencontros com alguns adolescentes, sobretudo no CREAS zona oeste, que durante o momento da pesquisa encontrava-se desalojado, pois o prédio original havia sido interditado pela equipe de defesa civil, tendo que manter a equipe dividida no espaço de dois CRAS distintos, por conta da impossibilidade de ir e

vir, real, de alguns adolescentes, e sem os recursos materiais e tecnológicos adequados e com os prontuários encaixotados. Neste caso específico, encontramos a direção no espaço original do CREAS, realizamos o grupo focal no espaço de um CRAS e as entrevistas com os adolescentes, ora num parque público, ora no espaço de um segundo CRAS, com algumas idas e vindas. Então neste CREAS especificamente, conseguimos entrevistar 4 (quatro) dos 5 (cinco) adolescentes indicados pela equipe, pois um deles declinou e teve o nosso respeito absoluto, conforme preconiza a ética em pesquisa com seres humanos.

No CREAS zona sul, conseguimos concentrar todas as atividades, em diversas ocasiões distintas, mas sempre no mesmo espaço físico do CREAS, já antigo e consolidado. Das vezes que estivemos com a direção, com a equipe técnica e com os adolescentes, foram todas no espaço do CREAS. Neste CREAS os adolescentes foram muito receptivos e conseguimos entrevistar a meta cheia de 5 (cinco).

No CREAS zona norte por ser o nosso CREAS de atuação, este ficou por último, não pela importância, mas pela comodidade de estarmos lá diariamente, numa experiência que já dura 7 (sete) anos ininterruptos. Neste CREAS, havia a preocupação de inibição da equipe ou de constrangimento, pela pesquisadora ser também a gestora, mas o que percebemos foi que a equipe demonstrou um processo de amadurecimento, conseguindo transpassar a figura da gestora para a pesquisadora, participando ativamente da pesquisa. Por aqui só conseguimos entrevistar 4 (quatro) adolescentes e/ou jovens, porque privilegiamos ouvir uma jovem que seria a única do gênero feminino, que tempos antes havia manifestado o desejo de colaborar com a pesquisa. Todavia, houve muitos desencontros e reagendamentos e infelizmente não houve mais tempo hábil para ouvi-la, tampouco substituí-la.

Com o objetivo de desvendar o que revelam a fala e as práticas desses sujeitos, passemos ao próximo item, onde pretendemos desvelar as nuances do acompanhamento, diferenças e similitudes, a partir das vozes desses sujeitos.

4.2.

A trajetória dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

Todos os CREAS espalhados pela cidade fazem o acolhimento e o acompanhamento dos adolescentes e jovens que cumprirão medidas

socioeducativas de LA ou PSC (ou ambas), a partir do encaminhamento formal da Vara de Infância e Juventude ou da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas. Os adolescentes e jovens que serão acompanhados pelos CREAS (medida em meio aberto) recebem da equipe do Judiciário a orientação de comparecer ao equipamento referente ao seu território de moradia. Ao município cabe realizar o acompanhamento social deles e de sua família, reportando periodicamente ao Juízo as informações referentes ao desenvolvimento do acompanhamento realizado.

Os adolescentes e/ou jovens se apresentam nos três CREAS em dias previamente pactuados com o Sistema de Justiça, normalmente acompanhados de um responsável familiar, comumente a genitora. Mesmo os jovens, maiores de idade, costumam se apresentar acompanhados de um familiar também. Seja família consanguínea, ou o que o SINASE denomina grupo suporte. Chegam ao CREAS pelo encaminhamento judicial formal, em que constam os dados básicos de identificação, o número do processo, o tempo de cumprimento e o tipo de medida socioeducativa em meio aberto aplicada, que deverá ser cumprida por ele(a) e acompanhada pela equipe técnica do CREAS.

Nesse primeiro momento são acolhidos pelas equipes técnicas. No CREAS zona norte, convencionou-se a apresentação no dia em que a responsável pelo acolhimento e recepção dos adolescentes e suas famílias é a profissional do Direito. Ela aproveita o seu saber específico para esclarecer as questões jurídicas da MSEMA, tirar dúvidas, preencher os primeiros instrumentos, para então só num segundo momento designar a técnica de referência, que será a responsável principal pelo acompanhamento do adolescente e de seu grupo familiar. Neste CREAS não há equipe exclusiva para o acompanhamento, sendo a equipe georreferenciada, com exceção da profissional de Pedagogia, as únicas exclusivas para o Serviço de MSEMA, em toda a cidade do Rio de Janeiro, juntamente com os profissionais tutores, exclusivos do Projeto *Passo a Passo – Uma Nova Caminhada*. Este CREAS contava com o acompanhamento de 23 (vinte e três) adolescentes e/ou jovens no momento da pesquisa.

Cabe aqui um adendo. Desde outubro de 2024, houve um incremento no serviço de MSEMA na cidade do Rio de Janeiro, com a reedição do Projeto *Passo a Passo*, agora – *Uma Nova Caminhada*. Localiza-se, neste contexto, no espaço do CREAS, associando todas as oportunidades encontradas em cada território para potencializar a promoção social destes adolescentes e jovens e a ruptura de uma trajetória vinculada à violência, à violação de direitos e ao ato infracional.

A execução do Programa *Passo a Passo: Uma Nova Caminhada*, iniciada em outubro de 2024, tinha como objetivo incrementar as ações e formas de intervenção das equipes dos CREAS para o melhor atendimento ao adolescente. Colaborando para a sua manutenção no Serviço, evitando-se os descumprimentos das medidas socioeducativas e, assim, as rupturas no ciclo socioeducativo.

Dessa forma, como atores facilitadores do vínculo do adolescente com o Serviço de Medidas Socioeducativas, foi elencada a figura de um tutor como estratégico e central para a concretude deste objetivo. As atribuições dos tutores foram definidas de forma a, junto ao adolescente, atribuir valor ao cumprimento da medida socioeducativa. Uma vez que se trata de uma sanção judicial, apesar de sua intenção pedagógica, o caráter punitivo é rapidamente apreendido pelo adolescente por ocasião da aplicação da medida pelo juízo. Assim, a chegada ao CREAS, bem como as expectativas geradas em torno do cumprimento da medida não flutuam em uma nuvem positivada pelas oportunidades que podem ser acessadas, restando para o adolescente o seu caráter jurídico sancionatório.

Os insumos do Programa referem-se ao alcance das melhores formas de atendimento, por meio do recurso do carro e do lanche; e melhores formas de vinculação e intervenção. Graças aos recursos humanos provisionados com a presença de tutores e do técnico de referência, além das oficinas culturais realizadas semanalmente.

Cabe ressaltar que se trata de um projeto desenvolvido com bastante êxito na cidade e monitorado pela Gerência de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMAS/GMSE, 2025).

No CREAS zona oeste, os adolescentes são acompanhados por equipe de referência exclusiva do Serviço de MSEMA, composta pelo tutor, pela pedagoga e por uma psicóloga. Este é o CREAS que tem atravessado pela questão do desalojamento, contando, no momento da pesquisa, com o acompanhamento de 59 (cinquenta e nove) adolescentes e jovens.

Sobre o CREAS zona sul, também não havia equipe de referência exclusiva, sendo a equipe georreferenciada, contando para a pesquisa, com uma assistente social e uma psicóloga, num momento de transição de profissionais na equipe, e à espera de uma nova pedagoga e de um novo tutor. No momento da pesquisa, este CREAS contava com o acompanhamento total de 17 (dezessete) adolescentes.

É importante informar que todo o trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre abril e junho de 2025. Embora as tratativas com a Secretaria e depois com as direções, tenham se dado muito antes.

O objetivo deste item e quizá deste capítulo, foi reconstruir o olhar dos adolescentes e jovens, a partir das 13 (treze) narrativas de vida, acerca não só de dados concretos, mas de quais repercussões o acompanhamento das equipes de CREAS tiveram (ou não) na vida desses sujeitos.

Reforçamos que a transcrição por mais cuidadosa que possa ser, jamais alcançará a riqueza de detalhes e sentimentos compartilhados no momento da entrevista. Só para exemplificar, ouvimos um jovem em grande sofrimento, pois vira o irmão mais velho ser assassinado e depois o genitor veio a falecer em seus braços por questões de doença. E por dificuldades socioeconômicas estava residindo separado da irmã, familiar mais próxima que lhe restou. Embora tenha passado por um dilema ético, por alguns segundos, deixei momentaneamente de ser “a pesquisadora” e “voltei a ser a assistente social”, que acolheu e orientou o adolescente, acionando mais tarde, de forma muito ética a equipe de referência, e com a anuência do jovem.

Também fomos informadas, por profissionais do CREAS zona sul, que os adolescentes daquela unidade perguntaram se eu não voltaria, porque “*havam gostado de conversar, tipo psicóloga*”.

Quanto aos dados de perfil dos adolescentes e jovens pesquisados, seguem as informações.

Quanto à faixa etária:

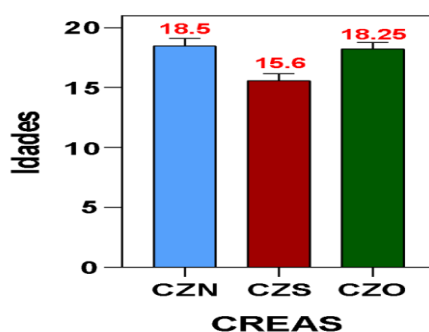
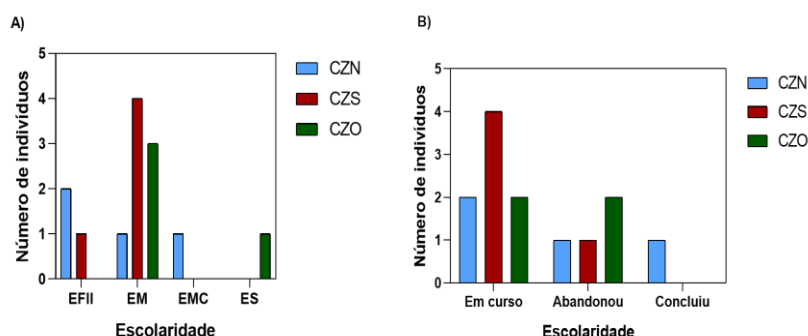


Gráfico 1 - Distribuição das idades dos entrevistados atendidos nos CREAS das zonas Norte (CZN), Sul (CZS) e Oeste (CZO).
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observamos um perfil mais jovem por faixa etária dos socioeducandos do CREAS zona sul, em relação aos socioeducandos dos CREAS zona norte e zona oeste, que possuem um perfil semelhante.

Quanto aos dados de escolaridade e se estavam estudando no momento da pesquisa:



Legenda: (A) Escolaridade dos participantes, considerando os níveis Ensino Fundamental II (EFII), Ensino Médio (EM), Ensino Médio Completo (EMC) e Ensino Superior (ES), nos CREAS das zonas Norte (CZN), Sul (CZS) e Oeste (CZO). (B) Situação educacional dos entrevistados, indicando quantos estão atualmente matriculados, abandonaram ou concluíram a escolaridade, de acordo com cada CREAS.

Gráfico 2 - Distribuição dos entrevistados segundo escolaridade e situação educacional nos diferentes CREAS.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No CREAS zona sul, observamos um adolescente no Ensino Fundamental II, estudando; 3 (três) cursando o Ensino Médio, e 1(um) com Ensino Médio incompleto, sem estudar no momento. Ainda assim, embora mais jovens, apresentaram um grau de escolaridade maior.

No CREAS zona oeste, embora 4 (quatro) tenham chegado ao Ensino Médio, 2 (dois) estavam no momento sem estudar. Se cruzarmos os dados com a questão da paternidade, é o jovem que já é pai e mora com uma companheira, e o segundo é o jovem que estava em vivência de luto pelo pai e pelo irmão. Quanto ao jovem cursando ensino superior, é o jovem branco de classe mais favorecida, que trabalha na empresa do próprio pai.

No CREAS zona norte, os jovens demonstraram uma realidade mais dura, embora já adultos, 2 (dois) cursando Ensino Fundamental II, muito em função da exigência judicial como componente do cumprimento da MSEMA; 1 (um) com Ensino Médio incompleto sem estudar, também atravessado pela questão da paternidade; 1 (um) com Ensino Médio completo, já inserido no mercado de trabalho formal, tendo sido absorvido após participação em programa de aprendizagem.

Sobre os critérios de cor/raça indagamos os adolescentes e jovens como se identificavam, então as respostas foram de forma autodeclarada:

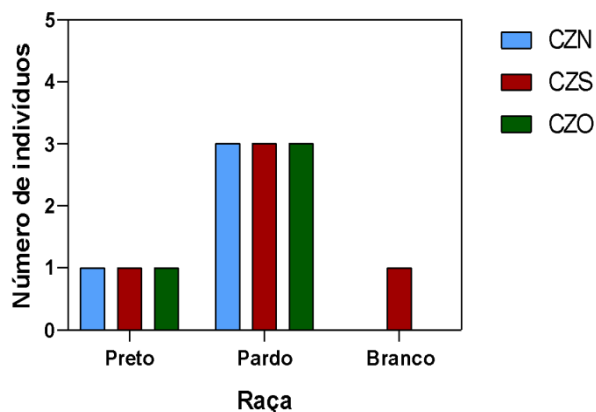


Gráfico 3 - Distribuição dos entrevistados segundo raça/cor nos diferentes CREAS.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em todos os CREAS a predominância é de pretos e pardos, o que é um dado bastante conhecido nos sistemas de privação e/ou restrição de liberdade. Destacando-se somente um jovem autodeclarado branco e de classe social mais favorecida.

Quanto à questão de gênero, tentamos entrevistar uma jovem, mas não conseguimos concretizar. Observamos uma predominância do gênero masculino, não destoando de outras pesquisas.

Todavia, esta foi uma questão muito interessante, para refletirmos a masculinidade no sistema socioeducativo, porque de várias formas, todos responderam: “que isso tia? Sou macho!” Inadmitindo qualquer outra possibilidade.

Sobre o local de moradia ser dentro de locais reconhecidamente como comunidades:

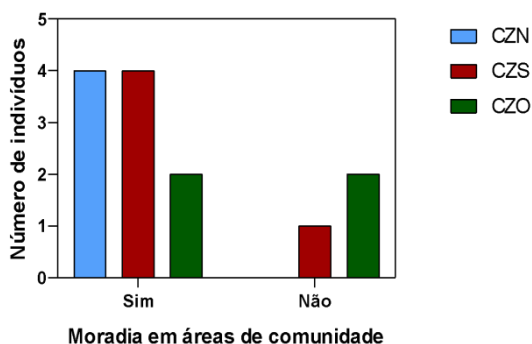


Gráfico 4 - Distribuição dos entrevistados segundo condição de moradia em áreas de comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No CREAS zona norte cujo bolsão de vulnerabilidade e pobreza é maior, todos são moradores de comunidades, que na verdade são grandes Complexos. No CREAS zona oeste, há um equilíbrio, pois apresenta características específicas de áreas bastante militarizadas e no CREAS zona sul, também a maioria oriunda dessas regiões de grandes comunidades.

Se analisarmos a totalidade, em números absolutos, dos treze entrevistados, dez são moradores de comunidades.

Quanto ao tipo de MSEMA:

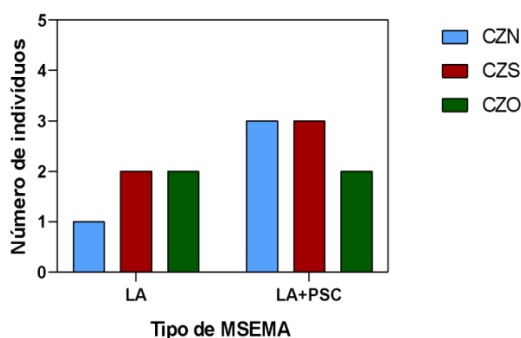


Gráfico 5 - Distribuição dos entrevistados em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSEMA), segundo o tipo de medida.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quanto ao tipo de medida socioeducativa a eles aplicada, observamos a predominância das medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade combinadas, como se o socioeducando tivesse que ser responsabilizado duplamente. Raramente recebem a medida de prestação de serviços à comunidade sozinha e também observamos que nem sempre é realizada uma melhor avaliação pelo Sistema de Justiça se o adolescente possui condições de cumprir a medida. Condições materiais e condições subjetivas.

A liberdade assistida é a medida do primordial do acompanhamento em si. Da proximidade e da presença entre os socioeducandos e as equipes.

Sobre a questão da paternidade:

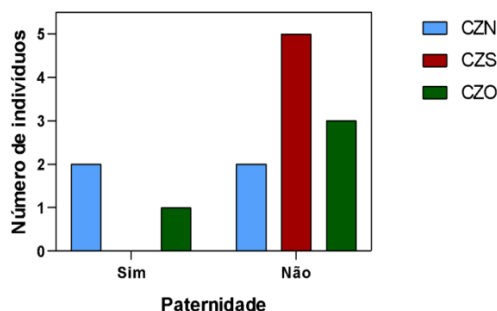


Gráfico 6 - Distribuição dos entrevistados segundo a condição de paternidade (Sim/Não) em cada CREAS.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De fato, neste estudo, somente dois jovens do CREAS zona norte e um do CREAS zona oeste já são pais. Foram pais adolescentes, no momento da entrevista já haviam alcançado a maioridade. Importante lembrar que são três jovens que abandonaram os estudos. Dos adolescentes do CREAS zona sul, cuja faixa etária é menor, nenhum possui filhos.

Quanto à inserção em programa de aprendizagem:

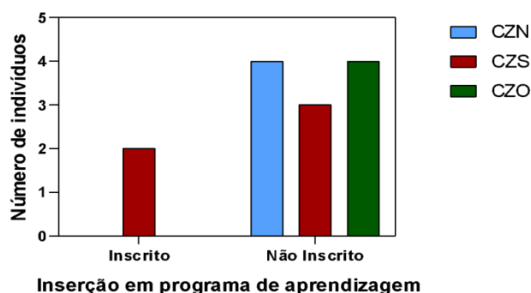


Gráfico 7 - Distribuição dos adolescentes entrevistados quanto à inserção em programas de aprendizagem (Inscrito/Não Inscrito) em cada CREAS.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Somente dois adolescentes do CREAS zona sul encontravam-se inseridos em programa de aprendizagem. Esse é ainda um grande desafio para as equipes, uma vez que muitas vezes os socioeducandos não se enquadram nos perfis exigidos para essa inserção. Seja por falta de escolaridade, pela distância, por não conseguirem, ou desejarem circular pela cidade, demandando tempo e grande esforço. Em muitos casos, o valor da bolsa também não é atrativo. Há relatos de amealharem mais recursos no mercado informal, no próprio território.

Acrescentamos ainda o fato de que algumas seleções possuem tantas etapas, apresentando tantas dificuldades, que o adolescente ou jovem acabam desistindo.

Sobre inserção no mercado de trabalho:

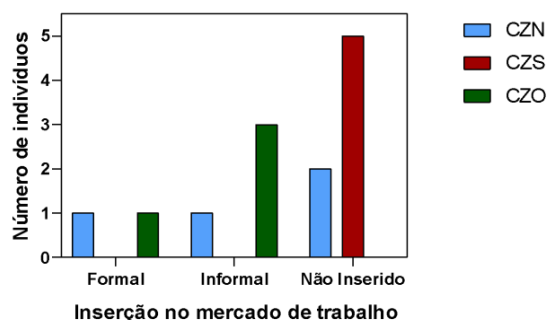


Gráfico 8 - Distribuição dos adolescentes entrevistados quanto ao tipo de inserção no mercado de trabalho: Formal, Informal e Não Inserido, nos CREAS.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observamos que a não inserção no mercado de trabalho ou a inserção no mercado de trabalho informal é maior do que no mercado formal.

Com relação se a medida socioeducativa em meio aberto foi a primeira a ser aplicada, ou seja, não vindo de progressão de medida socioeducativa do meio fechado pra o meio aberto:

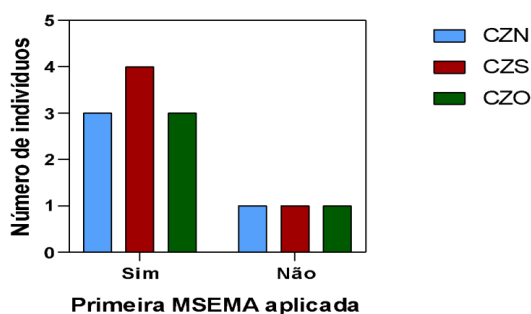


Gráfico 9 - Distribuição dos adolescentes em relação a primeira Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSEMA) aplicada, nos CREAS.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observamos que o maior percentual dos adolescentes e jovens recebeu como primeira medida socioeducativa, a medida em meio aberto.

Dos treze entrevistados, somente três vieram de progressão de medida socioeducativa do meio fechado para o meio aberto. Sendo um de cada CREAS.

Quando indaguei sobre afetividades, especialmente namoro:

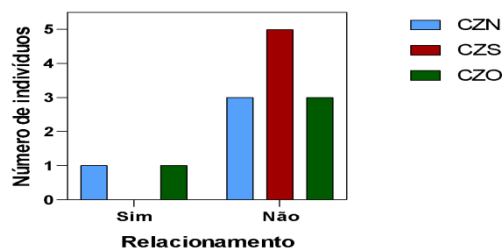


Gráfico 10. Distribuição dos entrevistados segundo status de relacionamento, nos CREAS.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esta foi uma questão bastante interessante. Quando indaguei sobre namoro, a imensa maioria respondeu:

“Deus me livre!”.

“Como assim?”.

Lembro-me bem que algumas entrevistas foram realizadas perto do “dia dos namorados” e eles: *“Graças a Deus que terminei!”*.

E me causou um grande impacto. Depois compreendi que o grande equívoco, foi o vocábulo: “namoro”. Porque segundo a maioria, namoro pressupõe continuidade, “ficar amarrado” e esse, definitivamente, não era o desejo do grupo entrevistado, com exceção de dois que além de serem pais, moram com as companheiras, mães de seus filhos.

“Namoro sério não”.

Passemos para questões mais profundas que, muitas vezes, careceram de um tempo maior.

Na primeira entrevista no CREAS zona sul, o adolescente JV, relata que descumpriu a MSEMA e foi reencaminhado ao CREAS. Pergunto se ele consegue entender o sentido da medida e ele responde: *“tô pagando o que eu fiz né!”*. *“já era pra ter cumprido, mas eu deixei pra depois”*.

Quando indago sobre se há algo que goste no acompanhamento, responde: *“ah pra ser sincero... a equipe, os pessoal, tudo educado”*.

E o que não gosta: *“a distância. Eu já tenho que ir pra Escolinha (de surf onde cumpre PSC), tenho que vir aqui e ainda trabalho no Lava Jato... a distância dá um desânimo mesmo. Muito longe. Peguei engarrafamento. Peguei um ônibus, outro ônibus... é um chão. Dá preguiça”*. *“venho aqui só no dia do Passo a Passo, pra assistir a oficina”*.

Então pergunto: com quem você acha que pode contar? Ele responde: *“com minha mãe e com Deus”*. E depois que sair daqui isso vai ter feito alguma

diferença na tua vida? *“já vai me botar pra pensar um pouco antes de eu resgatar. Passar um filme. Tudo que eu fiz. Tudo q eu passei...”*

Tem amigos? *“Só os de Deus. Hoje eu sei quem é meu amigo e quem não é. Amigo é aquele que tá junto nas horas ruins e nas horas boas. Nossa sombra é nossa amiga que não nos abandona”.*

Sobre a percepção do território:

“tem de tudo lá. É uma cidade. Precisa nem sair de lá pra fazer nada... tem mercado 24h...” (falando da Comunidade onde reside).

E o futuro, quais são seus sonhos?:

“ficar bem de vida, ter minha família, ter minha casa própria, ficar de boa... ter um abraço pra minha família, pros meus filhos, pra um dia de paz, prosperidade.” Amém, amém!”

Segunda entrevista no CREAS zona sul: Adolescente H.

O adolescente demonstrou entendimento do cumprimento da MSEMA, entretanto minimizou o processo de cumprimento relatando: *“pra mim não foi nada, tipo vir aqui... não foi sofrer não”.*

Quando indaguei sobre as atividades desenvolvidas no CREAS:

“não gosto de nada aqui, aqui é meio estranho...”

“uma mulher falou pra mim lá na cidade, tipo, o trabalho é receber tudo que eu fiz... aí eu cheguei aqui, tá aula de música, não sei o quê”

“então eu tenho que aceitar o que tá acontecendo”

Digo que pode conversar com a equipe:

“não, mas já aconteceu”., demonstrando desconexão com a pergunta realizada.

“tô vendo currículo, pra jovem aprendiz”.

“minha mãe, eu posso contar com ela. Apesar de que ela ta com dificuldade de andar. Mas é ela quem sustenta a casa”.

Fala com mágoa do pai..., alegando que com este não pode contar.

E sobre o processo de cumprimento da MSEMA:

“não vai mudar nada, mas foi uma lição pra mim, que eu errei”.

Terceira entrevista CREAS zona sul: Adolescente K.

Sobre a MSEMA:

“Me sinto cansado, porque tem a PSC, o jovem aprendiz, a LA e a oficina (Passo a Passo)” “é muita coisa”.

“porque eu já trabalho” (referindo-se ao jovem aprendiz).

“aí eu tenho que achar uma hora no meu tempo pra cumprir a medida”.

“E depois eu ainda tenho que ir pra escola”.

Quando indago o que considera mais positivo no acompanhamento:

“eu acho que nada, porque já faço lá e ainda tenho que vir aqui e cumprir”.

“e ainda deu duas medidas né? Podia ser uma só”.

Sobre alguém com quem pode contar:

“ah meu pai e minha mãe”.

Você acha que o acompanhamento aqui vai fazer diferença na sua vida?

“acho que não me ajuda em nada não”.

“mas eu mesmo não vou fazer de novo”.

E sobre sonhos e futuro:

“quero seguir carreira militar”.

Quarta entrevista CREAS zona sul: Adolescente Y

Se tem entendimento da MSEMA:

“estou pagando o que eu fiz”.

O que costuma fazer aqui?

“eu assisto aula”.

“aqui é assim, fica um tempo, assiste aula e vai embora”.

“quando não tem passeio”.

Do que você gosta no CREAS?

“das coisas para o caráter. Mais que os passeios”.

Você acha que o acompanhamento está te auxiliando?

“sim, vou sair com a cabeça diferente”.

“gosto muito de conversar com a pedagoga”.

Quando indago sobre sonhos e projetos de futuro:

“quero só ter muito dinheiro”.

Pergunto como faz pra ter muito dinheiro, que tem que ter estratégia:

“ah não sei. Só quero ter”.

Quinta entrevista no CREAS zona sul: Adolescente J.V.

Este adolescente sem muito tempo de cumprimento, ainda sem total entendimento da MSEMA. Havia parado de estudar na 1ª série do Ensino Médio para trabalhar.

“tipo assim, vou fazer uma carta pra mandar pra ele (Juiz), tipo assim, falando que eu prometi a voltar a estudar, sendo que minha mãe ta condicionada, tipo assim, pra pagar umas coisas”.

“sou eu, minha mãe e dois irmãos menores”.

“vou trabalhar de garçom das quatro às onze da noite”.

Falo da importância do estudo e do trabalho protegido para adolescentes, mas estava preocupado em auxiliar à mãe.

Como você se sente aqui no CREAS?

“eu me sinto bem”.

Participou de algumas oficinas e ainda não “guardou” o nome da técnica de referência.

Acha que esse acompanhamento aqui fará diferença na sua vida?

“acho que sim, claro!”.

E as pessoas que pode contar?

“minha mãe e minha vizinha”.

“acho que meu pai também”.

Sobre perspectivas de futuro:

“acredito em Deus”.

Insisto e ele diz que já jogou em escolinha de futebol e praticou jiu-jitsu, mas sem muita ideia ainda de uma pretensão futura.

Primeira entrevista no CREAS zona oeste: Jovem G.

Cumprindo a MSEMA pela segunda vez. Estudando, neste momento com maior compreensão da MSEMA.

“a equipe tá me ajudando a tirar documentos para arranjar trabalho”.

“não sei em quê, mas preciso melhorar o meu inglês”.

Sobre vir para o acompanhamento:

“dá um pouco de preguiça, né”.

“mas, pelo menos, não tô preso” (referindo-se à medida de internação).

“só tá meio ruim que elas foram despejadas, né” (falando do desalojamento da equipe).

O que tem de bom aqui?

“as tias mesmo. Todas elas” (referindo-se à equipe técnica).

E de ruim?

“ahh o calor. Era pra ter um ventilador, um ar”.

Com quem pode contar:

“com minha irmã e meu pai”.

Sobre o que poderia ser melhor no cumprimento da MSEMA:

“além de ter um ar-condicionado e um ventilador? Que acabe logo...”

Como você acha que vai sair daqui quando a medida acabar?

“acho que melhor. Na escola melhorou. Na família também. Questão de pensar um caminho pra frente. Uma profissão”.

E os sonhos? O futuro?

“quero me dar bem”.

Pergunto: o que é “se dar bem”?

“ah tia, é um bom trabalho, construir uma família”.

Eu suspiro de alívio.

Segunda entrevista no CREAS zona oeste- Jovem A.1

Como é a MSEMA pra você?

“pra mim não é ruim. É melhor que ficar preso”.

“nunca faltei. Nunca faltei”.

O jovem sabe o nome de todas as técnicas e do tutor, e gostava muito quando o tutor fazia atividades ao ar livre, num parque público:

“Era maneiro ele (o tutor)”.

“levava a gente pra jogar bola”.

“é porque é perto, né. Perto do prédio antigo” (referindo-se ao prédio de origem do CREAS, interditado).

“mas agora eles tão nessa situação, né!” (referindo-se ao desalojamento).

“as oficinas (Passo a Passo) são maneiras, mas eu gostava mais quando (a equipe) a gente veio pro parque. Fazer rodas de conversa”.

“até trouxe minha filha uma vez” (tem uma filha de 1 ano de idade).

“quando eu comecei cumprir, achei que era pior. Mas gostei. Não custa nada vir uma vez por semana. Melhor que descumprir e ficar agarrado no DEGASE”.

Do que você mais gosta nesse acompanhamento?

Da equipe. Deles três. Tipo, conversam muito com a gente”.

Gosto muito da pedagoga. Ela trata a gente benzão”.

Do que menos gosta?

“Das oficinas”

“hoje ainda tem uma mulher diferente” (referindo-se à visita da pedagoga do projeto)

Sobre com quem pode contar:

“minha mãe, né”.

“tem ela pra hora ruim, pra hora burra”.

E esse acompanhamento, vai fazer diferença na tua vida? Na família, na escola

“pô, me freiou, tô tranquilo”.

“agora eu conto até dez, tô pensando mais”.

“minha filha também veio, fez um ano ainda a pouco”.

E os sonhos e expectativas para o futuro:

“tia, meu sonho era... era ser da Marinha, mas deu tudo errado”.

“bombeiro também é maneiro”.

“tia, você tá escrevendo um livro?”.

Respondo que é uma tese.

“ah tia, é um livro. Depois vem mostrar pra gente”.

Respondo: “venho sim.”

Terceira entrevista do CREAS zona oeste - Jovem L.

Quando pergunto sobre o processo de cumprimento da MSEMA, nitidamente com necessidade de falar, justifica a infrequência escolar e um primeiro descumprimento em virtude de vários eventos difíceis na passagem de 2024 para 2025:

“eu morava com meu pai e meu irmão”.

“aí eu perdi meu irmão”.

“aí eu fiquei só com meu pai. Meu pai me incentivava a vir pro CRAS (referindo-se ao CREAS), a estudar”.

“aí no carnaval de agora, meu pai faleceu”.

“aí eu fiquei passando uma dificuldade aí na rua”.

“fiquei morando com minha irmã de aluguel. Minha irmã tomou um golpe no pix e perdemos a casa. Conseguimos arrumar uma casa pra deixar as coisas. Estou ficando na casa dos outros”.

Pergunto sobre a mãe: responde que mora em comunidade e que pra lá não pode ir.

“estava no jovem aprendiz, mas já acabou o contrato”.

“e também, tem o negócio de tratamento pra ansiedade. Tomo remédio pra dormir”.

Quando pergunto se não tem família extensa, que possa prestar apoio neste momento:

“era só eu, meu irmão e meu pai”.

“meu irmão era um pai pra mim. E depois eu perdi meu pai. E eu vi os dois mortos ainda”.

“meu pai morreu de pneumonia dentro de casa tentando respirar”.

“e meu irmão foi seqüestrado e morreu torturado. Tinha envolvimento, mas saiu. Aí teve um desentendimento, os caras não gostaram e veio...”.

“aí a casa que eu morava, apareceu um monte de dono e tomaram”.

“fui pra minha irmã e ela tomou esse golpe”.

“aí vai sair o Bolsa Família da minha irmã e ela vai alugar uma casa”.

E quando você vem aqui, como se sente?

“me sinto bem”.

Já conversou com a equipe sobre estas questões?

“Não, eles não sabem”.

Falo da possibilidade de acompanhamento na saúde mental e que o CREAS pode acompanhá-lo e fazer a articulação. E que o atendimento é ético e sigiloso. Expressa o desejo de voltar a estudar e mais uma vez, falo do CREAS nessa interface.

Diz que vai procurar a equipe para solicitar um apoio mais específico.

Quarta entrevista do CREAS zona oeste - Jovem L.S.

Chega para o cumprimento das MSEMA, LA e PSC aos 19 anos. O único jovem branco, de classe social mais favorecida. Cursando graduação em Universidade particular e trabalhando na empresa que herdará do pai.

“acho que é o certo cumprir a medida”.

Quando pergunto sobre o processo de cumprimento:

“resignado com o fato de ter que vir aqui...”.

Com quem pode contar:

“com meus pais”.

“a equipe aqui é bacana”.

Sonhos para o futuro:

“me formar”.

“vou sair daqui bem”.

Primeira entrevista do CREAS zona norte: Jovem G.

Sobre o cumprimento da MSEMA:

“é a segunda vez que eu cumpro. Tenho dois processos”.

“no nono ano do Fundamental”.

O que é essa medida pra você?

“melhorar a minha mente”.

“um futuro melhor”.

Você acha que a partir do acompanhamento, mudou alguma coisa em você?

“sim”.

Do que você mais gosta no CREAS?

“assim, do que faz, das pessoas”.

“gosto da tia “X”, que puxa a minha orelha” (referindo-se à advogada do CREAS).

“gosto também da oficina”.

Quando indago por que:

“Ah sei lá, porque tem mais gente”.

“dá pra conversar. Na PSC, fico mais sozinho”.

Com quem pode contar:

“com minha mãe, porque mãe é mãe e com a tia “X””.

Quando indago sobre namoros, amizades:

“terminei, graças a Deus”.

E os sonhos pro futuro:

“Só comprar mais uma casa e um carro mesmo”.

“e ser milionário”.

Pergunto como faz pra ser um milionário, ele fica refletindo, mas não tem resposta.

Pergunto como sairá do CREAS no futuro:

“esse trabalho tá me ajudando a abrir mais minha mente”.

Segunda entrevista do CREAS zona norte - Jovem M.

Cumprindo a MSEMA pela segunda vez. Veio de progressão de MSE de semiliberdade.

Sobre o processo de cumprimento da medida:

“agora quero terminar logo”.

“descobri que tenho uma filha” (a criança foi registrada pelo atual companheiro da mãe da criança, que agora descobriu que a bebê é filha do jovem). Está empenhado em solucionar esta questão. Falo que a advogada do CREAS pode orientá-lo.

Sobre o que mais gosta no CREAS:

“eu gosto de vcs. Porque vocês conversam muito com a gente. Aham, porque eu aprendo outras coisas também. Que eu não aprendo na rua”.

Sobre algo que não gosta, que poderia ser melhorado:

“nada”.

Com quem pode contar:

“com minha mãe, minha avó e meu avô”.

“e com vocês. Acho a tia “Y” maneira” (sobre a técnica de referência). E acrescenta à lista a pedagoga e a advogada.

E fala muito sobre a questão do registro da filha.

Sobre relações de amizade:

“tem amigo de verdade e amigo da onça”.

Sobre sonhos e projetos futuros:

“meu sonho é arranjar um trabalho, comprar uma casa e ajudar minha família”.

Os dois próximos jovens tiveram sua medida extinta antes da entrevista.

Terceira entrevista do CREAS zona norte - Jovem R.

Cumpriu LA no CREAS, precisava de local para assistir aulas remotas, não tinha celular, nem internet. Vinha ao CREAS todos os dias. Não sabia sequer manusear o mouse. A Gerência de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, por meio de parceria com UNICEF e uma ONG, conseguiu a doação de um aparelho celular novo para o jovem, o que facilitou a sua vida. Seguiu no programa de jovem aprendiz e hoje se encontra inserido no mercado de trabalho formal.

Do período que cumpriu a medida do que mais gostou?

“do apoio de vocês. Sempre me ajudando ali nas coisas. Me incentivando”.

“Sempre. Quando vocês saíam comigo pra ir atrás das minhas coisas. E corriam atrás junto comigo. Isso foi importante. Foi demais naquela fase da vida”.

E alguma coisa que foi mais negativa?

“pra ser sincero, nada”.

“acho que se eu não tivesse vindo, acho que mudaria totalmente esse pensamento que tenho hoje”.

“talvez eu não seguia adiante se eu não continuasse. Se não tivesse vindo pra cá. Se não tivesse vindo pra cá”.

“todos se envolveram, né. Me emprestaram computador, eu não tinha telefone”.

E com quem pode contar:

“Durante essa correria que teve, meu pai e minha mãe, eles sempre tavam do meu lado.

“e vocês, né”.

Sobre o acompanhamento do CREAS:

“se fortalecer pra ser um sujeito aí. O trabalho de vocês foi muito importante na minha vida”.

“você conversava comigo, aí eu ficava...mesmo lá de onde eu estava... ‘queria mudar de vida’”.

E os sonhos e expectativas:

“comprar um carro, uma moto”.

“tia, só quero agradecer... se você acha que o que fez pra mim foi pouco... então, pra mim foi muito. Pra mim foi muito sim”.

Quarta entrevista do CREAS zona norte - Jovem A.

Cumpriu e descumpriu duas vezes, só cumprindo no terceiro encaminhamento, após ficar hospitalizado por projétil armazenado na região da cabeça.

Sobre o cumprimento da medida:

“fiquei aqui mais de ano, pois cumpria e descumpria”.

“tava em casa crente que terminei, aí a tia “X” (advogada do CREAS) me mandou uma mensagem, que era pra comparecer no Fórum”.

“na primeira vez que tive aqui, talvez não tivesse compreendido bem”.

“pra falar a verdade, eu achei um negócio chato no início. De ter que vir aqui toda a semana. Então, quando foi passando o tempo, assim, eu vi, né, o objetivo de vocês aqui. O que vocês pretendem fazer com a gente. Dar uma base pra gente. No caso é, tipo, formar a gente. Ensinar a gente. As coisas certas”.

“Eu aprendi muita coisa aqui dentro”.

E o que não gostou:

“assim, não teve nenhuma parte que eu não gostei não. Até porque eu tava por coisas erradas que eu fiz. Foi aprendizado, entendeu? Amadureci mais”.

E do que gostou?

“Gostei de ir à PUC, duas vezes”

“veio também aqui um professor de matemática e falou com a gente sobre hip-hop”.

“um trabalho numa praça com o pessoal da saúde mental, que vieram aqui também. Falaram tudo direitão. De droga. Muito bom”.

E com quem pode contar:

“ah com a d. X (advogada do CREAS). Ela sempre pegou no meu pé”.

“Ela tava certa. O tempo que eu tava aqui podia estar resolvendo outras coisas da vida”.

“foi ela que eu mais tive vínculo mesmo”.

“E na minha casa só minha ‘esposa’ mesmo”.

“não conto com pai e com mãe. Quando eu tinha doze anos eles mandaram eu viver minha vida. Eu não preciso deles e tudo bem”.

E amigos:

“não. Só minha ‘esposa’”. Quando a gente tá no aperto, é só a gente mesmo”.

Sobre como saiu do CREAS:

“tudo que vocês fizeram influenciou, né, tia?”

“Tem umas palavras boas, assim de motivação. Pra me pegar, pra fazer. ‘Ah estuda, faz isso, faz aquilo’... a única coisa é que com criança pequena tá difícil estudar e trabalhar”.

Sobre o território onde mora:

“não me sinto tranquilo lá não. Se pudesse saía de lá”.

“ninguém mexe mais comigo, mas meu primo teve que desenrolar lá. Tranquilo, tranquilo, não me sinto não. Risco sempre tem”.

Fala de uma sequela em razão das cirurgias pelas quais foi submetido. E dou as orientações e faço articulação com Saúde (a técnica sobrepujando a pesquisadora).

Sobre seus sonhos:

“eu não tenho sonhos não... só quero estabilidade. Dar um futuro melhor pra minha família. Dar pro meu filho o que eu não tive”.

4.3.

O percurso dos profissionais: a dor e a delícia do acompanhamento multidisciplinar no CREAS

Refletir a política social e o sistema de proteção social brasileiro, correlacionando-a com a minha área de atuação prática e o objeto de estudo e pesquisa, que tem como interesse principal a política de assistência social no âmbito da proteção social especial de média complexidade, especificamente no CREAS e seus rebatimentos na conjuntura atual, tem sido de suma importância para pensar o processo de trabalho desenvolvido com os adolescentes e jovens socioeducandos.

Realizamos, com as três equipes, por meio de grupo focal, um processo reflexivo no qual se evidencia um paradoxo entre uma redução significativa dos investimentos na política pública, cujas consequências acenam para um cenário de retrocessos que comprometem diretamente a vida dos usuários e trabalhadores do SUAS. Cabe, entretanto, a reflexão sobre como esses trabalhadores têm buscado estratégias de continuidade da oferta dos serviços a essa população, que ainda de, alguma forma, contribuam com a ressignificação de seus projetos de vida. Neste sentido, ressaltamos a importância de capacitação permanente dos profissionais que atuam nesta seara.

Nos CREAS, observamos a presença de psicólogos, pedagogos, advogados e assistentes sociais e, há cerca de um ano, a presença dos tutores pelo Projeto *Passo a Passo Uma Nova Caminhada*, na prestação do atendimento direto aos jovens. Se esta condição de liberdade traz muitos desafios, por outro lado, possibilita que ele transite no território, que receba o apoio da família, e/ou do que o SINASE denomina como “grupo suporte”. E que vislumbre possibilidades outras, antes (des)conhecidas, em quaisquer campos de seu interesse. Sejam eles educação formal, preparação para o trabalho, esportes e lazer, afetividades e outros.

De acordo com o SINASE (Brasil, 2012), o requisito indispensável para quem pretende estabelecer com os adolescentes uma relação de ajuda na busca da superação de seus impasses e dificuldades. O que se refere ao perfil do profissional, principalmente no que diz respeito à qualidade e a habilidades pessoais na interrelação com esse adolescente, pautados nos princípios dos direitos humanos.

No campo específico do serviço social, ressaltamos a importância da existência de um projeto ético-político da profissão. “Os projetos coletivos se

relacionam com as diversas particularidades que envolvem os vários interesses sociais presentes numa determinada sociedade” (CRESS/RJ 7ª Região, 2004, 4. ed., p. 406).

O projeto ético-político do serviço social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Ao atuar no movimento contraditório das classes, o assistente social acaba por imprimir uma direção social às ações profissionais que favoreçam a um ou a outro projeto societário.

Nas diversas e variadas ações que efetuamos como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, pelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica” (CRESS/RJ 7ª Região, 2004, 4. ed., p. 408).

Quanto aos compromissos, o projeto ético-político do serviço social é bem claro e explícito:

Ele tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia ou gênero” (Neto, 1999, p. 104).

Todavia, somente uma disciplina não daria conta de um fenômeno tão complexo que atravessa essas vidas. Importante destacar o papel dos profissionais de Psicologia, Direito e Pedagogia no atendimento direto aos socioeducandos e as suas famílias. A equipe que acompanha deve fundamentar uma relação de confiança e de estabelecimento de vínculos e de proximidade. Quanto mais a equipe tem condições de contextualizar as situações vivenciadas, mais possibilidades interventivas surgirão. Atualmente, com a chegada dos tutores, e com recurso de um veículo, mesmo que uma vez por semana, também há uma mobilidade maior para a realização de atividades externas específicas.

Na metodologia utilizada com as equipes, por meio da realização de grupo focal, constatamos equipes comprometidas com o trabalho, ainda que sem tantas possibilidades institucionais em determinados territórios.

Ouvir os profissionais foi de uma riqueza, ao observar os detalhes de suas falas, muitas vezes até emocionadas, uma vez que não medem esforços para acompanhar os socioeducandos, e até investindo em recursos materiais (lanche

melhorado, material pedagógico impresso colorido, lembrancinhas para os responsáveis, são alguns dos muitos exemplos) com recursos próprios.

Todas as equipes demonstraram coerência, consistência e rememoraram lembranças de atendimentos, adolescentes e momentos específicos e marcantes. Além da preocupação em oferecer intervenções as mais qualificadas possíveis.

Aqui não estamos tratando somente das estratégias metodológicas que servem de orientação à execução do trabalho, mas também de acreditar que “a mudança é difícil, mas é possível”, como dizia Paulo Freire, apesar de todas as atrocidades que rondam essas vidas.

Pensando no perfil das equipes pesquisadas, somente o CREAS zona oeste executa o Serviço com equipe de referência exclusiva. O CREAS zona sul trabalha de forma georreferenciada, tendo a pedagoga recém-chegada e que resgatou uma maior identificação com o Serviço, de forma exclusiva.

No CREAS zona norte, toda a equipe está envolvida no atendimento, mas indubitavelmente, a advogada e a pedagoga, são responsáveis por toda a parte burocrática do Serviço, que não é pouca, com o apoio de um profissional administrativo. Também distribuem os casos entre a equipe, não somente de forma georreferenciada, mas também se levando em consideração as demandas específicas dos socioeducandos e de suas famílias.

No CREAS zona sul, na ocasião das nossas visitas, a advogada encontrava-se em gozo de licença médica, como já mencionado anteriormente no item 4.2 desta tese. Das três profissionais entrevistadas, duas consideraram total identificação com o Serviço e uma nem tanto, porque não conseguia observar grande impacto de ressignificação na vida dos socioeducandos. Além do CREAS se localizar bem longe da área de moradia da maioria dos adolescentes, cerca de 16 Km (dezesseis quilômetros), fato esse que realmente ouvimos, mais de uma vez, ser um elemento desestimulador para os jovens. Sobretudo para a manutenção da frequência em várias atividades. Principalmente quando o socioeducando recebe a aplicação de duas medidas, a LA e a PSC. Isso se agrava mais ainda considerando o horário escolar e as atividades em programas de aprendizagem. Apesar de ser uma área programática da cidade com a presença de muitas instituições, não há um farto leque de ofertas para alocação dos adolescentes para cumprimento de PSC.

A questão do território muito extenso é uma grande questão para a equipe, o que, segundo elas, acarreta numa falta de proximidade com a família, mais inserida no mercado formal de trabalho, e portanto, com mais dificuldade de frequentar o CREAS.

Segundo Sposati (2023), para além de entendermos o território como um lugar, uma área de abrangência sob um dado limite geográfico, para correlacioná-lo com a política social, é preciso entendê-lo como uma construção histórica. Assim, é preciso reconhecer a heterogeneidade como expressão de identidades singulares e a trajetória de sua constituição, que incide na trajetória dos que nele vivem, e é por essas, influenciado.

A equipe também acredita que o acompanhamento influencia sim positivamente na vida dos socioeducandos, sobretudo no campo das relações familiares e sociais e na preparação para o mundo do trabalho.

Semelhante às demais áreas, não há grande dificuldade de (re)inserí-los em unidade escolar, quando necessário. O grande desafio é atribuir valor à Educação. A melhoria da estrutura também aparece no desejo da equipe, como uma das condições para a melhoria do desenvolvimento do trabalho, de uma maneira geral. Ademais, ouvimos também que para atender neste tipo de Serviço, é preciso se reconstruir como pessoa e como profissional.

Em nossos contatos com o CREAS zona oeste, a principal questão referiu-se à interdição do espaço do CREAS e a morosidade do poder público em solucionar o problema. Dos três CREAS pesquisados, esse foi o com maior quantitativo de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, organizada a metodologia com equipe exclusiva sem a presença de assistente social. Equipe composta pela pedagoga, pela psicóloga e pelo tutor. Segundo a equipe, nem sempre foi assim, mas optaram por este modelo metodológico. Assim como no CREAS zona norte, os adolescentes se apresentam às quartas-feiras, sendo acolhidos por esta equipe de referência. Nem sempre se apresentam na data certa, mas ainda assim são acolhidos.

Neste primeiro momento, são explicadas as MSEMAs e como se dará o processo de acompanhamento, coletados dados de identificação e pactuada a sequência dos atendimentos, individuais e/ou coletivos. Faz-se um “kit” para o socioeducando, que contém seu passaporte, que é uma caderneta de atividades e agendamentos, folders informativos sobre as MSEMA, quando é possível há auxílio para o transporte, antes “Riocard”, agora sendo substituído pelo cartão “Já é” e preenche-se todas os instrumentos iniciais.

Atualmente, todas as equipes utilizam como ferramenta de comunicação rápida, a criação de grupos de whatsapp com os socioeducandos e familiares, com a participação das equipes.

Sobre a identificação da equipe com a temática, todos foram unânimes em relatar que nunca haviam vislumbrado trabalhar na Socioeducação. Pois

acreditavam que não seriam respeitadas, sobretudo as profissionais do gênero feminino, todavia acabaram se identificando e gostando muito do tipo de trabalho e do Serviço.

Uma profissional chega a relatar que ficou ansiosa para ser da equipe exclusiva. Que embora não seja um trabalho fácil, gostou muito de trabalhar com os jovens. O trabalho torna-se gratificante para a equipe quando conseguem perceber que a atuação técnica tem um efeito, que estão na Socioeducação com um objetivo. Chegam a dizer que é semelhante a “mães orgulhosas”.

A outra profissional relata que não sente incômodo algum em ser chamada de “tia” pelos adolescentes, que inclusive essa aproximação auxilia no estabelecimento de vínculo. Que conversam muito, que não há episódios de desrespeito com a equipe. Que tentam empreender a autoridade com afeto.

Quando indago a que elas atribuem esse respeito por parte dos adolescentes, relatam que a proximidade, o conhecimento de um determinado linguajar mais próximo e acolhedor, o fato dos socioeducandos entenderem que, embora haja um processo de responsabilização na medida, o papel da política de assistência social não é julgar, mas assistir. Então, as famílias conseguem enxergá-las como alguém que podem entrar em contato.

O simples fato de apertarem a mão, desse pequeno contato físico, já faz toda a diferença. Ele causa um impacto, principalmente para os adolescentes que vêm de progressão de medida, normalmente habituados a andar de cabeça baixa e mão para trás, reproduzindo essa atitude no meio aberto. Sempre falam para olharem nos olhos da equipe, para relaxarem os braços.

Segundo a equipe, o mais importante neste trabalho é a construção do vínculo. Seja com qualquer membro da equipe. Relembra um adolescente que só gostava de ser atendido pelo tutor. E conseguiu problematizar muitas questões nesses atendimentos, que foram tratadas pela equipe.

Também há o caso de um adolescente que procurou a equipe somente para avisar que trocou de número de telefone e na verdade passou a tarde inteira conversando com a equipe, relatando que se sentia bem ali. Que o espaço, ainda que cedido, é um lugar de segurança, de afeto. Ainda acrescentam que, por isso, a Socioeducação está na política de assistência social, porque é proteção social.

Quando indago se este Serviço produz sentido para eles enquanto profissionais, todos afirmam que sim, e relatam dois casos, uma ida ao Planetário, em que um adolescente disse a eles, que se não fosse a equipe, jamais teria ido ali. E outro, numa peça de teatro que sentaram bem na frente e ficaram muito impactados de ver tão de perto. E vieram na van, falando da peça, tiraram fotos

com os artistas e prestaram muita atenção. Neste momento, a equipe se emocionou. A equipe acredita que há uma contribuição grande com a ampliação de mundo desses jovens.

No que se refere ao CREAS, como articulador do território, relatam que não é possível trabalhar sem rede. Assim, procuram se articular com as demais políticas sociais setoriais, para além da Saúde e Educação, como as Naves do Conhecimento e estavam com ideias para o campo do esporte, mas foram atravessados pela interdição do espaço, o que prejudicou o desenvolvimento da proposta. Acreditam que se não fosse o CREAS, o grande articulador do território, talvez as outras políticas não estivessem “enxergando esses meninos”.

Quanto à rede parceira para cumprimento de PSC, tem bastante instituição, mas um tanto apertados de vagas, em virtude da demanda apresentada. Principalmente porque a imensa maioria dos adolescentes recebe as duas medidas combinadas: LA e PSC.

Com relação ao território, também entendem que é um território denso e grande para a presença de apenas um equipamento CREAS. O fato do CREAS estar desalojado e dividida a equipe também se configurou num grande problema para alguns dos adolescentes e jovens acompanhados. Além do ônus de ter de fazer uso de mais de um transporte coletivo, surgiu também a impossibilidade de circulação em determinados espaços em virtude do local de moradia. A família não consegue arcar. Mesmo com o apoio de transporte, viabilizado pela Gerência de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, não é um trato fácil. Houve situação, por exemplo, do adolescente emprestar o recurso para a genitora.

Sobre o que mais gostam no trabalho do CREAS, relatam que o momento da extinção, quando realmente percebem que o socioeducando significou seu projeto de vida. Ou quando realmente aderem aos programas de jovem aprendiz, sendo absorvidos pelo mundo do trabalho.

Já a frustração é quando ocorre o descumprimento. Principalmente daquele socioeducando que não dava sinais de que iria cumprir. Também relatam a dificuldade dos recursos materiais. Especificamente quando falta lanche, pois os adolescentes sempre perguntam, principalmente nos momentos das atividades externas. E é comum a longa distância da zona oeste aos acessos de bens culturais da cidade do Rio de Janeiro.

A equipe volta a falar do espaço interditado, que é um espaço muito bom para atividades coletivas, caso pudesse ser consertado e que muitas atividades interessantes poderiam ser desenvolvidas lá. Acrescentam que ideias a equipe tem muitas, mas os recursos deixam a desejar.

Entretanto, o que mais as motiva

“é ver que o trabalho é real. Que existe de fato. Apesar de tudo, quando a gente tem profissionais engajados, que entendem sua função social, que eu não tô aqui só atendendo e tchau. Que eu tenho que me responsabilizar pelo que eu vou falar. Que o que eu vou falar, vai afetar a vida deles... ah a gente ouve: ‘ah, mas alguns não querem nada. Ah, mas eles são muito diferentes. Ah pelo amor de Deus, são garotos que roubam ali na esquina’... singularidade. Eles são muito diferentes? Alguns não têm apoio familiar, não têm recursos, não têm suporte, outros até têm, outros trabalham e estudam, a gente tem que ter visões diferentes para cada um. O máximo de um não é o máximo de outro. A gente passa a ter uma outra visão. Realmente deu certo, motiva a fazer um bom relatório, um bom acompanhamento. Porque é um trabalho real. As oportunidades que o CREAS proporciona... os lugares...”

Sobre o CREAS zona norte esse era o local de maior preocupação quanto à realização do grupo focal, por ser este também o nosso equipamento de lotação e atuação como gestora. Entretanto, como já mencionamos anteriormente, no item 4.1 deste estudo, as interações transcorreram melhor do que imaginávamos.

Quanto à metodologia de acompanhamento, também se constitui por equipe georreferenciada, todavia com estudos de caso rápidos levando-se em consideração as demandas iniciais do socioeducando para a escolha da técnica de referência.

Os adolescentes também se apresentam no CREAS às quartas-feiras, sendo acolhidos pela profissional do Direito e não raro em conjunto com a profissional de Pedagogia, que é a única exclusiva do Serviço juntamente com o tutor do Projeto *Passo a Passo*. Neste momento são feitas todas as orientações iniciais, inclusive sobre a natureza jurídica da MSEMA.

A equipe relata a preocupação com casos de descumprimento, e alguns desses, recebendo notícias de extinção da medida, parecendo-lhes que *“foram premiados pelo descumprimento”*.

Sobre a identificação da equipe com o Serviço, todos os profissionais relatam que se identificam. Embora uma profissional tenha relatado que sentia um pouco de dificuldade no início. E a equipe é composta dos profissionais de serviço social, psicologia, direito e pedagogia. Além do tutor.

A equipe relembra alguns casos cujo processo de acompanhamento iniciou de forma muito difícil, demandou tempo, descumprimentos, comunicação muito violenta da parte dos adolescentes, reencaminhamentos. E culminaram, no final, com um processo de liderança, no qual a jovem foi representar a região na cidade de São Paulo, pelo projeto do UNICEF.

Relatam que este território é atravessado por muita violência. Violência urbana, mas também estrutural. E essa violência perpassa também os processos de comunicação entre os adolescentes.

A equipe também rememorou uma situação que o adolescente verbalizou, após ser levado em grupo ao Maracanã, para assistir ao jogo do seu time do coração (Flamengo), pela primeira vez: *“eu só confio em vocês e na minha mãe”*.

A equipe relata: *“a gente tem que se despir, para estar com eles”*.

“Muitos deles falam que somos porto seguro”.

“É um olhar diferenciado, amoroso pra eles. Autoridade com afeto”.

Outro objeto de preocupação da equipe é o trabalho voltado aos responsáveis, que possa, além de ampliar acessos, proporcionar reflexão e acolhimento.

Também foram expostos sentimentos contraditórios por parte de uma profissional, que ao mesmo tempo em que se implica com o Serviço, tem a coragem de relatar que já houve ocasiões de sentir raiva, quando percebe que o caso apresenta muitas recidivas. Alega que não é tarefa fácil romper com ciclos perpetuados por gerações, em que as histórias familiares de grande vulnerabilidade têm sido comumente reproduzidas.

Quando indago sobre a percepção da equipe sobre se o trabalho realizado, se o saber profissional de cada uma contribui com a ampliação de acessos, se altera a realidade, todas são unânimes em responder que a ampliação de acessos sim, já a alteração da realidade é mais difícil. *“Alterar a realidade é mais complexo. A gente tenta dar um marco de acesso a outras coisas. Mas alterar a realidade, a gente não tem esse momento”*.

A equipe também acredita que quando a família é mais presente, faz toda a diferença no processo de acompanhamento. *“Mas presente e consciente. Saber dizer não.”*

Para além da ampliação de mundo que acreditam possibilitarem aos adolescentes, indago sobre a ampliação de mundo para a própria equipe:

“Às vezes eu acho que conosco é até mais, né! Em algumas situações parece que é mais emocionante pra nós do que pra eles”.

“Quando eu cheguei pra trabalhar aqui, minha cabeça deu um nó. É uma realidade que você não está próximo, de saber da vida das pessoas. Você acha que é uma coisa pela TV. Quando você chega assim perto... de culturas, de afetos, é bem diferente”.

E continua: *“agora, quando alguém vem falar comigo que as pessoas que trabalham com adolescentes não acreditam na mudança, eu respondo: nós nos*

dedicamos e muito. Trabalhamos com amor. Nos dedicamos a acreditar. E mostro o dia a dia”.

Todos relatam a importância do estabelecimento de vínculo e da necessidade de proximidade com esses adolescentes e jovens. E ainda que o CREAS é o grande articulador do território. Não fosse a atuação do CREAS os adolescentes seriam ainda mais invisíveis para as outras políticas.

Sobre o território, é um território com poucas instituições não governamentais e, mesmo com as governamentais, houve muita tentativa frustrada de ampliação de locais para cumprimento da PSC. O que acarreta em uma sobrecarga nos equipamentos da política de assistência social. Também acrescentam que é um território pobre de equipamentos culturais, de lazer e para a prática esportiva. Não tem shopping, não tem cinema, não tem dispositivos de saúde mental. Um território com IDH baixo, desprovido de tudo. *“Parece que essa parte aqui não pertence à cidade do Rio de Janeiro”.*

E indago se essas características influenciam no cumprimento da medida:

“Sim, área de muitos conflitos, passa na tv sempre”.

“Essa violência vai repercutir na saúde mental desses meninos, dessa família”.

Sobre o que mais gostam do trabalho no CREAS:

“Da equipe”.

“De ter esses momentos de reflexão com os adolescentes”.

“Me dá uma sensação muito boa de poder ver um adolescente se transformar, ter acesso à escola, mudar. Essa é a parte mais legal”.

“Descaracterizar essa vida que eles têm. De roubar. Mostrar que tem outras possibilidades. Que têm como crescer como seres humanos”.

“E quando a gente tem esses momentos de contarem coisas pra nós que não falam nem pra mãe...dar esse apoio”.

“Poder acolher. E às famílias também. As famílias sofrem”.

“Outra experiência boa aqui é a nossa cerimônia de extinção. Ver que o jovem ressignificou seu projeto de vida”.

Uma técnica fala de forma bastante emocionada:

“Porque a gente aprende com eles, né! De onde a gente acha que não vai vir nada. A gente acaba ajudando mais a gente do que a eles. É muito notório. Às vezes é algo que você precisava ouvir, porque é você ali também, né! E aí você se dá conta de que é você. E é maravilhoso. A gente não entra numa relação sem trocar. Afeto vem de afetar. Apesar de todo o distanciamento necessário ao atendimento”.

Sobre o que menos gostam, surge a questão da falta de segurança, essa é uma preocupação, pois este CREAS já sofreu furtos e depredação do patrimônio, após uma invasão. E ainda a falta de segurança para transitar no território, que tem estado cada vez mais difícil. Também aparece a questão da falta dos recursos materiais adequados à execução do trabalho e a preocupação com a saúde mental do trabalhador. Questões importantes neste território, muito em função da condição reiterada de violência.

Acrescentam os avanços com o Projeto *Passo a Passo* com o incremento de veículo e do tutor, mas ainda consideram que a questão do lanche precisa ser melhorada.

Refletindo sobre a fala dos adolescentes e das equipes passamos ao próximo item, sem a pretensão de respostas prontas.

4.4. É possível ressignificar projetos de vida?

Por tudo que vivenciamos, tanto com os adolescentes e jovens, quanto com as equipes dos três CREAS, poderíamos responder positivamente a esta pergunta. Sem sombra de dúvidas que sim. Mas não é tão simples assim.

Pensar a política de assistência social no âmbito da proteção social especial de média complexidade, especificamente no CREAS, priorizando dentre os serviços ofertados o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC, acompanhadas pelas equipes dos CREAS e seus rebatimentos na conjuntura atual, não é tarefa simples.

Temos vivido um paradoxo entre uma redução significativa dos investimentos na política pública, cujas consequências acenam para um cenário de retrocessos que comprometem diretamente a vida desses adolescentes e jovens e suas famílias, bem como dos próprios trabalhadores do SUAS; entretanto, como esses trabalhadores têm buscado estratégias de continuidade da oferta dos serviços a essa população, que ainda de alguma forma contribuam com a ressignificação de seus projetos de vida, o que por si só já se configura uma forma de resistência coletiva tanto para os usuários, quanto para os trabalhadores.

É bem verdade que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, tivemos a promulgação e a implantação de normativas importantes e essenciais, como a LOAS (1993), a PNAS (2004) e o SUAS (2005) e do próprio SINASE

(Brasil, 2012), todos conquistados com a luta das forças democráticas brasileiras, posto que nenhum direito humano é conquistado sem luta.

Contudo, mesmo com esses avanços, continuamos atravessados por práticas cujos pressupostos liberais e neoconservadores, priorizam uma lógica de mais controle do mercado, realizando os serviços sociais. Isso por meio de organizações públicas não estatais, indicando a mercantilização dos serviços e não a sua defesa para o exercício da cidadania.

Ao CREAS cabe a tarefa institucional de proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais, de modo que ampliem a sua capacidade para enfrentar, com autonomia, os revezes da vida pessoal e social. Além de monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; e desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais.

Este campo de proteção na assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento determina seu padrão de atenção (Brasil, 2005b). Todavia, há um longo caminho a percorrer entre o que preconizam as leis e normativas e a sua efetivação prática.

Na fala dos adolescentes e jovens, constatamos o quanto o processo de acompanhamento realizado pelas equipes dos CREAS tem sido de fundamental importância em suas vidas. A maioria acredita que sairá do cumprimento da MSEMA, com mais paciência, mais consciência de seus atos, que serão menos intempestivos, que sairão com conhecimento agregado e um capital cultural maior. Que o acompanhamento também influenciou positivamente nas relações familiares e sociais de uma maneira geral. Também sem o apoio das equipes não teriam acessado à cidade, iniciando um processo, mesmo que ainda tímido, de se sentir pertencente a algo maior.

Também foram recuperados acessos básicos importantes como à documentação civil, retorno à escola, preparação para o mundo do trabalho e um acesso à saúde, ainda incipiente. Embora exista uma política pública instituída pela Portaria nº 1.082/2014 do Ministério da Saúde (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com Lei – PNAISARI) para garantia do acesso à saúde integral desse público específico.

A maioria deles ainda compõe o perfil já conhecido em demais pesquisas, com predominância do gênero masculino, negros e oriundos de comunidades. Eles ainda têm questões quanto a autoafirmação, no critério de raça, sendo a maioria de pretos e pardos, e dos 13 ouvidos, 11 moradores de comunidades, e

com componentes associados à pobreza. Não raros com vivências familiares bem difíceis, de muito sofrimento.

São dados concretos, são vidas vividas tão jovens, para tanta vivência de violações de direitos. Essas vozes nos colocam frente à frente com questões graves que nos indicam a necessidade de reflexão quanto a que tipo de Estado e sociedade que nós temos, que tipo nós queremos e quais estamos dispostos a construir.

Há uma desesperança existencial espalhada pela sociedade, que impõe a urgência destas reflexões, sobretudo no que se refere a formas de resistência e estratégias no que se refere à execução das políticas públicas no enfrentamento a estas questões. Vivemos recentemente um período de avanço da política conservadora e inúmeros retrocessos no campo dos direitos humanos tão duramente conquistados e que acreditávamos já estarem consolidados.

Seguindo a linha de raciocínio de Angela Neves (2020), a cultura política é conservadora e utiliza a lógica do favor, do clientelismo, autoritarismo, populismo, patriarcalismo. Estamos numa democracia, entretanto, com a execução de práticas autoritárias e um incentivo ao desmonte da participação e das políticas públicas, sobretudo àquelas que têm potencial para emancipação dos sujeitos atendidos. De acordo com Neves (2020), o campo democrático é um campo de intensas disputas, inclusive a própria participação popular torna-se disputa de projeto político.

Neste sentido, vemos o compromisso dos trabalhadores do SUAS, quando defendem frentes como o orçamento participativo, a cidadania ativa, o direito dos usuários a ter direitos e quando se engajam em tantas outras frentes de lutas, mesmo aquelas do dia a dia, invisíveis aos olhos da sociedade, mas significativas para os usuários, constituídas no atendimento diário, no acesso aos direitos sociais, na garantia dos mínimos sociais, nas rodas de conversa e grupos reflexivos, estarão sim, construindo as bases dos movimentos coletivos e sociais.

Ainda segundo Neves (2020), a participação não é tão simples. Tem a ver com cultura, com a luta contra grupos hegemônicos. E beber na fonte desta contradição/participação traz processo pedagógico. E esse é o principal objetivo do estudo que venho tentando empreender: de que forma estamos resistindo ao processo histórico que estamos vivendo? Como resistir? Como ressignificar projetos de vida?

Não tenho dúvidas de que a nossa atuação, sobretudo no campo da socioeducação com os adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, deve estar conectada a uma pedagogia crítica, que de fato promova uma reflexão

que seja transversal. E que discuta não só classe social, mas gênero, raça e etnia, cultura e reconhecimento cultural, embasada numa metodologia com perspectiva crítica-histórico-dialética, oriunda de movimentos sociais.

De acordo com Gramsci (2020, p. 31), “viver quer dizer tomar partido... a indiferença é o peso morto da história... e opera com força na história”. E acrescenta: “quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes”. Então sim. Respondo sim. Se ainda não conseguimos abalar as estruturas de um sistema inteiro excludente e desigual, não podemos não fazer nada, parafraseando Gramsci. Podemos começar pelas bases.

Tratar das bases é ouvir os sujeitos usuários das nossas políticas. É entender como eles vivem, como pensam, é ter a coragem de ouvir críticas e sugestões. É compreender os atravessamentos e o movimento de cada território. É entender a totalidade, sem perder de vista a singularidade de cada caso acompanhado. Como nos ensinou Sposati, ter um prédio não significa ter um serviço. Tampouco efetivar direitos de cidadania. “Estes só ocorrem, quando da instalação da dinâmica de atenção, da relação entre os agentes que operam o serviço e a população sua usuária” (Sposati, 2013, p. 6).

E tratar das bases, no trabalho do dia a dia, não significa faltar com a amorosidade. E trabalhar com amorosidade não significa falta de alteridade, tampouco de autoridade. Analisar a vivência dos adolescentes e jovens, e das equipes, embora numa mesma cidade, mas em três territórios tão diferentes, implica num esforço de apreender as relações sociais que ali se configuram, no seu contexto espaço temporal e sócio-histórico. E que a identidade de cada um é resultante de um processo relacional, no qual a própria identificação da individualidade decorre da conexão com os outros e é, pelas conexões, que ocorre o reconhecimento da particularidade da identidade (Sposati, 2013).

Para as políticas sociais, o território, para além de um espaço geográfico, é o chão histórico marcado por múltiplas relações, que materializa a identidade de uma dada política social, no cotidiano relacional da vida das pessoas.

No trabalho social com os adolescentes e suas famílias, podemos capturar algumas das reflexões propostas pelo educador Antonio Carlos Gomes da Costa (1991), uma vez que, para ele, qualquer tipo de educação é, por natureza, eminentemente social. O conceito de “socioeducação” ou “educação social”, no entanto, destaca e privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica em uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo. Deve-se compreender que

educação social é educar para o coletivo, no coletivo, com o coletivo. É uma tarefa que pressupõe um projeto social compartilhado, em que vários atores e instituições concorrem para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social de cada indivíduo.

Ainda segundo Gomes da Costa (1991), com a vinculação entre educador e educando, a indiferença deixa de existir e as pessoas vinculadas passam a pensar, a falar, a referir, a lembrar, a identificar, a refletir, a interessar, a complementar, a se irritar, a discordar, a admirar, e a sonhar um com o outro ou com o grupo. O autor propõe uma metodologia que denomina “Pedagogia da Presença”, desde que haja vontade sincera de ajuda e disposição interior para tanto, e que deve ser desenvolvida por parte do educador e entendida como o instrumental metodológico básico da socioeducação.

A diferença que essa presença da equipe dos CREAS faz na vida dos socioeducandos fica muito clara em suas falas. Tanto para os adolescentes e jovens, como para as próprias equipes, que também se ressignificam a si próprias a todo momento. Pois segundo Paulo Freire (2016, p. 105), a vida é constante movimento, posto que o amanhã não está dado.

Tanto é verdade que apreendemos, em algumas vozes dos adolescentes do CREAS zona sul, um cansaço maior, talvez pela distância percorrida até o CREAS, ou pelo acúmulo de atividades, pela predominância das duas medidas aplicadas combinadamente, LA e PSC, além de um menor grau de maturidade talvez por serem mais jovens. E ainda de transitarem num território com muito mais recursos, de uma maneira geral. Muito embora todos os adolescentes demonstrem entendimento do caráter de responsabilização da MSEMA.

Diferentes dos jovens dos outros dois CREAS, que tiveram uma resignação maior com o cumprimento da MSEMA. Que é melhor estar no meio aberto do que no meio fechado e que o acompanhamento realizado pelas equipes, sobretudo pela grande proximidade, não só com o território, mas com as famílias e com os próprios adolescentes e jovens, produziu efeitos significativos na vida destes e também das próprias equipes. Alguns também tiveram um tempo de cumprimento mais prolongado com algumas idas e vindas, o que acarretou num processo de maior amadurecimento e de melhor vinculação com as equipes, além de uma faixa etária mais avançada.

Embora todos os socioeducandos cheguem aos CREAS por meio de determinação judicial, que prevê, pela atuação das equipes, a realização de diversos procedimentos técnicos e administrativos, com cumprimento de prazos - como por exemplo, a relação com os órgãos de defesa de direitos, o acesso aos

serviços públicos, a interlocução com o SGD, a atenção às dimensões pedagógicas e de responsabilização desses socioeducandos e a elaboração do PIA - as equipes vêm apresentando a sensibilidade necessária para considerar as experiências anteriores dos adolescentes e jovens. Pois parcela significativa deles possui diferentes experiências de vida, que nem sempre são positivas, algumas atravessadas por ciclos de violência, seja no seio da própria família, ou como aquelas vividas nas ruas, em instituições de acolhimento ou até em cumprimento de outras medidas socioeducativas, em especial a de internação.

Segundo Nancy Fraser (2002), quando tratamos de justiça social, observamos que esta ainda não se dá plenamente. Uma vez que é negado a alguns membros da sociedade o estatuto de parceiros plenos. O que ocorre com nossos adolescentes e jovens, não raro, no simples deslocamento de seus locais de moradia para vir ao acompanhamento no CREAS são abordados pela polícia por serem pretos, pobres e periféricos.

Essas vivências perversas precisam ser problematizadas, reconhecidas e ressignificadas. Para que sejam transformadas em luta. Por uma vida melhor. Não para alguns. Mas para todos.

Foi neste contexto que ouvimos falas tão emocionadas das equipes e potentes dos adolescentes, que entendem perfeitamente o caráter sancionatório e de responsabilização das MSEMAs, mas também compreendem que o CREAS é lugar de segurança e proteção.

Nossa atuação tem se direcionado na construção de novas possibilidades de acesso a direitos para esses adolescentes e suas famílias, bem como despertar um processo reflexivo que os leve a formular suas próprias opiniões e ideias do mundo em que vivem e qual mundo querem construir. Uma reflexão ativa que os leve de fato ao processo de ressignificação de seus projetos de vida, mas também de emancipação enquanto sujeitos da sua própria história.

Ainda segundo Fraser (2002), é preciso desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a fomentam. Precisamos ter essa meta como princípio, como fundamento filosófico, o que não é tarefa fácil, uma vez que estamos imersos numa arena de disputa de projetos societários. A própria coletividade é ambivalente.

Como trabalhadores do SUAS/CREAS, precisamos desenvolver esse olhar sobre os grupos na sua complexidade, inclusive partindo de sua política identitária que os promova. Segundo Angela Davis (2016, p. 15), precisamos manter “as chamas da esperança acesas nos dias frios e arrepiantes da hegemonia neoliberal”.

De modo direto e conciso, ela personifica e representa a “interseccionalidade” – uma resposta estrutural política e intelectual à dinâmica de violência, supremacia branca, patriarcado, poder do Estado, mercados capitalistas e políticas imperiais (Davis, 2016).

Davis renova a nossa esperança, esperança do “verbo esperar” do Professor Paulo Freire, patrono da Educação brasileira, tão demonizado pelos governos conservadores, quando diz que:

É *tentar*. Tentar e tentar mais uma vez. Nunca desistir. Isso é uma vitória em si. Tudo e todos nos dizem que ‘lá fora’ você não terá êxito, que é tarde demais, que vivemos em uma época em que uma revolução não pode mais acontecer. Mudanças radicais são coisas do passado. Você pode ser um *outsider*, mas não pode estar fora do sistema, e você pode ter crenças políticas, até mesmo radicais, mas elas precisam ficar nos limites do que é permitido, dentro daquela bolha delimitada pelas elites (Davis, 2016, p.16).

Angela Davis (2016) reflete sobre a compreensão de que as prisões são parte de um complexo industrial enraizado na escravidão e no capitalismo e está na popularização do movimento de abolicionismo prisional. Diante disso, é fundamental resistir à representação da história como o trabalho de indivíduos heroicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade de luta sempre em expansão (Davis, 2016).

Então, é preciso reivindicar direitos legais no interior da sociedade vigente, mas também exigir direitos concretos – emprego, moradia, saúde, educação etc. – e desafiar a própria estrutura da sociedade. Pois o que nos tem feito falta são movimentos de massa bem organizados (Davis, 2016).

Ainda segundo Davis, o complexo industrial-prisional é o equivalente à “escravidão moderna”, pois está em contínua expansão, com lucratividade em crescimento. O complexo passou a incluir não apenas prisões públicas e privadas (e as prisões públicas, que são mais privatizadas do que se pode imaginar, estão cada vez mais sujeitas às exigências do lucro), mas também espaços para jovens em conflito com a lei, prisões militares e centros de detenção para averiguação.

Davis (2016) defende que uma sociedade livre de prisões ou presídios é uma sociedade transformada, na qual a força motriz seja constituída pelas necessidades do povo, não pelo lucro. Além disso, o aprisionamento é cada vez mais usado como uma estratégia para desviar dos problemas sociais subjacentes, como racismo, pobreza, desemprego, ausência de educação e assim por diante. Esses temas nunca são abordados com seriedade. É apenas uma questão de tempo até que as pessoas comecem a perceber que a prisão é uma solução enganosa.

Ainda segundo a autora, movimentos progressistas e de maneira articulada com reivindicações por educação de qualidade, estratégias antirracistas de contratação, sistema de saúde gratuito. Isso pode ajudar a promover uma crítica ao capitalismo e a movimentos em direção ao socialismo. Visto que a defesa da transformação revolucionária não diz respeito primeiro à violência, mas a questões concretas, como melhores condições de vida para a população pobre e para as minorias étnicas (Davis, 2016).

Segundo Davis (2016), as lutas amadurecem e produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na busca pela liberdade.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (2010), as teorias institucionalistas dos movimentos sociais, especialmente as teorias da mobilização de recursos e dos processos políticos, contribuíram para a análise de oportunidades e de formas de participação de atores coletivos na esfera pública formal. Tais teorias auxiliaram no entendimento do cotidiano do fazer político institucionalizado, a partir da relação entre sociedade e Estado, em que se encontra em jogo a relação entre investimentos (recursos humanos, simbólicos e materiais) e ganhos (políticos, materiais e no plano dos direitos), compreendidos em uma multiplicidade de enfoques.

Buscando a contribuição de outros autores, ela introduz Frantz Fanon e Enrique Dussel, que vão trazer à baila o lugar do sujeito colonizado e, especialmente, possibilitaram a elaboração de uma nova leitura do processo histórico da colonização, a partir desse lugar.

A autora relata que Fanon aborda os processos de subjetivação, construídos pelo colonialismo e introjetados pelo colonizado em relação ao corpo do dominado, à desvalorização devido à cor das peles negras e indígenas escravizadas. O autor prevê que a libertação dessas mentes só se dará mediante os processos de desconstrução dessas formações discursivas e da construção de novas subjetividades dos sujeitos historicamente oprimidos e discriminados (Scherer-Warren, 2010)

Embasada nas contribuições de Dussel, Scherer-Warren propõe seus questionamentos em torno dos seguintes pontos: o posicionamento do intelectual em relação aos sujeitos de seus estudos; a relação entre experiência, representação e reconhecimento; a construção de plataforma de direitos humanos que comportem necessidades dos sujeitos subalternos e a construção de formações discursivas, por meio de práticas articulatórias em rede que contemplem a historicidade dos sujeitos subalternos.

A proposta de posicionamento do intelectual em relação aos sujeitos de seus estudos converge para a atuação do trabalhador do CREAS para com os adolescentes acompanhados. Ainda segundo a mesma autora, na filosofia da libertação de Dussel, um dos elementos fundamentais de sua construção é a aproximação com o Outro, em seu espaço e tempo, na experiência cotidiana e na história. O Outro refere-se aos empobrecidos, aos oprimidos, aos discriminados e aos marginalizados pelas práticas e pelos mitos da modernidade.

Scherer-Warren relata que para Fanon, a história da colonização tem que ser reescrita e reinterpretada, mas, acima de tudo, é necessário descolonizar as mentes para “que cesse para sempre a servidão de homem para homem. Quer dizer, de mim para outro” (Scherer-Warren, 2010, p. 21). Segundo Fanon e Dussel, há uma ética de posicionamento e de comprometimento com a cultura e com o conhecimento que influencia os caminhos da história. Dussel possui uma das mais extensas obras sobre os processos de subjetivação dos pobres e busca construir uma pedagogia do oprimido.

O intelectual deve fazer uma análise crítica sobre o lugar de sua fala. Pensando nos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, concordo que há uma memória oficial hegemônica e uma memória coletiva daqueles que estão situados abaixo na pirâmide social, uma memória a partir dos centros de poder e uma memória a partir dos oprimidos, uma memória intelectual hegemônica e uma memória de saberes historicamente subalternos. Daí a decisão de ouvir os adolescentes e não só os trabalhadores, uma vez que a política pública deve ser construída com eles e não mais somente para eles.

Segundo Scherer-Warren (2010), ao reequilibrar as políticas de redistribuição e reconhecimento, como construir uma plataforma de direitos humanos que respeite ou consolide os direitos originários das populações subalternas e que inclua medidas reparadoras de suas condições históricas de sujeitos discriminados. Isso sem que se utilize de políticas meramente assistencialistas ou clientelistas, mas recupere a história, a cultura, as vozes, os desejos e os projetos de vida desses sujeitos. Diante disso, a autora propõe a seguinte reflexão: “é possível combater essas múltiplas formas de exclusão social e pensar a universalidade dos direitos humanos?” (Scherer-Warren, 2010, p. 23).

Segundo Scherer-Warren (2010), será positiva (universalidade dos direitos humanos), se for pensada a partir de um universalismo que contemple as diferenças, vinculado a uma plataforma de direitos humanos em constante construção, que incorpore valores e demandas das comunidades diaspóricas. A partir de dinâmicas e atuais configurações, cotidianas e receptivas a discursos

emancipatórios que comportam discursos, retóricas, mas igualmente leis, pactos e convenções internacionais e políticas sociais, tornando-se uma experiência cada vez mais cotidiana.

A cidadania deve ser inclusiva e deve ser construída por uma rede de significados. Para tanto, os intelectuais e as lideranças políticas precisam apoiar e acompanhar iniciativas de políticas sociais, como por exemplo, as ações afirmativas, reparadoras de séculos de exclusão social. Historicamente, negros, indígenas e seus descendentes não tiveram nem terra, nem possibilidade concreta de trabalho livre e, menos ainda, reconhecimento social e político, com implicações na autoestima (Scherer-Warren, 2010).

Contudo, para que o trabalho intelectual contribua para um processo emancipatório inclusivo dos sujeitos subalternos de nossa América, não só terá que considerá-los como cidadãos de direito, mas contemplar em suas reflexões as experiências e saberes desses povos, bem como as novas formações discursivas que são elaboradas em suas práticas políticas em rede (Scherer-Warren, 2010).

A articulação em rede é uma das premissas importantes do trabalho por nós desenvolvido e está prevista na Política Nacional de Assistência Social. Scherer-Warren (2010) relata que as articulações em redes têm empoderado os movimentos sociais, na medida em que aproximam e criam espaços interorganizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos). Contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes interorganizacionais diversas); com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando assim as redes de movimentos sociais. Essa construção, por meio de um diálogo crítico, deve contemplar os lugares geopolíticos das falas, dos saberes e das utopias tanto dos subalternos e de suas lideranças como do próprio intelectual da academia, de modo a situar o conhecimento e a trazer transparência às opções éticas e políticas assumidas nessa parceria.

Trata-se, enfim, de defender uma proposta de ação que contribua para que direitos universais consolidados se estendam aos amplos segmentos de subcidadãos e que *brotem* novos direitos que atendam às demandas por igualdade e por reconhecimento das diferenças, criando universalismos pluriversais e contingentes. Mas essa dinâmica exige um modo de se relacionar, que, para além da escuta recíproca, exija solidariedade e horizontalidade nos compartilhamentos. Vemos a emergência dessa dinâmica que congrega

organizações civis de base, mediadores políticos oriundos de organizações articuladoras, movimentos sociais populares propriamente ditos e a participação e contribuição de outras lideranças políticas e intelectuais no trabalho de tradução entre os diversos saberes e ideários comuns (Scherer-Warren, 2010).

Já para Gramsci (2020), a vida fragmentada das classes subalternas era uma característica própria da situação social em que se encontravam esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão. Além disso, essa condição precisaria ser superada historicamente, pois à medida que essas classes deixam de ser subalternas e passam a disputar a hegemonia, ganham organicidade e a perspectiva da totalidade.

Gramsci traz sua visão revolucionária, diferente do que incorre no culturalismo e pós-modernismo, limitados à defesa da identidade e dos direitos particulares, questionando como se forma uma vontade coletiva, como se unificam as classes subalternas, como a cultura das classes subalternas se rompe e se transforma em vontade coletiva antagônica à das classes dominantes, rompendo-se assim com a subalternidade.

Isso demandaria uma reforma moral e intelectual, uma transformação cultural de grande envergadura histórica, que substituísse a cultura da velha classe dominante, além de materializar uma nova subjetividade, crítica e negativa da condição subalterna. Uma elaboração teórico-prática de um projeto de nova vida. O que não se configura em um projeto em abstrato, mas construído segundo a condição possível do movimento do real e que partisse do acordo das vontades associadas.

Neste mundo da interconexão, “estar ou não conectado” tende a resumir inclusão e exclusão. Dilui-se a distinção da vida privada com a vida profissional e a vigilância passa ser a base da governança.

O esforço deste estudo foi apreender se as equipes têm conseguido contribuir com a viabilidade de construção de um projeto de vida ressignificado dos adolescentes e jovens, que os conecte com as suas verdadeiras aspirações, desejos e novas possibilidades de vida, apesar de todas as adversidades, advindas da perversa lógica das mais diversas expressões da “questão social”. Refletindo com eles como quando na teoria política clássica, o espaço público era equivalente ao espaço político dos cidadãos, no qual estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação, opondo-se ao espaço privado regido pela dominação do poder.

Entretanto, com o avanço da perspectiva de um ideário conservador, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma extraordinária capacidade técnica,

estamos cada vez mais impotentes em resolver politicamente os problemas coletivos da humanidade como a desigualdade, a miséria, e a degradação do meio ambiente.

Segundo Freire (1996), o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético. Nunca um favor. O educador deve estar respeitosamente à presença do educando. Sabendo-se inconcluso, estabelece uma dialogicidade e eticidade verdadeiras. A prática do CREAS deve ser coerente com esse processo de busca e despertar da autonomia desses sujeitos.

Costa (1991) baseado no que denomina *Pedagogia da Presença* defende que nenhuma lei, nenhum método ou técnica, nenhum recurso logístico, nenhum dispositivo político-institucional pode substituir o frescor e a imediaticidade da presença solidária, aberta e construtiva do educador junto ao educando. Segundo Freire (2016) a recusa à tentação da autocomplacência nos forja como sujeitos éticos, dificilmente autoritários ou submissos ou licenciosos. Seres mais bem dispostos para a confrontação de situações limites.

Diante disso, o processo socioeducativo deve ser banhado pelo equilíbrio entre autoridade e liberdade, de maneira que a prevalência de uma ou de outra, proporcionaria a deformação subjetiva do educando. Assim, dificultando a sua atuação, enquanto agente transformador do mundo, ética e solidariamente. Ao preparar o ser humano para reconhecer e enfrentar as infundáveis mudanças e, paralelamente, os riscos, bem como para incorporar a autonomia de agir, a educação atua como estimuladora do sonho de transformação positiva do mundo e da percepção de sua viabilidade, ainda que diante dos desafios, que deverão ser encarados. O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para refazê-lo (Freire, 2016).

Constatamos que os adolescentes e suas famílias, quando encaminhados aos CREAS, mesmo que seja inicialmente para o cumprimento de uma MSEMA, conseguem acessar um rol de políticas públicas. Ainda que algumas políticas públicas se apresentem precarizadas, esse acesso não pode ser desconsiderado. Ele é um importante indício da mudança de paradigma em direção à proteção integral, que deve fundar a intervenção com adolescentes e jovens a quem se atribui autoria de ato infracional. Reflexões essas também realizadas por Rizzini et al. (2019).

Contudo, não podemos deixar de problematizar que se esses direitos sociais, previstos na legislação, tivessem sido contemplados anteriormente na vida desses sujeitos, talvez não chegassem ao CREAS pela necessidade de cumprimento de uma medida socioeducativa em meio aberto.

Outro ponto importante é o significado da atuação das equipes no atendimento aos adolescentes e seus familiares. São de fato processos subjetivos que envolvem estabelecimento de relações de confiança, de afeto, de presença, que podem fazer toda a diferença, não só no atendimento, mas na vida desses adolescentes e jovens, não só no presente, mas no futuro também. Portanto, possibilitando a ressignificação de seus projetos de vida. Inclusive, com a utilização concreta do PIA para esses acordos e pactuações.

Como limites, podemos destacar a precarização das condições de trabalho e o excesso de demandas burocráticas, que podem transformar os casos acompanhados em meros processos judicializantes. Além das diversas demandas de outros programas e serviços que causam uma grande sobrecarga nas equipes, e o número insuficiente de equipamentos CREAS, bem como a quantidade de profissionais envolvidos na execução do trabalho, o que não beneficia o adolescente atendido.

Mesmo considerando a difícil adesão de outras políticas e movimentos sociais neste tipo de acompanhamento e/ou nas lutas por esta temática, reiteramos que a efetivação dessas diretrizes depende de um movimento amplo, que exige o envolvimento de diferentes atores, arranjos sociais, consensos e articulação política. Reafirmamos aqui a importância de fomentar cada vez mais, perspectivas interdisciplinares, intersetoriais e interseccionais, na compreensão desses processos sociais e jurídicos que envolvem os adolescentes e jovens a quem se atribui autoria de ato infracional. Demanda um esforço permanente de pactuação, busca de consensos e reinvenção de práticas de intervenção dos diversos setores do Estado que atuam diretamente com as demandas sociais, e tem sido um grande desafio.

Todavia, Paulo Freire (2016) nos conclama a esperar:

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e fazemos.

Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros” (Freire, 2016, p. 77).

Paulo Freire nos indica uma esperança e uma indignação ativas e participativas, como aquela que devemos fomentar nos nossos pares, nas nossas equipes, nos nossos jovens, nos nossos usuários. E essa tem sido uma das

formas de resistência social, que acreditamos, na execução da política pública de assistência social.

Decorre daí a relevância do presente estudo como forma de evidenciar o resultado deste trabalho, suas possibilidades e seus limites, por meio do delineamento do perfil e avaliação da política pública de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de MSEMA, a partir das vozes desses adolescentes e jovens. Espera-se que esta pesquisa gere informações que subsidiem novas propostas de ação e a sistematização de estratégias de acompanhamento e provimento de proteção social no atendimento socioeducativo, na medida em que se aprofunde o conhecimento sobre o universo dos adolescentes e jovens.

De acordo com Freire (1996) nas relações político-pedagógicas com os grupos populares, não se pode desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. Pois segundo ele: “a leitura do mundo que precede sempre a leitura da palavra” (Freire, 2016, p. 94).

É urgente discutir o alcance e os limites de tais ações no que se refere à resignificação dos projetos de vida desses sujeitos.

5

Considerações Finais

Esta tese teve por objetivo analisar as possibilidades e limites de ressignificação de trajetórias de vida de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Rio de Janeiro, tendo como base a experiência profissional de três CREAS com uma revisita ao campo para aprofundar minhas reflexões. Os referenciais normativos são claros, no que diz respeito à necessidade de se prezar pela efetivação do direito de proteção integral, no entanto, temos ainda importantes passos a dar nessa direção.

Identificamos, portanto, nos CREAS, práticas de trabalho que se pautam na construção de uma relação de parceria com os adolescentes e suas famílias que são acompanhados por estes serviços. Além disso, pudemos observar também a importância conferida ao CREAS como *locus* de segurança e proteção.

Entretanto, no que se refere à intersetorialidade do trabalho e à valorização das redes construídas, ainda há que se avançar. Contudo, uma política social setorial sozinha, apesar de desempenhar um bom trabalho no que diz respeito às suas funções, ainda assim nunca será suficiente para dar conta sozinha de todas as demandas cada vez mais complexas que lhes chegam e de territórios vastíssimos. Por isso, torna-se premente tanto a ampliação dos serviços já existentes, como também proposições de novos formatos, voltados a abarcar a diversidade das formas pelas quais as mais variadas formas de expressão da questão social, somadas às situações de violações de direitos, pode incidir na vida destes adolescentes e jovens e suas famílias.

De acordo com Rodrigues (2018), assistir, criar e educar os filhos depende de condições materiais objetivas que demandam não somente trabalho e renda. É necessário todo um aporte que envolva moradia digna, saneamento básico e nutrição adequada a fim de se obter saúde para o desenvolvimento das faculdades físicas e mentais; educação de qualidade, acesso ao lazer, esporte e cultura. Por conseguinte, se a família não recebe a proteção adequada do Estado, dificilmente poderá proteger seus membros das múltiplas conformações que as diversas expressões da questão social apresentam. De modo que, muitos adolescentes, em sua maioria pobres e negros, somente se tornam “visíveis” ao Estado/sociedade quando cometem atos infracionais que resultam no cerceamento da liberdade. Na realidade, as violações de direitos fazem parte do

cotidiano das famílias pobres e podem ser observadas em todas as faixas etárias, de maneira mais ou menos intensa; mas em geral, são naturalizadas e incorporadas como parte de suas trajetórias de vida.

Todavia, não podemos desconsiderar que há avanços no atendimento aos adolescentes, que de alguma forma, também tiveram seus direitos violados. Constatamos uma espécie de cidadania reversa, uma vez que a garantia de direitos básicos desses sujeitos, tais como o acesso à documentação civil; (re)inserção nos ambientes das unidades escolares; preparação e capacitação para o mundo do trabalho; acesso aos bens culturais e de lazer da cidade, com a ampliação de capital cultural; bem como reflexão sobre as vivências cotidianas e o modo de ser e de estar no mundo, que lhes fortaleça, inclusive para a possibilidade de escolhas e posicionamentos mais assertivos e escolhas mais conscientes, com respeito à construção da própria autonomia; ou seja, direitos que deveriam ser garantidos desde a infância só serão garantidos após o cometimento do ato infracional. Ficou evidente na maioria das vozes dos sujeitos entrevistados, bem como na fala das equipes técnicas, de que estes adolescentes só são reconhecidos como sujeitos de direitos, após entrarem no sistema socioeducativo. O que nos leva a afirmar que, embora mudanças venham ocorrendo no cenário em tela, sobretudo em termos de legislações, parece-nos que mudanças efetivas só ocorrerão quando forem acompanhadas por modificações nas lógicas que sustentam as práticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, e mais ainda, quando for possível a construção real de alternativas institucionais outras, que abram espaços para transformações maiores, com um sistema menos excludente e menos desigual.

Contudo, as equipes compreendem que enquanto uma transformação societária maior, ainda está no campo das utopias, não é possível paralisar. Ao analisar o processo de acompanhamento, a partir da perspectiva não só das equipes dos CREAS, mas privilegiando as vozes dos adolescentes, observamos que esses últimos compreendem o caráter de responsabilização das medidas socioeducativas em meio aberto. Estes também identificam o CREAS como local de proteção. As equipes também privilegiam em suas falas, o caráter protetivo do processo socioeducativo, ainda que recebam inúmeras requisições pelas Vara de Infância e Juventude e Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, que comumente estão bem mais distanciadas da dura realidade enfrentada por estes adolescentes e jovens.

Entendemos o homem como agente de transformação do mundo, fonte de iniciativa, liberdade e compromisso consigo e com sua sociedade: um agente das

relações que estabelece ao longo de sua história. Tal compreensão exige que equipes, que acompanham os adolescentes e jovens, os encarem a partir de suas vinculações históricas e sociais.

Dessa forma, o que se propõe é a atuação que se afasta da ideia do indivíduo visto como “marginal”, “bandido” ou “infrator,” porém, como um indivíduo que, em razão de suas condições e relações materiais e históricas, cometeu um ato infracional. Isso possibilita que se vislumbre para todos os adolescentes e jovens, em todos os momentos de suas vidas, possibilidades de construir novas relações com o mundo a sua volta.

Não há espaço para o discurso conformista e passivo, tampouco para o discurso que desconsidera os saberes e a capacidade do socioeducando se transformar. O processo socioeducativo deve ser, portanto, um processo de construção orientado, pelo qual o homem, situado no mundo e com o mundo, concretamente, transforma a si mesmo e o que está em sua volta, tornando-se sujeito de seu próprio destino, como apontamos, com o apoio dos autores com quem dialogamos nesta tese.

A aproximação das equipes com os adolescentes e seus familiares, e o conhecimento da realidade local, possibilitada pela atuação no território, é o grande diferencial dentro da estrutura organizacional do sistema socioeducativo em meio aberto. A força engendrada desta proximidade e presença garante a construção do vínculo, tão essencial ao processo de ressignificação das trajetórias de vida desses sujeitos. Algo que fica comprovado nas falas, inclusive dos jovens que já obtiveram a extinção das medidas socioeducativas, e seguem o curso das suas vidas, de forma autônoma e mais emancipadora, com mais recursos internos, mais fortalecidos e com ampliação de seu repertório emocional para enfrentar as adversidades, que é o grande desafio do trabalho social.

Evidencia-nos também a proximidade deste Serviço com os desafios da intersectorialidade, tanto como princípio organizador das práticas; como orientador na relação com os adolescentes; como também na forma de gestão do serviço.

Apesar destes avanços, ainda nos deparamos com o legado histórico de preconceito e estigma vivenciado por esses jovens, que levará ainda algum tempo para a sua desmistificação.

Há muito para ser feito na construção de um projeto societário que se aproxime dos princípios dos direitos humanos, das diretrizes do ECA e do SINASE, de forma a assegurar aos adolescentes a atenção integral e o exercício de práticas educativas contrapondo-se à tendência institucional de fechamento e totalização na forma de atendimento.

A medida socioeducativa em meio aberto indica a possibilidade de ampliação imediata da circulação dos adolescentes, de modo que todos os aspectos de sua vida passam a ser possíveis de serem alcançados. Implica-se na ampliação das relações sociais do indivíduo, interrompendo e limitando a influência que essas relações poderiam ter na formação da identidade destes jovens.

Esta abordagem fortalece os jovens que ampliam suas relações e se reconhecem na condição de sujeitos de direito com possibilidades de ressignificação de seu projeto de vida. Ainda assim, não podemos prescindir de uma análise do modo de produção capitalista, que implica em desigualdade de condições e de oportunidades para uma parcela muito específica da população historicamente subalternizada.

O estudo realizado evidencia questões que fortalecem a concepção da necessidade de investimentos na gestão pública como uma linha de ação fundamental na consolidação de direitos de cidadania e na organização dos serviços com mais qualidade, garantindo maior eficácia nas respostas às demandas sociais. Os desafios são muitos, especialmente aqueles a serem enfrentados para sua efetividade. O que perpassa indubitavelmente por discutir o papel do Estado como aquele que ao mesmo tempo em que garante direitos, também os viola.

A experiência mostrou um conjunto de condições no desenvolvimento desta perspectiva, revelando possibilidades e limites no processo de construção desta prática.

Das condições adversas ressalta-se, principalmente, a dificuldade de ampliação de locais para cumprimento da medida de PSC em todos os territórios pesquisados. O princípio da incompletude institucional precisa ser mais debatido, e as demais políticas sociais setoriais realmente implicadas para a efetividade de suas ações.

Apesar dos marcos legais e jurídicos constitucionalmente reconhecidos no país, nas últimas décadas, serem extremamente avançados na atenção ao cidadão de forma intersetorial, na prática não se consegue operacionalizá-los. Esta situação acaba por exigir do profissional do CREAS, envolvido na realização de práticas ampliadas e participativas, um grande investimento em ações propositivas e inovadoras, em que cada passo tem que ser pensado buscando romper as barreiras na sua consolidação.

O caráter intersetorial implicado é um grande desafio, já que a lógica setorial encontra-se fortemente presente na estrutura organizacional do estado brasileiro,

seguindo ainda antigos paradigmas de administração pública. Os diversos serviços não podem mais funcionar em uma visão setorializada, refletindo uma estrutura de poder onde impera a fragmentação e a centralização, configurando um modelo de gestão de difícil articulação entre as políticas públicas. A prática de caráter intersetorial na implementação de políticas públicas requer primordialmente uma decisão política que expresse um compromisso nesta direção e que possa organizar a sua estrutura de gestão em novo desenho, de dimensão sistêmica e flexível. Uma vez que uma única política jamais dará conta da complexidade das demandas.

Neste sentido, destaca-se o envolvimento das equipes técnicas dos CREAS, sendo sensibilizada e implicada pela possibilidade de construírem uma identidade, no território, no novo paradigma socioeducativo, de proteção integral desse adolescente, que rompe com a cultura prisional. Afetados também pela conscientização de sua importância e de seu poder político na tarefa de efetivação de políticas públicas voltadas para seu foco de intervenção, tem buscado garantir o acesso dos adolescentes e jovens ao atendimento adequado às suas necessidades.

O processo de trabalho nos CREAS tem procurado promover a aproximação e a interlocução entre os diferentes atores, estimulando a troca de experiências, de conhecimentos e aumentando o diálogo. A construção de prática social participativa e intersetorial requer de forma imprescindível a formação de aliança e parceria entre aqueles que querem mudar a qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e no oferecimento dos serviços com qualidade. Também tornou-se mister privilegiar a fala dos adolescentes e jovens, para que a construção das ofertas de serviços esteja cada vez mais próxima das suas reais demandas.

Após a aprovação do SINASE, significou que se dispõe de uma base normativa comum na atenção ao adolescente em conflito com a lei, que reafirma as diretrizes do ECA. Não se pode desconsiderar que a ação de impacto importante nesta frente de intervenção foi a sua inclusão na Política de Assistência Social, com a municipalização das ações por meio dos Serviços de Proteção Social Especial no município, consubstanciado pelo Sistema Único de Assistência Social. Esta direção tem propiciado medidas de transformação na condução desta problemática realidade em oportunidade real de mudança, mas que ainda exigirá de todos muita luta.

Por fim, registramos que o conjunto de ações que embasaram esta experiência reafirmou ser possível, apesar dos inumeráveis limites, construir

práticas que se aproximem dos paradigmas da proteção integral, com recusa ao reducionismo e a objetivação dos sujeitos.

Está posto, portanto, um grande desafio ao exercício de profissionais e gestores comprometidos com a efetivação dos direitos de cidadania: o de apropriar-se, de introduzir e traduzir a prática da intersetorialidade no cotidiano dos serviços, operando-a como norteador na construção de suas práticas. Com isso, deixa-se registrado, ainda que de uma maneira muito breve, que apesar de todos os limites do cotidiano, é possível sim melhorar a qualidade de vida desses adolescentes, e iniciar um processo de efetiva ressignificação de seu projeto de vida.

Referências bibliográficas

ÁGUIDO, C. M. S.; CHACHAM, A. S. **Por que internar? Discursos e representações dos juízes da infância e juventude na aplicação da medida socioeducativa de internação em minas gerais**. Belo Horizonte, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ARAÚJO, R. M. B. de. **A Vocação do Prazer – a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 27, n. 72, 2015. DOI: 10.9771/ccrh.v27i72.19436. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19436>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 47, n. 4. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BARBOSA, M. C. F. **A questão da socioeducação e o descompasso entre a política e a prática na efetivação de direitos de adolescentes com comprometimentos mentais**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BHERING, E.; BOSCHETTI, I. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0066.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2025.

BOTÃO, M. **Questão Social, Serviço Social e Direitos Sociais**. Departamento de Serviço Social. Semestre 2021/1. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021. [Apontamentos pessoais do caderno da disciplina].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Brasília, DF: 1990.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **Orientações técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em saúde mental: 1990-2004.** Brasília, DF: MS, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004:** Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília, DF: 2005b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf>. Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. **NOB-RH/SUAS.** Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília, DF: 2006a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária,** Brasília, DF: CONANDA: 2006b.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **20 Anos do Estatuto - Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.** Brasília, DF: 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Lei federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Brasília, DF: 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, DF: 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas:** Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, DF: MDS, 2016.

CALIL. G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0066.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Uma Crônica do salário. Capítulos VII e VIII. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 94-109, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CLAPP SALVADOR, A. **Formas de Resistência Social e Políticas Públicas**. Departamento de Serviço Social. Semestre 2022/1. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2022. [Apontamentos pessoais do caderno da disciplina].

COIMBRA, C. **Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza (pdf)** **Referência:** Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, UERJ, outubro, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampliada, mimeo. Brasília, DF: 2012.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL / 7ª Região – RJ (CRESS). **Assistente Social: Ética e Direitos Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 2007.

COSTA, A. C. G. **As Bases Éticas da Ação Socioeducativa**: referenciais normativos e princípios norteadores. Secretaria Especial de Direitos Humanos – Subsecretaria de Especial de Direitos da Criança e do Adolescente, junho, 2004.

COSTA, A. C. G. **Educação**: Uma Perspectiva para o século XXI. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008. (Coleção Valores).

COSTA, A. C. G. **Por uma Pedagogia da Presença**. Governo do Brasil. Brasília, 1991.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 105-117.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 29, nov. 2007. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13702>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

DELGADO, D. et al. (Des) financiamento e (Des)proteção social: o abate da “prima pobre” da Seguridade Social. **O Social em Questão**, v. XXV, n. 52, p. 35-60, 2002. DOI: 10.17771/PUC-Rio. OSQ. 56391

DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIROVIC, A. A hegemonia e o paradoxo do público e do privado. Contribuição à crítica do conceito habermasiano de espaço público. **Revista Crítica Marxista**, n. 19. Campinas: Editora Revan, 2004.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento de Pesquisa Qualitativa**: Teorias e Abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.

DUPAS, G. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 33-42, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0335124.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100104&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 maio 2021.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 6276, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>>. Acesso em: 10 set. 2025.

FONTES, V. **O capital-imperialismo**: algumas características. (Online). Disponível em: <<http://www.odiarrio.info/b2-img/VirginiaFontes.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: UNB, 2001.

FRASER, N. Luta de classes ou respeito às diferenças? Igualdade, identidades e justiça social. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 59, 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/>>. Acesso em: 10 set. 2025.

FREIRE, P. **A sombra desta mangueira**. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. 14. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva; Revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Compromisso – América Latina e Educação Popular**. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, J.; PEREIRA, P. Somos Todos Infratores. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 31, 2014.

GODOI, R. S. **Jovens do sistema Socioeducativo: percursos biográficos, singularidades e experiências de escolarização**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

GODOI, R. S. **Narrativas de Vida e Trajetórias Escolares de Adolescentes em Liberdade Assistida: O que suas histórias nos ensinam?** Niterói, RJ, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917/Antonio Gramsci: seleção**. Tradução e aparato crítico Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, D. **Neoliberalismo História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, O. A questão Social. **Revista USP**, n. 3, set./nov. 1989. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>>. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios : primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JULIÃO, E. F. **Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade – Questões, avanços e perspectivas**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

KAUFMANN, J.-C. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

LAHIRE, B. Do Habitus ao Patrimônio Individual de Disposições: Rumo a Uma Sociologia em Escala Individual. Tradução de Eduardo Diathay Bezerra de Meneses. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, CE, v. 34, n. 2, p. 07-29, 2003.

LIMA, E. S.; CARLOTO, C. M. Ações Socioeducativas: reflexões a partir de Freire. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 1, p. 127-139, 2009.

LOLE, A. **Política Social no Brasil**. Departamento de Serviço Social. Semestre 2021/2. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021. [Apontamentos pessoais do caderno da disciplina].

MARTINS, A. M. Autonomia e Educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 207-232, mar. 2002.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: A lei Geral de acumulação capitalista. Capítulo XXIII. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MAURIEL, A. P. O. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. **Revista Em Pauta**: Teoria Social E Realidade contemporânea, v. 11, n. 31, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/7561>>. Acesso em: 14 set. 2025.

MENDONÇA, S. R. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos**, v. esp., p. 1-12, 2007. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/articloe/view/357>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil**. Brasília, DF: Editora MS, 2005.

MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. **A Intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, OXNONX, 2010.

NETO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político Contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília, DF: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2025.

NEVES, Angela Vieira et al. Associativismo, reconhecimento e acesso às políticas públicas: o papel pedagógico da participação dos usuários. **Revista PRACS**, Macapá, v. 13, n. 3, p. 15-33, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/6473>>. Acesso em:

OLIVEIRA, I. A.; FONSECA, M. J. C. F.; SANTOS, T. R. L. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (Orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém, PA: EDUEPA, 2010. p. 37-53.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF, 1948.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

PAIVA, A. **Estado, Sociedade e Ação do Serviço Social na Esfera Pública**. Departamento de Serviço Social. Semestre 2021/2. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021. [Apontamentos pessoais do caderno da disciplina].

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R.; GUERRA, A. **Classe média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

QUIJANO, A. Don Quijote y los molinos de viento en América Latina. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 4, n. 14, 2005.

RAICHELIS, R.; ARRIGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**, n. 140. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0066.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RIBEIRO, N.; NEVES, T.; MENEZES, I. Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses. **Análise Social**, [S. l.], v. 51, n. 221, p. 822-849, 2016.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos (IPP). **Índice de progresso social da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, [s.d.]. Disponível em: <<https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/>>. Acesso em: 09 set. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos (IPP). **IDH-M: Uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, [s.d.]. <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162028/analise_idhm_rio_v4_compur.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, I.; BARBOSA, M. C. F. O descompasso entre políticas e práticas na efetivação de direitos de adolescentes que requerem atenção em saúde mental. In: LOBO, L. F.; FRANCO, D. A. (Orgs.). **Infâncias em Devir: ensaios e pesquisas**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2018, p. 179-198.

RIZZINI, I.; SPOSATI, A.; OLIVEIRA, A. C. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. Rio de Janeiro: Cortez, 2019.

RODRIGUES, K. F. F. B. Socioeducação e famílias: uma breve análise sobre as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **Revista SocioEducação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 58-70, 2019. Disponível em: <<https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistasocioeducacao/article/view/105>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SANTOS, A. C. A. “Socioeducação”: do ideal da educação social ao purgatório das vidas matáveis. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 187-202, 2020.

SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Capítulos III e IV. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/167>. Acesso em: 07 jul. 2025.

SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob Cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMIONATTO, I. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? **Katálisis**, Florianópolis, n. 7, v. 1, p. 19-30, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6910>>. Acesso em: 09 set. 2021.

SOARES, L. E. **Entrevista MPD dialógico: Segurança Pública e Direitos Humanos**, 2006. Disponível em: <<http://www.carceraria.org.br/fotos/admin/sistema%20penal/segurancapublica/NovoModeloSegurancaPublicaEntrevistaSoares.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2012.

SOMMERMAN, A. **Complexidade e Transdisciplinaridade**. Apresentação no I Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade. PUC PR. Curitiba, PR, 2005.

SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>>. Acesso em: 13 set. 2025.

SOUZA, R. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto**: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Rio de Janeiro: IBAM/DES; Brasília, DF: SPDCA/SEDH, 2008.

SPOSATI, A. **Território e gestão de políticas sociais. Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 05-18, 2013. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423>>. Acesso em: 17 set. 2025.

TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

TELLES, V. S. **Direitos Sociais**: afinal do que se trata. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.

VOLPI, M. (Org.). **Adolescentes privados de liberdade - A Normativa Nacional e Internacional & Reflexões acerca da responsabilidade penal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ZALUAR, A. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, São Paulo, fev. 1997.

ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades – elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

7

Apêndices

7.1.

Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido para os responsáveis (TCLE)

Título do Projeto: “Possibilidades e limites no ressignificar de trajetórias, na experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS”

Pesquisadora responsável: Mara Cristina Fernandes Barbosa

Orientadora: Irene Rizzini

Convidamos _____
(*nome do participante adolescente*) a participar da pesquisa “Possibilidades e limites no ressignificar de trajetórias, na experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS” sob a responsabilidade da pesquisadora Mara Cristina Fernandes Barbosa aluna de doutorado do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob a orientação da Professora Irene Rizzini.

Justificativa: O estudo proposto permitirá um aprofundamento sobre a temática, desvelando a realidade do processo de acompanhamento dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município do Rio, subsidiando ações e políticas que ampliem a proteção social desses grupos. O tema do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional (de forma ampla), tem ganhado expressão no meio acadêmico nas duas últimas décadas, no entanto, com base no levantamento inicial da produção especializada, verificamos uma escassez de estudos que contemplem dar voz a esses sujeitos, sendo assim, contribui para o enriquecimento da temática. A escolha pelo tema é fruto de uma jornada iniciada ainda como assistente social na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e que perdura até o presente. A pesquisadora atua como gestora de política pública de assistência social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social João Hélio Fernandes Vieites, um dos quatorze CREAS da cidade que ofertam esse serviço, o que torna

o estudo relevante para a pesquisadora que já se encontra imersa na execução dessa temática.

Objetivos: O principal objetivo deste estudo é analisar a trajetória de acompanhamento de adolescentes e jovens pelas equipes de CREAS do município do Rio de Janeiro. Pretendemos compreender os percursos desses sujeitos até a conclusão do processo de acompanhamento, a partir de suas perspectivas e narrativas. Além desses, buscaremos também identificar ações, projetos e estratégias desenvolvidas pelos profissionais neste processo.

Metodologia: Desenhamos um estudo de abordagem qualitativa fazendo uso de métodos consagrados nas ciências sociais - revisão da literatura e estudo de caso. A coleta de dados será realizada através de entrevistas individuais e em profundidade fazendo uso de questionário composto por questões semiabertas. O número de entrevistas e seu tempo de duração dependerá do processo vivenciado com cada adolescente e jovem participante. Tais entrevistas serão realizadas principalmente de forma presencial, em locais de fácil acesso aos participantes de acordo com suas indicações e avaliação da viabilidade pela pesquisadora. Informamos que poderemos realizar entrevistas de forma online, fazendo uso de plataformas de comunicação tais como o *Zoom* e *Google Meet*, para os casos onde não seja possível realizar a entrevista em modo presencial. Destacamos que prezamos pela entrevista em modo presencial, no entanto reconhecemos a importância e viabilidade dos instrumentais remotos, visto sua utilização corrente nos últimos anos. Além das entrevistas, pretendemos realizar consultas com profissionais técnicos. A devolução dos resultados obtidos, quando o trabalho estiver concluído, deverá ocorrer na organização de encontros coletivos no modo online ou presencial com os participantes, demarcando que os dados coletados serão usados apenas para esta pesquisa. As entrevistas serão realizadas gravadas e, posteriormente, transcritas em formato de texto, prevendo-se, novamente, o sigilo no armazenamento desse material que ficará em acervo pessoal da pesquisadora, sob o compromisso de que será destruído após 5 anos do término desta pesquisa. Sua participação não acarretará custos ou ganhos financeiros.

Participantes da pesquisa: Adolescentes com idades entre 12 e 17 anos e jovens a partir de 18 até 21 anos, que tenham sido acompanhados ou estejam em acompanhamento pelas equipes de CREAS, através do Serviço de Proteção

Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Riscos e Benefícios: Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos, mobilização e desconfortos imprevisíveis, considerando-se que a pesquisa se volta para experiências reais, envolvendo situações de violações de direitos. Caso isso aconteça, a pesquisadora compromete-se a passar para outra pergunta ou até mesmo encerrar a entrevista, se assim o adolescente participante o desejar, sendo possível que seja acionado algum familiar, amigo e/ou profissional de sua confiança para que o adolescente participante possa conversar. Ou até mesmo encaminhá-lo (a) para atendimento psicológico na rede pública de saúde.

Sigilo e Privacidade: Informamos que a contribuição do adolescente participante é fundamental para o desenvolvimento deste estudo, sendo-lhe garantido (a) a condução ética de suas respostas, às quais serão tratadas de forma anônima e confidencial, não havendo a divulgação de seu nome e de outras pessoas mencionadas por ele/ela (caso aconteça) em qualquer etapa desta pesquisa. As informações coletadas serão usadas somente neste estudo e seus resultados poderão ser fruto de reflexão e divulgação em eventos e/ou revistas científicas.

Despesas e Ressarcimento: Ressalta-se que não haverá para o adolescente participante qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo da pesquisadora.

Assistência e acompanhamento: Caro responsável, saiba que você e o adolescente participante poderão ser informados (as) sobre as etapas de desenvolvimento da pesquisa, mesmo após o encerramento da etapa de coleta das entrevistas. Garante-se ainda que o (a) o adolescente participante tenha acesso aos dados preliminares e finais, sempre que desejar. Espera-se que a relação a ser estabelecida com a pesquisadora, permita a constante troca de informações e reflexões, entendendo que sua participação é central para o desenvolvimento deste estudo.

Participação voluntária e direito de desistência: Ressalta-se que a participação do/da adolescente participante é voluntária, sendo permitido que ele/ela se recuse a responder qualquer questão, desista de participar ou até mesmo que você, responsável, retire seu consentimento, destacando que tal situação não trará prejuízo na relação estabelecida com a pesquisadora. Logo, se for o caso, fale

com a responsável pela pesquisa, da maneira que achar mais viável, encontrando-se neste documento seu e-mail e telefone.

Acesso ao pesquisador em caso de dúvidas: Caso tenha dúvidas, o acesso à pesquisadora Mara Cristina Fernandes Barbosa, poderá ser feito em qualquer etapa da pesquisa por meio de seu telefone pessoal (21 98791-4347) ou por e-mail: as.marafernandesb@gmail.com

Cabe ao pesquisador responder as questões relativas à pesquisa, mas, em caso de dúvidas éticas, você também pode recorrer a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy - 2º andar - Gávea – CEP 22453-900. Telefone: (21) 3527-1618. A Câmara de Ética em Pesquisa é a instância da Universidade que avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada. Informa-se ainda que esta pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Consentimento:

Eu, _____
_____, nacionalidade _____, residente e domiciliado/a na cidade _____, declaro que permito a participação de _____ na referida pesquisa. Entendi que posso aceitar a participação do/da adolescente participante, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir de autorizar tal participação, sem sofrer qualquer penalidade. A pesquisadora deixou evidente os objetivos da pesquisa, esclareceu minhas dúvidas e conversou sobre a metodologia utilizada, explicando-me ainda que este documento foi redigido em duas vias que, quando assinadas, uma fica com a pesquisadora e outra com o (a) responsável legal pelo/pela adolescente participante. Recebi uma via assinada deste termo de consentimento, **li e concordo com a participação do/da adolescente nessa pesquisa.** Nesse caso, autorizo o uso dos relatos do/da adolescente participante registrados em áudio com o objetivo de contribuir com os estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) responsável legal

Data

Assinatura da pesquisadora

Data

Contatos:

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Doutoranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Telefone: (21) 98791-4347 E-mail: as.marafernandesb@gmail.com

Irene Rizzini

Orientadora Prof^a Doutora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Telefone: (21) 99765-9491 E-mail: irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com

7.2.**Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido para os jovens (TCLE)**

Título do Projeto: “Possibilidades e limites no ressignificar de trajetórias, na experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS”

Pesquisadora responsável: Mara Cristina Fernandes Barbosa

Orientadora: Irene Rizzini

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa “Possibilidades e limites no ressignificar de trajetórias, na experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS” sob a responsabilidade da pesquisadora Mara Cristina Fernandes Barbosa aluna de doutorado do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob a orientação da Professora Irene Rizzini.

Justificativa: O estudo proposto permitirá um aprofundamento sobre a temática, desvelando a realidade do processo de acompanhamento dos adolescentes e jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município do Rio, subsidiando ações e políticas que ampliem a proteção social desses grupos. O tema do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional (de forma ampla), tem ganhado expressão no meio acadêmico nas duas últimas décadas, no entanto, com base no levantamento inicial da produção especializada, verificamos uma escassez de estudos que contemplem dar voz a esses sujeitos, sendo assim, contribui para o enriquecimento da temática. A escolha pelo tema é fruto de uma jornada iniciada ainda como assistente social na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e que perdura até o presente. A pesquisadora atua como gestora de política pública de assistência social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social João Hélio Fernandes Vieites, um dos quatorze CREAS da cidade que ofertam esse serviço, o que torna o estudo relevante para a pesquisadora que já se encontra imersa na execução dessa temática.

Objetivos: O principal objetivo deste estudo é analisar a trajetória de acompanhamento de adolescentes e jovens pelas equipes de CREAS do município do Rio de Janeiro. Pretendemos compreender os percursos desses sujeitos até a conclusão do processo de acompanhamento, a partir de suas perspectivas e narrativas. Além desses, buscaremos também identificar ações, projetos e estratégias desenvolvidas pelos profissionais neste processo.

Metodologia: Desenhamos um estudo de abordagem qualitativa fazendo uso de métodos consagrados nas ciências sociais - revisão da literatura e estudo de caso. A coleta de dados será realizada através de entrevistas individuais e em profundidade fazendo uso de questionário composto por questões semiabertas. O número de entrevistas e seu tempo de duração dependerá do processo vivenciado com cada adolescente e jovem participante. Tais entrevistas serão realizadas principalmente de forma presencial, em locais de fácil acesso aos participantes de acordo com suas indicações e avaliação da viabilidade pela pesquisadora. Informamos que poderemos realizar entrevistas de forma online, fazendo uso de plataformas de comunicação tais como o *Zoom* e *Google Meet*, para os casos onde não seja possível realizar a entrevista em modo presencial. Destacamos que prezamos pela entrevista em modo presencial, no entanto reconhecemos a importância e viabilidade dos instrumentais remotos, visto sua utilização corrente nos últimos anos. Além das entrevistas, pretendemos realizar consultas com profissionais técnicos. A devolução dos resultados obtidos, quando o trabalho estiver concluído, deverá ocorrer na organização de encontros coletivos no modo online ou presencial com os participantes, demarcando que os dados coletados serão usados apenas para esta pesquisa. As entrevistas serão realizadas gravadas e, posteriormente, transcritas em formato de texto, prevendo-se, novamente, o sigilo no armazenamento desse material que ficará em acervo pessoal da pesquisadora, sob o compromisso de que será destruído após 5 anos do término desta pesquisa. Sua participação não acarretará custos ou ganhos financeiros.

Participantes da pesquisa: Adolescentes com idades entre 12 e 17 anos e jovens a partir de 18 até 21 anos, que tenham sido acompanhados ou estejam em acompanhamento pelas equipes de CREAS, através do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Riscos e Benefícios: Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos, mobilização e desconfortos imprevisíveis, considerando-se que a pesquisa se volta para experiências reais, envolvendo situações de violações de direitos. Caso isso aconteça, a pesquisadora compromete-se a passar para outra pergunta ou até mesmo encerrar a entrevista, se assim você desejar, sendo possível que seja acionado algum familiar, amigo e/ou profissional da sua confiança para que você possa conversar. Ou até mesmo encaminhá-lo (a) para atendimento psicológico na rede pública de saúde.

Sigilo e Privacidade: Caro participante, informamos que sua contribuição é fundamental para o desenvolvimento deste estudo, sendo-lhe garantido (a) a condução ética de suas respostas, às quais serão tratadas de forma anônima e confidencial, não havendo a divulgação de seu nome e de outras pessoas por você mencionadas (caso aconteça) em qualquer etapa desta pesquisa. As informações coletadas serão usadas somente neste estudo e seus resultados poderão ser fruto de reflexão e divulgação em eventos e/ou revistas científicas.

Despesas e Ressarcimento: Ressalta-se que não haverá para o participante qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes

da pesquisa ficarão a cargo da pesquisadora.

Assistência e acompanhamento: Participante saiba que você poderá ser informado (a) sobre as etapas de desenvolvimento da pesquisa, mesmo após o encerramento da etapa de coleta das entrevistas. Garante-se ainda que o (a) participante tenha acesso aos dados preliminares e finais, sempre que desejar. Espera-se que a relação a ser estabelecida com a pesquisadora, permita a constante troca de informações e reflexões, entendendo que sua participação é central para o desenvolvimento deste estudo.

Participação voluntária e direito de desistência: Ressalta-se que sua participação é voluntária, sendo permitido que você se recuse a responder qualquer questão, desista de participar ou até mesmo retire seu consentimento, destacando que tal situação não trará prejuízo na relação estabelecida com a pesquisadora. Logo, se for o caso, fale com a responsável pela pesquisa, da maneira que achar mais viável, encontrando-se neste documento seu e-mail e telefone.

Acesso ao pesquisador em caso de dúvidas: Caso tenha dúvidas, o acesso à pesquisadora Mara Cristina Fernandes Barbosa, poderá ser feito em qualquer etapa da pesquisa por meio de seu telefone pessoal (21 98791-4347) ou por e-mail: as.marafernandesb@gmail.com

Cabe ao pesquisador responder as questões relativas à pesquisa, mas, em caso de dúvidas éticas, você também pode recorrer a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy - 2º andar - Gávea – CEP 22453-900. Telefone: (21) 3527-1618. A Câmara de Ética em Pesquisa é a instância da Universidade que avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada. Informa-se ainda que esta pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Consentimento:

Eu, _____, nacionalidade _____, residente e domiciliado/a na cidade _____, declaro que aceito participar da referida pesquisa. Entendi que posso concordar em participar, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer qualquer penalidade. A pesquisadora deixou evidente os objetivos da pesquisa, esclareceu minhas dúvidas e conversou sobre a metodologia utilizada, explicando-me ainda que este documento foi redigido em duas vias que, quando assinadas, uma fica com a pesquisadora e outra com o (a) participante. Recebi uma via assinada deste termo de consentimento, **li e concordo em participar da pesquisa**. Nesse caso, autorizo o uso dos meus relatos registrados em áudio com o objetivo de contribuir com os estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do entrevistado (a)

Data

Assinatura da pesquisadora

Data

Contatos:

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Doutoranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Telefone: (21) 98791-4347

E-mail: as.marafernandesb@gmail.com

Irene Rizzini

Orientadora Prof^a Doutora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Telefone: (21) 99765-9491

E-mail: irizzini.pucio.ciespi@gmail.com

7.3.

Apêndice 3 – Termo de assentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa **“Possibilidades e limites no ressignificar de trajetórias, na experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS”**

Pesquisadora responsável: Mara Cristina Fernandes Barbosa

Orientadora: Prof^a Dr^a. Irene Rizzini

O principal objetivo deste estudo é analisar o processo de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto no CREAS, na cidade do Rio de Janeiro. Queremos saber como você vivenciou esse período de acompanhamento. Para isso, pedimos que nos conte essa trajetória de como você iniciou e concluiu esse processo. Através da sua história e a de outros jovens, poderemos melhorar a proteção social e a garantia de direitos de outros adolescentes e jovens.

Essa pesquisa faz parte dos meus estudos de doutorado. A sua participação é importante e gostaria de ouvir sua opinião, mas você não é obrigado a participar e, mesmo se topar, a qualquer instante você pode desistir sem que nada mude na sua relação comigo e nem com a instituição. Informo que seu responsável permitiu a sua participação.

Para isso, usaremos um questionário e você poderá responder as perguntas tendo o tempo que desejar para concluir. Antes de começar, lerei as perguntas do questionário, uma de cada vez para você. Caso você tenha alguma dúvida, estarei à disposição para responder.

No momento da entrevista, farei alguns registros e anotações. Caso você autorize, gravaremos os áudios desse nosso encontro, mas fique tranquilo pois todo esse conteúdo ficará guardado por mim e mantido em segurança em um aplicativo online e no meu computador físico cujo acesso será feito através de uma senha, e somente eu terei acesso a essa informação. Todo conteúdo armazenado dessa entrevista será destruído cinco anos após a finalização da pesquisa (a partir de 2028). Os resultados vão ser publicados, mas sem identificar os nomes, imagens, vozes e fotos dos participantes da pesquisa, a menos que eles autorizem.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, e não tem nenhum problema se você desistir. Para isso você só precisa falar comigo ou com o responsável pela pesquisa através dos contatos anotados no final do texto. Participar não vai custar nada para você e você também não vai ganhar nada.

Em toda pesquisa envolvendo seres humanos pode ter alguns riscos, por exemplo, você pode se sentir chateado, desconfortável ou constrangido. Mas, se isso acontecer, basta você me dizer. E também, caso eu observe algum desconforto de sua parte, a pesquisa será interrompida e minha atenção e meus cuidados serão voltados para te escutar e te ajudar no que for necessário. Além disso, se você quiser, podemos encerrar o encontro e/ou podemos procurar algum familiar, amigo e/ou profissional que você confie para que você possa conversar.

Cabe ao pesquisador responder as questões relativas à pesquisa, mas, em caso de dúvidas éticas, você também pode recorrer a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (Rua Marquês de São Vicente, 225 - Prédio Kennedy - 2o andar - Gávea / Telefone: (21) 3527-1618). A Câmara de Ética em Pesquisa é a instância da Universidade que avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada.

A sua participação é muito importante para nós. A partir do nosso encontro, podemos, por exemplo, escrever textos e fazer vídeos sobre como podemos ampliar a participação de adolescentes e jovens no processo do acompanhamento, de modo a contribuir para a garantia de direitos. Quando nosso trabalho terminar, vamos retornar o material produzido para você para discutirmos juntos os resultados.

Assinatura do participante (12 a 17 anos)

Eu, _____, aceito participar da pesquisa **“Possibilidades e limites no ressignificar de trajetórias, na experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS”**. Eu entendi que posso aceitar participar agora e depois desistir sem que ninguém fique bravo ou chateado comigo. Eu entendi as coisas boas e ruins que podem acontecer. A pesquisadora tirou minhas dúvidas, disse que posso perguntar outras coisas sobre a pesquisa quando eu quiser e conversou com meus responsáveis. Esse documento foi redigido em duas vias, uma ficou para o pesquisador, eu recebi uma cópia e concordei em participar da pesquisa.

Uso de áudio: () Autorizo () Não autorizo **Uso de vídeo:** () Autorizo () Não autorizo

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

Contatos:

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Tel.: (21) 98791-4347 E-mail: as.marafernandesb@gmail.com

Irene Rizzini

Tel.: (21) 99765-9491 E-mail: irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com

7.4.**Apêndice 4 – Plano de Trabalho - Projeto Passo a Passo: Uma Nova Caminhada - 2025****1. CONTEXTO:**

O presente Plano de Trabalho versa sobre estratégias de fomento do Serviço de proteção social ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, executado no âmbito dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Nesta contextualização da proposta do Programa Passo a Passo: Uma Nova Caminhada, urge apresentarmos o sujeito principal para o qual se destinam as ações do Programa, qual seja: o adolescente e/ou jovem entre 12 e 21 anos, encaminhado pelo Sistema de Justiça ao cumprimento das medidas socioeducativas inerentes ao serviço supracitado.

As medidas socioeducativas estão dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de responsabilização do adolescente em para qual se atribui juridicamente autoria infracional. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, datado do ano de 2006, deliberou como competência da esfera municipal a atenção aos adolescentes com autoria infracional e aplicação das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Nesta definição do SINASE e considerando a Política de Nacional de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Assistência Social através dos CREAS, assume a responsabilidade de cuidado a este público, através da implementação e execução do referido Serviço.

No cumprimento das medidas socioeducativas estão presentes dois elementos que traduzem a sua finalidade: proteção social e intervenção educativa. Isto significa dizer que, as medidas socioeducativas possuem uma natureza sociopedagógica condicionada à garantia de direitos fundamentais e ao desenvolvimento de ações que visem à formação para o exercício da cidadania.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo orienta que o atendimento socioeducativo não pode estar isolado das demais políticas públicas, devendo ser articulado com os serviços e programas das diferentes políticas públicas que visem atender os direitos dos adolescentes (saúde, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, escolarização etc.).

Ao município cabe o acompanhamento de todos os jovens circunscritos em seu território, cuja aplicação de medida socioeducativa pelo Juízo está relacionada aquelas de cumprimento em meio aberto, como dito, a medida de Liberdade Assistida – LA, e a medida de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC. Todos os adolescentes e jovens cuja medida implica a privação temporária de liberdade ou internação são atendidos no Estado do Rio de Janeiro pelo DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação.

No município do Rio de Janeiro, 14 CREAS espalhados pela cidade fazem o acolhimento e o acompanhamento dos adolescentes e jovens que cumprirão medidas socioeducativas de LA ou PSC (ou ambas), a partir do encaminhamento formal da Vara de Infância e Juventude ou da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas. Os adolescentes e jovens que serão acompanhados pelos CREAS (medida em meio aberto) recebem da equipe do Judiciário a orientação de comparecer ao equipamento referente ao seu território de moradia. Ao município cabe realizar o acompanhamento social dos mesmos e de sua família, reportando periodicamente ao Juízo as informações referentes ao desenvolvimento do acompanhamento realizado.

O projeto Passo a Passo localiza-se, neste contexto, no espaço do CREAS, associando todas as oportunidades encontradas em cada território para potencializar a promoção social destes adolescentes e jovens e a ruptura de uma trajetória vinculada à violência, violação de direitos e ao ato infracional.

O SINASE propõe as diretrizes para a organização do sistema em todos os níveis definindo as competências e atribuições gerais das três esferas de Governo, competências e atribuições e recomendações aos órgãos de deliberação, gestão e execução da política socioeducativa e de controle, bem como das entidades de atendimento envolvidas direta ou indiretamente com o adolescente acusado de ato infracional no processo de apuração, aplicação e execução de medidas socioeducativas. Esta competência compartilhada, que responsabiliza uma diversidade de agentes pela promoção da política de atendimento à criança e ao adolescente, tem por objetivo ampliar o próprio alcance da proteção dos direitos juvenis.

Por sua vez, o SUAS propõe, sob a primazia da responsabilidade do Estado, a organização em todo o território nacional de serviços socioassistenciais destinados a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias, com a participação e a mobilização da sociedade civil nos processos de implantação e implementação do sistema.

Após mais de dez anos de municipalização do acompanhamento da medida em meio aberto, a cidade do Rio de Janeiro se propõe, nesta reedição do projeto Passo a Passo, a continuidade do empenho de esforços na qualificação do sistema socioeducativo. O projeto Passo a Passo reeditado visa buscar nas origens de sua execução, as estratégias que não foram incorporadas ao Serviço após a primeira edição, uma vez avaliadas a sua importância para uma execução que prima pelo ciclo de cumprimento integral da medida socioeducativa, de forma que seja interessante; potente; capaz de provocar desejos construtivos no processo de adolecer vulnerabilizado e fomentador as vinculações institucionais.

2. JUSTIFICATIVA:

A execução do Programa Passo a Passo: Uma Nova Caminhada, iniciada em outubro de 2024, tinha como objetivo incrementar as ações e formas de intervenção das equipes dos CREAS para o melhor atendimento ao adolescente, colaborando para a sua manutenção no Serviço, evitando-se os descumprimentos das medidas socioeducativas e, assim, as rupturas no ciclo socioeducativo.

Dessa forma, como atores facilitadores do vínculo do adolescente com o Serviço de Medidas Socioeducativas, elencamos o tutor como estratégico e central para a concretude deste objetivo. As atribuições dos tutores foram definidas de forma a, junto ao adolescente, atribuir valor ao cumprimento da medida socioeducativa. Uma vez que se trata de uma sanção judicial, apesar de sua intenção pedagógica, o caráter punitivo é rapidamente apreendido pelo adolescente por ocasião da aplicação da medida pelo juízo.

Assim, a chegada ao CREAS, bem como as expectativas geradas em torno do cumprimento da medida, não flutuam em uma nuvem positivada pelas oportunidades que podem ser acessadas, restando para o adolescente o seu caráter jurídico sancionatório.

Construir novas formas do adolescente perceber o acompanhamento gerado pelo cumprimento da medida socioeducativa, sobretudo no que se refere ao acessos criados pelas intervenções de proteção social, é o desafio das equipes, exigindo estratégias e atores de intervenção que mobilizem e outras formas de compreensão do acompanhamento com fins de cumprimento da medida socioeducativa.

Assim, os recursos agregados ao Serviço através do Passo a Passo: Uma nova caminhada, são caminhos para a desconstrução popular do cumprimento da medida socioeducativa, elevando este momento a um processo de garantia de

direitos ao adolescente e de responsabilização educativa angariada pelo vínculo construído; pela percepção crítica das relações sociais em que o próprio adolescente está inserido; e pelo processo de aprender sobre o posicionamento no mundo de forma lúdica e mais branda do que as impostas pelos desafios de adolecer em contextos de vulnerabilidade social e riscos.

Tratamos da vulnerabilidade e risco como inerente ao contexto dos adolescentes em atendimento socioeducativo, por percebermos, na execução do Programa Passo a Passo: Uma nova caminhada, iniciada em outubro último, que os marcadores sociais inerentes a raça e classe social são estruturantes da Socioeducação. Apresenta-se neste serviço adolescentes majoritariamente negros, periféricos e em situação de pobreza.

Dessa forma, torna-se salutar a manifestação de propostas como o Programa Passo a Passo: Uma nova caminhada, para que sejam assegurados aos adolescentes em maior vulnerabilidade social oportunidades que lhes desvincule de um perfil social culturalmente pejorativo.

Os insumos do Programa referem-se ao alcance das melhores formas de atendimento, através do recurso do carro e do lanche; e melhores formas de vinculação e intervenção, através dos recursos humanos provisionados com a presença de tutores e do técnico de referência, além das oficinas culturais realizadas.

São essas ferramentas que possibilitaram o alcance do principal indicador do Programa, monitorado desde a implementação. Falamos aqui do indicador que revela a manutenção dos adolescentes no cumprimento da medida socioeducativa. Ao avaliarmos os dados monitorados, revelamos que mais de 90% dos adolescentes inseridos no Serviço mantém-se mensalmente no acompanhamento, sendo favorável esta manutenção ao cumprimento integral do ciclo socioeducativo para o alcance do reconhecimento de formas de se relacionar em sociedade com direitos mínimos assegurados e uma sociabilidade positivada, no sentido do respeito as regras normatizadas.

É imperioso nesta justificativa para aditivo do Termo de Colaboração do Programa, apresentarmos ainda o impacto do Programa no Serviço de Medidas Socioeducativas, quanto ao número de adolescentes com nova infração no curso do atendimento socioeducativo. Os dados revelam o número ínfimo de adolescentes em reinfração, o que nos pode indicar a apreensão do sentido do acompanhamento pelos adolescentes.

Além da importante figura do tutor para a ressignificação do processo socioeducativo para o adolescente, as oficinas culturais apontaram a centralidade

desta estratégia para aproximação dos adolescentes ao Serviço. Oportunizaram ainda a entrega de produtos interessantes à memória de ações positivas do Serviço, favorecendo o reconhecimento de boas práticas na política pública.

Outrossim, as experiências das oficinas temáticas diferenciadas, uma constituídas enquanto espaços de produção coletiva de saber, de troca de experiências e, o de responsabilização ou intervenção educativa, consolidam o todo integrado que potencializa a Socioeducação em Meio aberto na cidade do Rio de Janeiro.

Todas essas avaliações técnicas justificam a importância do Programa e indicam que os novos rumos socioeducativos advindos do Passo a Passo: Uma nova caminhada, favorecem a qualificação da política socioeducativa no âmbito deste município.

3. OBJETO:

O objeto deste projeto é a execução de estratégias para o atendimento integral aos jovens/adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade do Rio de Janeiro, através do fortalecimento das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade, previstas na Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.

4. ABRANGÊNCIA:

A temática central deste projeto é socioeducação em meio aberto, especificamente os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. A execução do Projeto deverá acontecer em todos os 14 CREAS da cidade do Rio de Janeiro, local onde executa-se o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Dessa forma, destina-se a qualificação do atendimento ao adolescente acusado de cometimento de ato infracional.

5. PRODUTO:

Espera-se a execução de um serviço onde se mantenha adolescentes e jovens cumprindo integralmente o ciclo socioeducativo em meio aberto, a partir de um efetivo acompanhamento multidisciplinar e de tutoria, que seja singularizado e educativo. Para tanto, detalhamos as especificações deste produto:

Realizar o **acompanhamento de tutoria**, para individualização das ações de acordo com as demandas de cada adolescente/jovem visando:

- Conhecer e fortalecer a vivência do adolescente em sua **rede comunitária**, desbravando o território de pertencimento e afetivo do adolescente/jovem, entendendo-o enquanto um “ator” do processo socioeducativo, **gerando o ecomapa** com cada e de cada adolescente.
- Estabelecer **conexões com a família**, a partir de estratégias que compreenda sua função protetiva no processo de desenvolvimento do adolescente, observando os elementos de conflitos, vulnerabilidades e força socioafetivas.

Assegurar a **execução das Oficinas Centrais Itinerantes** visando:

- Garantir acessos a espaços socioculturais capazes de produzir a **reelaboração da história individual** com criticidade e ludicidade, ampliando reportórios e vivências.
- Observar habilidades individuais para investimentos junto a rede de comunitária e de serviços, **fortalecendo o protagonismo e a capacidade de elaborar perspectivas** construídas a partir do próprio interesse e campo de desejo.

Nesta conjuntura, prevê-se através do Programa o alcance das seguintes metas para o Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas:

- *Manter mais de 92% dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em toda a cidade
- *Assegurar a realização de busca ativa à 80% dos adolescentes em movimento de declínio do cumprimento da medida socioeducativas

6. ATIVIDADES:

6.1 Acompanhamento da Medida:

Passo a Passo: Uma nova Caminhada – Resgatando a Tutoria

Tutoria: Manter a singularidade do acompanhamento com a colaboração dos tutores.

Para tanto, define-se a métrica de 01 tutor para cada grupo de até 20 adolescentes. Os tutores têm a responsabilidade de facilitar a vinculação dos

adolescentes com o CREAS, através de estratégias lúdicas que despertem o desejo de participação nas atividades do Serviço. Outrossim, salienta-se como fundamental que o tutor reconheça seu território de atuação para elaboração de estratégias de ação que garanta novos acessos sociais para os adolescentes.

As propostas de tutoria são guiadas pelos técnicos de referência dos adolescentes, num processo dialógico e de construção de uma cartografia social que facilite o trabalho em conjunto.

6.2 Ações de garantia de acessos à cidade:

Passo a Passo: Uma nova Caminhada – Vivências

O senso comum contemporâneo compreende a adolescência como uma fase do desenvolvimento humano, uma ponte entre a infância e a idade adulta. Essa transição é geralmente marcada por um conjunto de subjetividades. Entendemos que não existe o adolescente padrão, mas seres humanos concretos, que buscam caminhos de crescimento a partir de construções atreladas ao seu contexto social, comunitário, cultural, de saúde e familiar. Faz-se necessário buscar uma interlocução autêntica com esses adolescentes e jovens, compreender sua “cultura” e ter empatia por sua forma específica de lidar com a realidade, devendo ser valorizadas suas características específicas, importantes para o desenvolvimento humano. Portanto, percebemos que é na construção/reconstrução, na apropriação de valores culturais e na interação dos processos cotidianos que se definem os diversos modos de vida de um jovem/adolescente.

Assim, acreditamos que o Programa Passo a Passo: Uma nova caminhada é imprescindível com apoio as atividades do Projeto Vivências, considerando a oferta do lanche e as ações dos tutores. A garantia das saídas culturais de acesso à cidade carecem de aporte de recursos organizacionais e humanos. O lanche do Programa, assim como o carro, e os tutores são recursos importantes à execução do Projeto Vivências.

Destarte, atrela-se o potencial do Projeto Vivências aos insumos do Passo a Passo, concretizando o enlace da garantia de direitos.

6.3 Oficinas Itinerantes Centrais

Passo a Passo: Uma nova Caminhada – “Câmera, Som, Ação”

Consolidar espaços que tragam para o adolescente a possibilidade de refletir sobre temáticas que atravessam seu processo de adolecer, é potencializar adolescentes com maior nível de consciência sobre a estrutura social em que se assenta a sua existência.

Neste mesmo sentido, construir recursos para o diálogo sobre fenômenos e ações que perpassam questões que infringem as regras sociais e juridicamente elaboradas, de forma a conduzir um processo de responsabilização sem culpabilização, é o desafio de uma Socioeducação que se pretende ser impulso para reelaborações.

E neste sentido, lançar mão de formas lúdicas, interativas, com perspectiva jovem e colaborativas para o alcance dessas metas se faz necessário quando da reelaboração de um projeto que revê passos e caminhos da política socioeducativa de meio aberto.

Tratando de buscar incremento para alcance do objetivo geral do Passo a Passo – Uma nova Caminhada, trazemos como parte importante da metodologia a execução das Oficinas Itinerantes Centrais.

Temos como eixo estruturante para superação dos desafios descritos no trabalho com adolescentes, o elemento **Cultura** enquanto um fio condutor

para as Oficinas Itinerantes Centrais. Assim, apresentamos aqui as três diretrizes de temáticas para as Oficinas, que se desencadeiam de forma intrínsecas e que se interseccionam, gerando um produto final – uma expressão cultural jovem, musical, elaborada a partir de uma vivência coletiva, de debates, reflexões e acessos à informações capazes de produzir, criticamente, um conteúdo vivo que se eternize através da “câmera, som, ação”.

1. Musicalização – SLAM, RAP, HIP HOP, FUNK e TRAP
2. Produção Audiovisual e Cinematográfica
3. Sonorização, iluminação e técnicas para Disk Jockey

As oficinas deverão ser realizadas simultaneamente nos CREAS da Cidade ou em espaços definidos pelo CREAS, seguindo a proposta elaborada, a organização e o cronograma das atividades.

7. FORMAS DE APRESENTAÇÃO:

Os produtos esperados, de acordo com o especificado no item 5 deste projeto, serão alcançados a partir do processo metodológico construído, cujo conteúdo foi previsto no item 6.

Para o alcance assertivo dos produtos elaborados a partir das estratégias deste projeto, prevê-se o monitoramento processual e sistemático das ações, avaliando-as de forma participativa, o que envolve profissionais e beneficiários do projeto. As etapas de execução do projeto, em relação a Tutoria e a realização das Oficinas Centrais Itinerantes, se darão de forma concomitante, o que possibilita o movimento de análise integral do objeto desta ação.

Os produtos deverão ser apresentados trimestralmente em versão preliminar, pelas equipes de profissionais envolvidos em cada parte metodológica, encaminhados à Gerência de Medidas Socioeducativas, responsável pelo acompanhamento técnico da execução do Projeto. Para esta apresentação trimestral, organiza-se:

1. Folha de frequência da participação dos adolescentes nas oficinas centrais itinerantes;
2. Planilha de ações particularizadas da tutoria, envolvendo: nº de visitas domiciliares; nº de articulações com a rede socioassistencial; nº de articulações intersetoriais; nº de visitas institucionais.
3. Encontro de apresentação das elaborações das oficinas a partir de registro audiovisual.

No encerramento do Projeto, uma vez findado o prazo de 06 meses, deverá ser apresentada a versão final dos produtos, a partir da compilação das avaliações dos trimestres, considerando as formas acima descritas.

8. PRAZOS:

As ações a serem executadas são aquelas necessárias para o desenvolvimento das atividades nos equipamentos, conforme descrito no item 6 e

os produtos descritos no item 5 do presente Plano de Trabalho, pelo prazo de 06 (seis) meses.

9. CUSTOS:

Determinados em planilha.

9.1 CUSTOS INDIRETOS:

As despesas que compõem essa categoria serão consideradas pela instituição para a execução do objeto, conforme previsão constante no inciso III do artigo 32 e parágrafo 2º do artigo 33 do Decreto Rio nº 42.696, de 26 de dezembro de 2016, cujos serviços abrangidos pelas atividades que se constituem essa despesa estão individualizados e discriminados da seguinte forma: internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços prestados por profissionais qualificados da área contábil e jurídica da instituição.

10. RECURSOS HUMANOS:

Os recursos humanos a serem contratados para a execução do Projeto são: Técnico de Referência (01) e Tutores (20 tutores).

11. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS:

3 Oficineiros e 3 Assistentes de Oficineiro - Total de 6 Profissionais

Recursos Humanos para Implementação das Oficinas

Carga Horária

Recursos Materiais sugeridos para implementação das oficinas

1 Oficineiro e 1 Assistente de oficineiro para atuação nas oficinas :

Musicalização – A Qualificação para estes profissionais está descrita no item 12 deste Projeto.

20 horas/ Semana Câmeras Filmadoras, câmeras fotográficas, caixa de som, microfone sem fio, microfone pedestal, notebook, headphone para retorno e mesa de som.

1 Oficineiro e 1 Assistente de oficineiro

para atuação nas oficinas : Produção 25 horas/ Semana Câmeras Filmadoras, câmeras fotográficas, caixa de som, microfone sem fio, Kit Audiovisual e cinematográfica – A Qualificação para estes profissionais está descrita no item 12 deste Projeto.

1 Oficineiro e 1 Assistente de oficineiro para atuação nas oficinas: Sonorização, Iluminação e técnicas para Disk Jockey – A Qualificação para estes profissionais está descrita no item 12 deste Projeto.

25 horas/ Semana Câmeras Filmadoras, câmeras fotográficas, caixa de som, microfone sem fio, notebook, headphone para retorno, mesa de som e kit de iluminação para eventos de iluminação de estúdio e notebook.

12. QUALIFICAÇÃO:

A **supervisão** do projeto deverá ser realizada por **01 (um)** profissional com formação superior nas áreas de: **Pedagogia, Serviço Social ou Psicologia**.

Considerando a proposta de integrar o tutor a experiência da atenção integral ao adolescente socioeducando, fortalecendo o processo de acompanhamento, prevê-se a contratação de **20 tutores**. Para a função de tutor, indica-se **profissional de nível médio** com domínio do território de abrangência do CREAS e experiência em trabalho com adolescentes e jovens.

No que tange as Oficinas Itinerantes Centrais oferecidas pelo projeto através da Co-Gestão, recomenda-se que o serviço a ser contratado para realização das mesmas disponha de:

1. Na função de oficineiros - profissionais com formação técnica de nível médio ou superior em áreas formativas ligadas a cultura e/ou a recursos de iluminação, som e música e, preferencialmente, experiência em trabalhos com juventude e grupos.

2. Na função de assistentes de Oficineiro, sugere-se formação mínima de nível médio e experiência em trabalhos sociais com Juventude. Ressaltamos, ainda, que o material mínimo sugerido neste plano de trabalho, para a realização das oficinas, é de responsabilidade dos profissionais através da contratação de serviços.

13. RECURSOS NECESSÁRIOS:

Para a execução do Projeto prevê-se a utilização de recursos imprescindíveis a coordenação do projeto, tutoria dos adolescentes e realização das atividades coletivas. Dessa forma, apontamos como necessário a dispensa de 03 carros sedan, com motorista e combustível e 700 kits lanche, ambos mensalmente.

14. ELEMENTOS DISPONÍVEIS:

Como marcos legais para o desenvolvimento deste Projeto, referenciamos a Lei 8.069/1990 e Lei 12.574/2012. Como marcos políticos inerentes à Assistência Social inscrita no campo da Seguridade Social, destacamos a Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004 e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Brasília, 2009.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Subsecretaria de Proteção Social Especial, dará apoio à execução do Projeto.

15. ALGUNS DADOS DE 2025 – JANEIRO A OUTUBRO:

Média mensal de adolescentes em acompanhamento: 635
Total de extinções: 457

Média mensal
De extinções: 46
7,2%

Total de Descumprimentos: 329
Média mensal de Descumprimento: 33
4,2%

Média mensal de adolescentes em cumprimento: 95,8 %

Adolescentes em reinfração:
Total: 81
Média mensal de reinfração: 8
1,25%

Total de buscas ativas: 937
Média mensal de buscas ativas: 93

Média mensal de adolescentes participantes nas oficinas: 238

Visita domiciliar: 384

Visita Institucional: 348

Visita Polo de PSC: 511

Acompanhamento do(a) tutor(a) para retirada de documentos: 379

Acompanhamento do(a) tutor(a) para atendimento de saúde: 243

Acompanhamento do(a) tutor(a) para aprendizagem: 398

Acompanhamento do(a) tutor(a) para demandas escolares: 379

O que os números indicam?

Garantia de direitos

Busca ativa para evitar o abandono o acompanhamento e, portanto, descumprimento da medida

Monitoramento da execução da PSC nos espaços parceiros

Segurança da fruição na cidade, com acessos culturais

Nova abordagem no acompanhamento com a estímulo e estratégia das oficinas

Incremento de insumos que favorecem o engajamento nas atividades, suprido pelos lanches

Principais Impactos:

Manutenção média de 95% por adolescentes no cumprimento da medida socioeducativa

Novos estímulos e despertar de potencialidades através das oficinais

Produção de material digital construindo um acervo discográfico e a videoteca virtual do Coletivo Passo a Passo

O alinhamento de estratégias de atendimento individuais e coletivas para os adolescentes em cumprimento de medidas Socioeducativas em meio aberto;

B) o estudo das situações singulares de cada caso específico para fins de elaboração do plano individual de atendimento;

C) o fomento da integralidade da garantia de direitos mínimos, salvaguardando o pleno desenvolvimento juvenil capaz de diminuir os índices de repetição da infração.

8

Anexos

8.1.

Anexo 1 – Reflexão



“Tropeçando na dor humana, nós nos perguntávamos em torno de um sem número de problemas. Que fazer enquanto educadores, trabalhando num contexto assim? Há mesmo o que fazer? Como fazer, o que fazer? Que precisamos nós, os chamados educadores, saber para viabilizar até mesmo os nossos primeiros encontros com mulheres, homens e crianças cuja humanidade vem sendo negada e traída, cuja existência vem sendo esmagada?”

“(…) meu direito à raiva pressupõe que, na experiência histórica da qual participo, o amanhã não está dado (...)”

Paulo Freire, *Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*, 1996/2016.

8.2.

Anexo 2 – Formulário para elaboração do plano individual de atendimento - PIA



Subsecretaria de Proteção Social Especial
Coordenadoria da Infância, Adolescência e Juventude

Gerência de Medidas Socioeducativas

CREAS: _____

FORMULÁRIO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO- PIA

1- IDENTIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE / JOVEM				
Nome Social:				
Nome ¹ :				
Data de Nascimento:				
Filiação:				
Responsáveis Legais:				
Endereço ¹ :				
Telefone:				
Possui Filhos:	() Sim	() Não	Quantidade:	Em gestação: () Sim () Não
Cor ou Raça:	Caucasiana			
Religião:	Não possui			
Identidade de Gênero:	() Homem Cis	() Mulher Cis	() Homem Trans	() Mulher Trans () Travesti
() outro				
Orientação Sexual:	() Homossexual – Gays ou lésbicas	() Heterossexual	() Bissexual	
2- DOCUMENTAÇÃO				
Certidão de Nascimento:	Termo:	Livro:	Folha:	
Matrícula:	Cartório:			
RG:	Órgão de Expedição:	Data de emissão:		
CPF:				
CTPS:				
Título de Eleitor:	Zona:		Seção:	
Alistamento Militar:	() Sim () Não () Não se aplica	Nº Certificado de Reservista:		
3 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR ²				
Nome	Grau de Parentesco	Data de Nasc.	Profissão/Ocupação	Renda / Benefício ³

¹ Registrar o nome e endereço da Unidade de Acolhimento caso o adolescente ou jovem esteja institucionalizado. Fazer referência a Família Acolhedora, para os adolescentes em acolhimento familiar. Mencionar no item 5 deste formulário as referências familiares ou afetivas do adolescente em Acolhimento. Dialogar com os Serviços de acolhimento para construção coletiva dos PIAs.

² Não considerar o adolescente

³ Para o cálculo da Renda per Capita atentar ao item 7.4.C e 7.7.B

4- RELAÇÕES FAMILIARES E COMUNITÁRIA
(Participação da família no cumprimento da medida, Potencialidades, Vulnerabilidades, Violências, Riscos, Conflitos)

5 – OUTRAS REFERENCIAS FAMILIARES, AFETIVAS E INSTITUCIONAIS
Nome:
Grau de Parentesco ou qual a relação com o adolescente:
Endereço:
Telefone:

6 – DADOS PROCESSUAIS
Processo de Conhecimento (VIJ):
Processo de Execução (VEMSE):
Medida Socioeducativa Aplicada: () LA () PSC () LA + PSC
Cumprimento de Medidas Restritivas de Liberdade Anteriores:
() Internação Provisória () Internação () Semiliberdade
Reinfração (quando houver cometimento de novo ato infracional): () Sim () Não

7- ACOMPANHAMENTO
7.1. MEDIDAS APLICADAS:
Data do Início do Cumprimento LA:
Data do Início do Cumprimento da PSC:
Data da Entrega do Primeiro Relatório:
Data da Entrega do Segundo Relatório:
7.2- INFORMAÇÕES SOBRE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA LIBERDADE ASSISTIDA:
A- Periodicidade do acompanhamento: ☐ Semanal ☐ Quinzenal
B- Atividades Individuais ou Coletivas apresentadas ou desenvolvidas com o adolescente / jovem pela equipe de Pedagogia:

7.3- INFORMAÇÕES SOBRE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE:

A- Habilidades e Potencialidades destacadas pelo adolescente: _____

B- Aguardando Articulação: () Sim () Não

Local do Cumprimento: _____

Profissional de Referência: _____

Carga Horária: _____

Tempo Determinado: _____

Principais Atividades: _____

C- Sugestão de Extinção da PSC antes do término seu cumprimento em razão de:

☐ Inserção em Jovem Aprendiz☐ Inserção em Cursos Profissionalizantes☐ Inserção no Mercado Formal ou Informal
de Trabalho para os maiores de 18 anos☐ Rotina Escolar☐ Questões de Saúde☐ Cumprimento do Serviço Militar

() Outros

D – Nos casos de dificuldade de adesão – Novo Encaminhamento:

() 1ª Vez

() 2ª Vez

() 3ª Vez

E - Recusa do Adolescente no Cumprimento da PSC: () Sim () Não

F- Observações: _____

7.4- INFORMAÇÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E PROCESSO DE APRENDIZAGEM, PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO:**A- ESCOLARIZAÇÃO:**

Matriculado: () Sim (x) Não

Caso não, em qual ano parou? _____

Caso Sim: _____

Unidade de Ensino: _____

Ano Escolar: _____

Turno: _____

Vínculo Escolar e Desenvolvimento (Recusa de Matrícula na escola cuja vaga foi ofertada – motivos; defasagem série/ idade; Articulações PROINAPE; ou Metropolitana do Estado; Perspectivas educacionais do adolescente):

_____**B- JOVEM APRENDIZ**

Inserido: () Sim () Não

Caso esteja inserido: _____

Data do Início: _____

Empresa: _____

Contato: _____

Turno: _____

Caso não esteja inserido: _____

1- Apresenta interesse: _____

Se sim, qual objetivo: _____

2 - Oportunidades de Jovem Aprendiz encaminhadas: _____

2.1 – Empresa: _____ Selecionado () Sim, mas recusou () Não – Motivo _____

2.2 – Empresa: _____ Selecionado () Sim, mas recusou () Não – Motivo _____

2.3 – Empresa: _____ Selecionado () Sim, mas recusou () Não – Motivo _____

C- TRABALHO:

☐ Mercado Formal ☐ Trabalho Infantil, Não Regulamentado ou Informal⁴

Atividade: _____

Local: _____

Turno: _____

Remuneração: _____

Observação: _____

Adolescente ou Jovem egresso de trabalho infantil⁵:

() Sim () Não Caso sim, qual atividade: _____

D- PROFISSIONALIZAÇÃO:

Encaminhado a Curso Profissionalizante ou Projetos de Inclusão Produtiva? () Sim () Não

Se sim, qual? _____

7.5- INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ACOMPANHAMENTOS

A- Adolescente / Jovem chegou ao Serviço já vinculado a alguma Unidade de Saúde () Sim () Não

Caso sim, qual? _____

Caso não, qual Clínica da Família de referência para atendimento pelo PNAISARI⁶: _____

B – Possui plano de saúde particular: () Sim () Não

C – Projeto Terapêutico Singular ou informações de saúde compartilhadas pela Unidade de Referência:

() Sim () Não

D – Possui alguma doença crônica? () Sim () Não

Caso sim, qual? _____

E - Possui deficiência: () Sensorial () Física () Intelectual () Não se aplica

F - Acompanhamento em saúde mental: () CAPS () CAPSI () CAPSAD () Não se aplica

Caso sim, qual Unidade: _____

G – Faz uso de drogas lícitas ou ilícitas: () Sim () Não

H – Qual a relação o adolescente ou jovem considera ter com as drogas :

() Uso recreativo () Uso abusivo com prejuízos para as atividades

I – Como os responsáveis acompanham e avaliam o uso da droga pelo adolescente/ jovem: _____

J – Possui laudo médico de transtorno mental ou deficiência intelectual: () Sim () Não

K – Transtorno mental ou Deficiência intelectual que enseje a revisão da medida aplicada⁷: () Sim () Não

⁴Trabalho infantil: toda atividade para acesso à renda desenvolvida por adolescentes entre 12 e 15 e 11 meses; Trabalho não regulamentado: toda atividade para acesso à renda desenvolvida por adolescentes/jovens entre 16 e 17 anos e 11 meses; trabalho informal: toda atividade para acesso à renda desenvolvida por jovens entre 18 e 21 anos.

⁵ Considerar os adolescentes que cumprem medida em razão do tráfico de drogas.

⁶ Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei. Ministério da Saúde. 2014 Brasília.

⁷ Lei 12594/2012 – SINASE- Artigo 64

Observações: _____

7.6 - INFORMAÇÕES SOBRE CULTURA E ESPORTE

A – Espaços culturais acessados:

Área de interesse: _____

B – Possui ID JOVEM para acesso as atividades culturais: () Sim () Não

C – Atividades Esportivas acessadas: _____

Área de interesse: _____

Observações: _____

7.7 - INFORMAÇÕES SOBRE A REDE SOCIOASSISTENCIAL

A – CRAS de Referência ⁸:

Participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: () Sim () Não deseja

Participação em projetos sociais de Organizações da Sociedade Civil: () Sim () Não

Caso sim, onde e qual atividade?

Família acompanhada em algum outro Serviço: () PAIF () PAEFI () Serviço de Acolhimento

() Conselho Tutelar () Outro _____

B- Benefícios acessados:

Família inserida no Cad único: () Sim () Não

Família beneficiária de Programa de Transferência de Renda do Governo Federal: () Sim () Não

Adolescente / Jovem beneficiária do BPC: () Sim () Não

Família atendida em outros Programas ou ações de benefícios sociais: () Sim () Não

Caso sim, qual: _____

8- PLANEJAMENTO DO ACOMPANHAMENTO

Adolescente/ Jovem: Qual seu sonho para o próximo ano?

Adolescente/ Jovem: O que você espera com o cumprimento da medida e como a Equipe Técnica pode ajudá-lo?

PROPOSTAS PACTUADAS COM A FAMÍLIA RESPONSÁVEL E ADOLESCENTE/JOVEM

ÁREA	DATA	METAS/AÇÕES	ATOR (ES) DO ACORDO	ATENDIDA
Situação documental				() sim () não () Repactuada
Orientação Jurídica				() sim () não () Repactuada
Saúde				() sim () não () Repactuada
Educação				() sim () não () Repactuada
Aprendizagem e/ou Profissionalização				() sim () não () Repactuada
Arte, Cultura, Esporte e Lazer				() sim () não () Repactuada
Fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária				() sim () não () Repactuada

⁸ Em caso de adolescente em Acolhimento, considerar o CRAS de referência da família de origem.

